

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE MEDICINA PREVENTIVA E SOCIAL
FACULDADE DE MEDICINA

Guilherme Navarro Gontijo Rocha

**PSICOPATIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA E UMA
ANÁLISE DE SUAS RELAÇÕES COM A VIOLÊNCIA**

Belo Horizonte

2023

Guilherme Navarro Gontijo Rocha

**PSICOPATIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA E UMA
ANÁLISE DE SUAS RELAÇÕES COM A VIOLÊNCIA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Programa de Promoção de Saúde e Prevenção da Violência do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.

Área de concentração: As múltiplas faces da violência e seu impacto para a saúde das pessoas e populações

Orientadora: Profa. Phd. Jandira Maciel da Silva

Co-orientador: Prof. Md. Hélio Lauer de Barros

R672p Rocha, Guilherme Navarro Gontijo.
Psicopatia [recursos eletrônicos]: uma revisão sistemática da literatura e uma análise de suas relações com a violência. / Guilherme Navarro Gontijo Rocha. - - Belo Horizonte: 2023.
131f.: il.
Formato: PDF.
Requisitos do Sistema: Adobe Digital Editions.

Orientador (a): Jandira Maciel da Silva.
Coorientador (a): Hélio Lauer de Barros.
Área de concentração: Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.

1. Transtornos da Personalidade. 2. Psicopatologia. 3. Diagnóstico. 4. Violência. 5. Dissertação Acadêmica. I. Silva, Jandira Maciel da. II. Barros, Hélio Lauer de. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. IV. Título.

NLM: WM 190

Bibliotecário responsável: Fabian Rodrigo dos Santos CRB-6/2697



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO DE PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA/MP
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Às **nove** horas do dia **vinte dois** de **fevereiro** de dois mil e vinte quatro, modo híbrido sala **quinhentos e vinte seis** e plataforma lifesize da faculdade de medicina UFMG, realizou-se a defesa de dissertação de **GUILHERME NAVARRO GONTIJO ROCHA**, número de registro 2020735088, graduado no curso de MEDICINA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em **PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**. Comissão Examinadora assim constituída: **Prof.^a Jandira Maciel da Silva - Orientadora (UFMG)**, **Hélio Lauar de Barros - Coorientador (FHEMIG)**, **Prof.^a Katia Mecler (Universidade Federal Fluminense)**, **Prof. Elias Abdalla Filho (Associação Mundial de Psiquiatria)**. O candidato fez a apresentação do trabalho que constitui sua **Dissertação de Mestrado**, intitulada: "**PSICOPATIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA E UMA ANÁLISE DE SUAS RELAÇÕES COM A VIOLÊNCIA**". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença do candidato e do público e decidiu considerar a defesa de dissertação **APROVADA**. Conforme arts. 76 e 77 das Normas Gerais de Pós-Graduação da UFMG, as defesas de dissertação e tese são públicas. O aluno e os membros da banca estão cientes e autorizaram a gravação desta defesa, que ficará disponibilizada em acervo da Universidade Federal de Minas Gerais. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão, sendo lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pela Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Jandira Maciel da Silva, Professora do Magistério Superior**, em 22/02/2024, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elias Abdalla Filho, Usuário Externo**, em 29/02/2024, às 07:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hélio Lauar de Barros, Usuário Externo**, em 26/03/2024, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tarcisio Marcio Magalhaes Pinheiro, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 05/05/2024, às 21:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3037449** e o código CRC **F4284432**.

AGRADECIMENTOS

Em um jardim de conhecimento onde cada descoberta é uma jornada, há sempre figuras a iluminar o caminho com sua sabedoria e apoio silencioso. Agradeço aos que foram as guias neste intrincado percurso, conduzindo-me através das sombras do desconhecido em direção à luz do entendimento.

Àquele cujo nome ecoa como um sussurro ancestral, cujos ensinamentos são entrelaçados às raízes mais profundas da minha jornada - Olinto, seu legado moldou meu ser de formas indizíveis.

À Sueli, cuja presença é como um rio tranquilo que flui constantemente, uma fonte eterna de inspiração que acalma a mente e torna suportável a jornada mais árdua.

À Naná, guardiã dos segredos da tradição, cujas histórias tecidas com fios de memória e sabedoria ecoam ainda mais alto em meu coração agora que trilhei este caminho de aprendizado.

E ao Hélio Lauer, mestre habilidoso e perspicaz, que não só me guiou pelos corredores labirínticos da pesquisa, mas também me desafiou a desvendar novos horizontes de entendimento. Também agradeço a Jandira Maciel, Kátia Mecler e Elias Abdalla.

Que a expressão da minha gratidão possa ser tão profunda quanto os abismos do conhecimento que exploramos juntos, e que estas palavras sirvam como um eco sutil de um profundo reconhecimento por tudo que foram para mim nesta jornada.

RESUMO

Introdução: A construção do conceito de Psicopatia esteve implicada em discussões vinculadas às próprias transformações do conceito de doença mental, sobretudo em sua instrumentalização diagnóstica, produzindo efeitos de diversas ordens, em função das concepções biológicas, sociais e jurídicas. As perspectivas conceituais e as abordagens da Psicopatia, atualmente, permanecem acompanhadas por diversas metodologias e linhas de estudos distintas, muitas vezes em consonância com a construção positivista da criminalidade. Entende-se, assim, a relevância jurídica e social do diagnóstico de Psicopatia e de uma reflexão conceitual crítica e socialmente implicada. **Metodologia:** A dissertação subdivide sua análise em dois artigos. O primeiro se trata de uma revisão sistemática de literatura, estruturada a partir do protocolo PRISMA-P, de publicações ocorridas entre 2016 e 2021. Pretende avaliar as perspectivas conceituais da Psicopatia utilizadas e a pertinência do construto na atualidade. O segundo aborda o conceito de psicopatia por uma perspectiva materialista, estabelecendo uma conexão entre a psicopatia, a moralidade capitalista, a filosofia sartreana e a identificação de características psicopáticas em uma estrutura social específica. **Resultados e discussões:** Foram incluídos 103 estudos na revisão sistemática, analisados pelas variáveis: temas, conceitos, nacionalidade e limitações. Percebe-se a elevada prevalência da temática criminal como assunto principal, e embora tenha sido observado na maioria dos estudos o conceito elaborado pelo psiquiatra Robert Hare, constata-se que não há unanimidade na conceituação de Psicopatia nas pesquisas da atualidade. A partir dos achados, foi possível explorar como a noção de psicopatia pode ser utilizada para ocultar características presentes na sociedade que estão associadas e perpetuam a violência. Essa análise crítica e interdisciplinar revelou um panorama complexo e desafiador, evidenciando as interações entre a psicopatia, as estruturas sociais e as dinâmicas do consumismo capitalista. **Conclusão:** Conclui-se que é imprescindível o retorno à investigação conceitual que considere todas as dimensões da Psicopatia no debate social e científico.

Palavras-chave: Psicopatia; Psicopatologia; Diagnóstico; Violência.

ABSTRACT

Introduction: The construction of the concept of Psychopathy has been entwined with discussions related to the transformations of the concept of mental illness, particularly in its diagnostic instrumentation, yielding effects of various kinds, shaped by biological, social, and legal conceptions. The conceptual perspectives and approaches to Psychopathy currently coexist with diverse methodologies and distinct lines of study, often aligning with the positivist construction of criminality. Thus, the legal and social relevance of the diagnosis of Psychopathy and a critically and socially engaged conceptual reflection are understood. **Methodology:** The dissertation divides its analysis into two articles. The first is a systematic literature review, structured according to the PRISMA-P protocol, encompassing publications between 2016 and 2021. It aims to evaluate the conceptual perspectives of Psychopathy used and the relevance of the construct in contemporary contexts. The second approaches the concept of psychopathy from a materialistic perspective, establishing a connection between psychopathy, capitalist morality, Sartrean philosophy, and the identification of psychopathic characteristics within a specific social structure. **Results and discussions:** A total of 103 studies were included in the systematic review, analyzed through variables such as themes, concepts, nationality, and limitations. The high prevalence of criminal themes as the main subject is noticeable, and although the concept developed by psychiatrist Robert Hare was observed in most studies, there is a lack of unanimity in the conceptualization of Psychopathy in current research. Based on the findings, it was possible to explore how the notion of psychopathy can be used to conceal characteristics present in society that are associated with and perpetuate violence. This critical and interdisciplinary analysis revealed a complex and challenging panorama, highlighting the interactions between psychopathy, social structures, and the dynamics of capitalist consumerism. **Conclusion:** It is concluded that a return to conceptual investigation considering all dimensions of Psychopathy in the social and scientific discourse is indispensable.

Keywords: Psychopathy; Psychopathology; Diagnosis; Violence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. Crime e criminologia: aspectos históricos	13
2. O panorama atual do conceito de psicopatia: uma revisão	26
3. Materiais e métodos	68
4. Psicopatia: revisão sistemática e análise crítica (2016 a 2021)	77
5. Psicopatia e moralidade capitalista	93
6. Considerações finais	104
ANEXOS	106
REFERÊNCIAS	111

INTRODUÇÃO

Transtorno de personalidade amoral, transtorno de personalidade antissocial, transtorno de personalidade social, transtorno de personalidade dissocial, distúrbio psicopático da personalidade, sociopatia, psicopatia... Estas são expressões usadas, nem sempre com clareza, para se referir a pessoas que se envolvem em comportamentos que divergem dos esperados pela sociedade (ABDALLA-FILHO, 2020), uma condição que suscita uma série de conceitos e atribuições tanto das ciências humanas quanto das ciências biológicas.

A psicopatia é conhecida classicamente como uma constelação de sintomas psíquicos que normalmente se apresentam precocemente na infância e afeta todos os aspectos da vida do indivíduo, incluindo relacionamentos com a família, amigos, no trabalho, na escola e as interfaces e atravessamentos com a norma e a cultura. Seus comensurativos usualmente descritos incluem, entre outros: falta de empatia, afeto superficial, ausência de culpa e remorso, irresponsabilidade e impulsividade. A estimativa atual considera que pouco menos de 1% de todos os homens não institucionalizados, com 18 anos ou mais, são psicopatas. Isto se traduz, por exemplo, em aproximadamente 1.150.000 homens adultos que atendem aos critérios de psicopatia nos Estados Unidos atualmente. Ainda, dos aproximadamente 6.720.000 adultos homens que estão na prisão ou em liberdade condicional, 16%, ou 1.075.000 deles são psicopatas. Assim, aproximadamente 93% dos psicopatas adultos do sexo masculino se encontram em contextos vinculados à criminalidade (SABOL; COUTURE, 2008).

O termo psicopata é utilizado por uma variedade de atores sociais – policiais, vítimas, promotores, juízes, agentes penitenciários e até advogados de defesa – como um sinônimo de incorrigível. O direito e a psiquiatria, mesmo no auge de seu otimismo no que tange às estratégias de reabilitação, consideravam os psicopatas um tipo de exceção a essas abordagens, compondo uma corte pequena cuja própria resistência a todo tipo de intervenção parecia sua característica definidora (HARE, 1996). Ainda que o debate sobre a eficácia da reabilitação criminal esteja em aberto, para alguns autores não há dúvidas de que o psicopata distorce consideravelmente as investigações dessa natureza (SHERMAN; STRANG; BARNES, 1997), pois, na visão desses autores, esses indivíduos não são só apenas muito mais propensos que os não psicopatas a serem presos por cometer crimes violentos como também é mais provável que adquiram uma liberação antecipada utilizando habilidades decorrentes de suas características patológicas – e, uma vez liberados, são muito mais susceptíveis a recidivar e a reincidir violentamente (HARENSKI *et al.*, 2010).

No entanto, investigações da última década, sobretudo nos campos da Psiquiatria Forense e das Neurociências, sugerem que os cérebros psicopáticos compartilham traços neurológicos comuns que estão se tornando relativamente fáceis de visualizar utilizando a ressonância magnética funcional (RMf). Esses traços podem ter origem na genética ou em alterações precoces do neurodesenvolvimento, configurando o quadro da psicopatia quando interagem com situações de vulnerabilidade psicossocial. Além disso, pesquisadores estão começando a relatar progressos significativos no tratamento desses indivíduos, principalmente em jovens com indicadores precoces de psicopatia (KIEHL; HOFFMAN, 2011).

A condição psicopática estabeleceu-se como um construto para a caracterização e a designação de certos quadros comportamentais e afetivos de importância médica, psicológica e jurídica (HARE; NEUMANN, 2008). Diante das repercussões negativas que os comportamentos a ela associados possuem, sobretudo no que tange aos componentes criminais, tal condição tornou-se uma das perturbações da personalidade mais estudadas (SOEIRO; GONÇALVES, 2010). Seu significado, no entanto, ainda é controverso. A princípio, o estudo do fenômeno esteve vinculado a pacientes alocados em hospitais de custódia e a populações de prisioneiros, descrevendo indivíduos responsáveis por agressões sistemáticas que se caracterizavam por crueldade, irresponsabilidade e superficialidade na vida emocional, sem enfermidade mental subjacente. Atualmente, porém, entende-se que as características que compõem a condição psicopática não se limitam a populações forenses ou prisionais (WILKOWSKI; ROBINSON, 2008). Ao contrário, podem ser encontradas em qualquer indivíduo, o que torna essa condição uma entidade psicológica legítima na visão de vários autores (VIEN; BEECH, 2006). Acredita-se que a psicopatia surge no entrecruzamento de fatores biológicos e de personalidade em relação com antecedentes familiares e outros fatores ambientais.

O diagnóstico da psicopatia, por sua vez, produz efeitos em diversos ordenamentos que demonstram sua relevância jurídica. No âmbito normativo brasileiro, a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) atribui à Comissão Técnica de Classificação a incumbência de traçar o perfil de personalidade do apenado, bem como de formular o exame criminológico, na falta de um Centro de Observação. Tal avaliação, que busca identificar a presença de alterações psíquicas, pode ser considerada para fins de progressão de regime e eventual conversão de penas privativas de liberdade em penas restritivas de direitos. No que tange à avaliação da capacidade civil, embora a suposta imoralidade inata do não conste como hipótese para a

incapacidade, houve um acórdão que ratificou a decisão judicial pela curatela devido a tal diagnóstico.¹

Existem diversos pontos que levantam questionamentos e suscitam a necessidade de aprofundamento da investigação para uma melhor compreensão da psicopatia, entendendo sua importância em vários contextos. Aspectos históricos, sociais e culturais permeiam a produção científica nessa plêiade, principalmente em função da proximidade do construto com a concepção de crime e criminalidade que, no entrecruzamento com desdobramentos das ciências biológicas, marcadamente as neurociências, amplificam a complexidade da temática e as possibilidades de fragilidades conceituais e contradições teórico-práticas. A compreensão dessa dinâmica revela aspectos importantes da estrutura acadêmica atual e do papel exercido pela ciência na contemporaneidade.

Existem indícios de uma associação intrínseca entre psicopatia e violência, frequentemente atribuída a componentes genéticos, sugerindo uma condição incurável. Contudo, seria plausível considerar a existência de uma analogia conceitual, assemelhada a uma chave e fechadura, para unir características inatas, violência e a necessidade de controle estatal. A naturalização da violência desempenha um papel funcional, sendo crucial distinguir entre agressividade e violência. É imperativo reconhecer que a persistência de um conceito mal concebido ao longo do tempo pode ter a finalidade de fundamentar a associação entre transtornos mentais e criminalidade. Isso perpetua, no âmbito da nosologia, uma posição desalentadora para um funcionamento psíquico delinquente e propenso à reincidência ao longo da história.

¹ Refere-se ao acórdão no processo REsp 1306687/MT (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1306687/MT, Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 18/03/2014, DJe 22/04/2014).

CAPÍTULO 1

Crime e criminologia: aspectos históricos

Considerações históricas sobre violência, crime e punição

A palavra “violência” é oriunda do latim *violentia*, que significa a “força que se usa contra o direito e a lei”. Assim, os “violentos” (*violentus*) eram aqueles que agiam de maneira impulsiva, intensa, impetuosa, excessiva e exagerada. A utilização rotineira dessa palavra lhe conferiu significados mais amplos, que vão desde expressões atribuídas a condições naturais ou cunhadas no senso comum até construções teóricas mais elaboradas e recentes, como a violência colonial (FANON, 2008), a violência de gênero (BUTLER, 2008), a violência simbólica (BOURDIEU; PASSERON, 2010), a violência epistêmica (SPIVAK, 2014), entre outras. As sociedades ocidentais convivem e conviveram com circunstâncias que pressupõem a tentativa de exercício da força de um sujeito ou grupo sobre outro, como conflitos, situações-problema, relações de poder, guerras e violências em suas mais variadas formas. Embora ao longo dos anos se tenha buscado tratar, avaliar e analisar tais aspectos que habitam as relações cotidianas, dificilmente conseguiu-se evitar a incidência de eventos violentos.

Ao longo da história das sociedades complexas com presença de Estado, cada uma fundou-se inicialmente de uma determinada forma, estabelecendo suas regras, estruturas, organizações sociais, hierarquias, composições políticas e administrativas, inclusive tratando de forma distinta os atos entendidos como violentos, no sentido de minimizá-los ou contê-los. No entanto, foi a partir da constituição das sociedades modernas que se racionalizou, através da precisão oriunda da compleição de ordenamentos jurídicos, quais seriam as condutas aceitas socialmente e quais deveriam ser abandonadas, entendendo que estas poderiam ofender os interesses de alguém ou de algum grupo específico. As condutas abandonadas poderiam ser compreendidas como violências e, de acordo com o seu hipotético potencial ultrajante, transformadas em crimes, na medida em que foram se estabelecendo legalmente diferentes tipos de sanções de acordo com uma escala hierárquica que visa a repressão, a contenção e, principalmente, a punição dos indivíduos que violassem o que foi estabelecido como regra social. Já na contemporaneidade, alguns setores sociais valorizavam também a possibilidade de ressocialização.

Nas organizações sociais do medievo europeu, o “Outro” era percebido como inferior, como um inimigo a ser extirpado, lógica que precisava ser reproduzida também em indivíduos do mesmo território, fazendo-se necessária uma estrutura capaz de tornar esse tratamento extensivo a todos os habitantes. Este modelo de gerir o poder, de conceber as verdades e aplicar

penas é consubstancial, igualmente, a uma política fundamentalista impulsionada pela Igreja Católica. Ainda que seja possível localizar outras formas de aplicação dos castigos decorrentes de uma suposta verdade em outros momentos da história anteriores à Inquisição – como a Lei de Talião encontrada no Código de Hamurabi de 1780 a.C. localizado no Reino da Babilônia, ou mesmo o Código Ur-Nammu, que provavelmente vigorou entre os sumérios da Mesopotâmia de 4000 a.C. a 1900 a.C. –, foi no contexto da Inquisição, após o Concílio de Trento (1545-1564), que surgiram as primeiras agências que passam, com base em determinadas condutas, a empregar punições corporais, em uma sociedade marcada pelo teocentrismo, inserindo o ato violador na ordem social dominante. Dessa forma, ao criminalizar o uso da força nos conflitos cotidianos, o Estado moderno passou a utilizar a violência de maneira legítima, ao mesmo tempo em que os cidadãos foram abandonando o recurso hodierno da força. Todos os fundamentos utilizados na produção das leis nesse contexto seguiam determinações daqueles que ocupavam as maiores posições na hierarquia, como os soberanos dos Estados absolutistas (MISSE, 2011).

Para alguns autores, o primeiro modelo integrado de tratamento formal daquilo que paulatinamente passou a se chamar no Ocidente de “crime” se deu através da Inquisição. O poder punitivo hoje existente surgiu a partir da necessidade da Igreja e de certos corpos políticos nascentes de coibir a ação de certas interpretações religiosas (ANITUA, 2008). A repressão utilizada pelo tribunal jurídico-teológico da Inquisição contra os hereges possibilitou o aparecimento dos primeiros grupos integrados por especialistas em obter a verdade através da imposição deliberada da dor e do sofrimento decorrentes do uso da tortura. Tais grupos buscavam, através da força eclesiástica, a integração do dissidente, e não mais sua expulsão da comunidade como punição pela prática criminosa. “A Inquisição foi a primeira agência burocratizada dominante destinada à aplicação de castigos e à definição de verdades, e por isso a primeira a formular um discurso criminológico” (ANITUA, 2008, p. 658).

Com o intuito de expandir os terrenos caros à expansão comercial, impedindo a luta entre os reinos cristãos, o monasticismo guerreiro – associação entre nobreza e clero acerca de interesses comunais – impulsionou o grande movimento intitulado “Cruzada”. Esse movimento se mostraria importante para reforçar uma ideia de cristandade unificada, além de fundamental na ampliação do mercado crescente, solidificando os jovens Estados modernos com a criação da ideia de “franceses” e de outros grupos organizados para a guerra (ANITUA, 2008). No entanto, havia uma bifurcação do movimento: de um lado, o interesse dos nobres em conquistar novas terras e acabar com o ciclo da herança do filho mais velho; de outro, o desejo da Igreja em tomar as cidades sagradas novamente. Para Anitua (2008), o tribunal jurídico-teológico da

Inquisição era composto inicialmente por sacerdotes juristas letrados que agiam como fanáticos religiosos e que passaram a ser paulatinamente substituídos por funcionários que continuaram cumprindo com certa frieza despersonalizada a finalidade repressora da organização. Esse movimento foi possível através do deslocamento das ações deste tribunal, que passaram da repressão à luta contra o pecado, identificado com o crime de lesa-majestade e, portanto, como heresia. O processo penal que nascia com a Inquisição se iniciava com a prisão preventiva do acusado de heresia, que tinha seus bens confiscados e era destinado, em seguida, a um interrogatório que visava à confissão. Caso negasse ter cometido o “crime” do qual era acusado, ele seria tratado como “obstinado”, o que poderia acarretar consequências mais graves no tocante a sofrimentos psíquico e físico. O uso da tortura buscava averiguar a verdade, além de purificar os pecados com a aplicação do tormento que levava à morte.

Essa metodologia de averiguação da “verdade” presente nas práticas da corporação clerical passou a ser incorporada pela justiça real durante todo o período em que vigorou o absolutismo na Europa. É importante destacar que o período chamado de “Renascimento Italiano”, que precede o da Inquisição, corroborou a consolidação do absolutismo monárquico, bem como incentivou a unidade, o centralismo e a organização burocrática de alguns Estados nos séculos XV e XVI, como na Espanha, com Fernando, o católico; em Portugal, com Henrique, o navegador; na Inglaterra, com o Henrique VII e a família Tudor; na Rússia, com Ivan, o terrível; na Áustria, sob os Habsburgo; entre outros. Assim, embora se buscasse justificar a autoridade, não era qualquer tipo de exercício de poder que era validado nessas relações, mas sim um novo tipo, de caráter monárquico e estatal. Enfim, todos esses monarcas trabalham para afirmar os Estados centrais, os que teriam mais cotas de poder sobre os nobres, os bispos e as comunidades locais. O rei e suas burocracias encarregadas de reprimir e cobrar tributos oscilariam durante todo o período entre a manutenção de dois grupos opostos entre si por seus interesses: a nobreza e a burguesia. A busca e a satisfação de riqueza de status de uma e de outra, às custas dos pobres e dos colonizados, seriam a característica social do absolutismo monárquico (ANITUA, 2008).

Ao fim desse período, visualiza-se com mais veemência o enfraquecimento do que restava do poder feudal, concomitantemente ao crescimento da burguesia comercial. A partir do momento em que os Estados modernos passaram a se consolidar, surgiu a necessidade de construir estratégias que visassem manter essa suposta ordem social,² reprimindo quaisquer

² “A Reforma e o Renascimento rompem com a tradição medieval e deslocam a cristandade em virtude de novas ideias e de descobertas científicas que sacodem as crenças humanas. A essa sequência de abalos, junta-se a repercussão das guerras civis, religiosas e estrangeiras. Os transtornos políticos, econômicos e sociais, além da

ações que viessem a questionar o exercício do poder por parte do soberano. Nesse contexto, era extremamente necessário produzir determinados saberes incorporados a reflexões de cunho teórico que garantem a perpetuação do poder dos Estados, saberes estes localizados inicialmente na figura do absolutista, sendo que os conflitos sociais questionadores dessa ordem vigente deveriam ser contidos de alguma forma, sobretudo a partir de certa violência estatal. Assim, a forma mais conveniente para o Estado a ser empregada do ponto de vista da contenção dessas situações-problema era utilizar aquelas mesmas técnicas de contenção e extermínio dos hereges praticadas no período da Inquisição, entretanto, desprendendo-se paulatinamente da tutela da Igreja. A emergência de uma nova forma de racionalizar a política e, sobretudo, o poder estatal pode ser encontrado com mais intensidade nas monarquias absolutistas e nas estratégias que visavam naturalizar o exercício do poder do Estado nas mãos de um soberano.

Não foram poucos aqueles que escreveram obras fundamentadas a partir da observação e participação ativa na política estatal. Um dos pensadores de maior destaque acerca dessas questões foi Nicolau Maquiavel (2007), considerado por grande parte dos pesquisadores como o fundador de um campo do conhecimento científico chamado de Ciência Política, justamente por propor uma certa racionalização da política de um ponto de vista real e, portanto, científico. Em contraposição aos filósofos que pensavam a política de uma dimensão ideal, o pensador florentino visava estudar o poder e suas manifestações. Embora reconhecesse que a teoria política trata de questões pertinentes à ideia de ordem, o que o levaria a considerá-la um elemento fundamental no tratamento do crime, Maquiavel (2007), mesmo enquanto teórico do absolutismo, acabou produzindo em seus textos ideias que fugiam do dogmatismo e das teorias justificadoras morais ou espirituais.

No entanto, embora tenha escrito *O Príncipe* propondo ensinamentos acerca de práticas de governo, é nesse livro que se localiza a primeira utilização do termo “Estado”, que, segundo o autor, centralizava todas as atividades da organização política separada da sociedade no líder político que encarna a soberania, apresentando aqueles elementos que considera importantes para o indivíduo renascentista: inteligência, habilidade e capacidade de decisão, ou seja, características encontradas naqueles príncipes que o autor acreditava serem bem-sucedidos.

Thomas Hobbes (2015) foi o contratualista que mais se destacou como representante de um certo pensamento político tributário do absolutismo monárquico. De acordo com o autor, a sociedade precisava de um Estado forte, imprescindível para a manutenção da ordem e da segurança. Em sua visão, não era mais o conflito que explicava a natureza política do Estado, e

permissividade dos costumes, associados à instabilidade dos espíritos e à incerteza das condições da existência, lançam dúvida sobre as regras da vida moral (MENEZES, 2006).

sim a ordem. Hobbes (2015) argumentava que os indivíduos, em seu estado de natureza, possuem uma tendência de vazão irrestrita aos impulsos e desejos, o que facilmente culmina na luta de todos contra todos e desperta o medo e a insegurança. Visando evitar esse inconveniente, o autor defendia a necessidade do estabelecimento de um contrato social que cria a figura do Estado como um ente artificial denominado por ele Leviatã, que protege os seus súditos na medida em que eles renunciarem a sua liberdade em decorrência de uma suposta condição de segurança.

É importante sublinhar que o fato de Maquiavel (2004; 2007) ser reconhecido como o fundador da Ciência Política e Hobbes (2015) ser elencado como um dos mais importantes arautos do absolutismo monárquico só foi possível por eles ocuparem espaços de prestígio nas sociedades em que viveram, tendo a possibilidade de pensar, escrever e difundir seus ideais num momento sem os elementos legais presentes na contemporaneidade, como a garantia da liberdade de expressão. As suas preleções correspondiam aos discursos da época e contribuíram com a governamentalização do Estado, conforme mostrou Foucault (2007).³ Após a governamentalização, do Estado, através da produção de certas verdades fundamentadas para sua consolidação como algo imprescindível à sociedade, passa a governamentalização também da sua própria racionalidade e da forma com que trata das relações sociais, inclusive daquelas condutas que passam a reconhecer como violência e, posteriormente, como crime.

Criminologia clássica

Diante disto, a busca por uma certa legitimidade encontrada posteriormente naquilo que se convencionou chamar no campo acadêmico de criminologia, sociologia criminal e antropologia criminal se deu a partir do nascimento da obra de Beccaria (1999) que propôs à investigação criminal a utilização do conhecimento racional bem fundamentado acerca da verificação das distintas nuances que abarcam essa questão.

O juiz toma-se inimigo do réu, desse homem acorrentado, minado pela miséria e pela desolação, diante do mais negro porvir; não busca a verdade do fato, mas busca no prisioneiro o delito, prepara-lhe armadilhas, considerando-se perdedor se não consegue apanhá-lo, e crê estar falhando naquela infalibilidade que o homem se arroga em todas as coisas. Os indícios para a

³ Conforme ponderou Foucault (2007), as primeiras explicações que surgiram acerca da ordem e do conflito permitiram com que houvesse certa governamentalização do Estado. Desde o século XVIII, vive-se na égide da governamentalidade. As técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política. Foi a governamentalização do Estado o fenômeno responsável pela sobrevivência do Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal etc.; portanto, o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (FOUCAULT, 2007, p. 292).

prisão estão em poder do juiz; para que alguém prove ser inocente, deve ser antes declarado culpado; chama-se a isso processo ofensivo, e são esses, por quase toda parte da esclarecida Europa do século dezoito, os procedimentos criminais. O verdadeiro processo, o informativo, isto é, a investigação objetiva do fato, aquele que a razão ordena, que as leis militares adotam, usado até pelo próprio despotismo luxuriante, nos processos tranquilos e indiferentes, pouquíssimo utilizado nos tribunais europeus. Que complicado labirinto de estranhos absurdos, incríveis sem dúvida para uma mais feliz posteridade! Somente os filósofos desse tempo futuro lerão, na natureza do homem, a possível verificação de um tal sistema (BECCARIA, 1999, p. 68).

Como uma resposta ao exercício do poder punitivo dos reis, refletido em casos como o de Robert François Damiens,⁴ Beccaria defende que a procura do conhecimento científico acerca do fenômeno criminal deveria se sustentar em três circunstâncias que deveriam acompanhar o processo de investigação: primeiramente, a necessidade de questionar as ideias que dominaram anteriormente o entendimento do crime e seu tratamento; em segundo lugar, a necessidade de se estabelecer uma crítica à situação dos sistemas processuais; e, por fim, a importância de se comprovar o nascimento de um novo paradigma da ciência que estivesse balizado por essa racionalidade.

Beccaria (1999) produziu uma espécie de síntese das ideias penais iluministas que estavam em curso e é entendido por diversos autores, como Schecaira (2009), como uma figura que expressa a hegemonia do ideal da burguesia nas concepções filosófico-penais. Havia uma grande motivação para a transformação política e econômica que ensejava a busca por leis simples, facilmente conhecidas e reconhecidas pela população com ampla subordinação. Além de argumentar que somente as leis poderiam fixar penas, Beccaria (1999) acreditava que não deveria ser permitido ao juiz aplicar sanções de maneira arbitrária.

Ao criticar as sanções imbuídas de crueldade, como a morte, além de sugerir a extinção do confisco e das penas inflamadas direcionadas à família de um condenado, o autor buscava a racionalização da pena. Afirmava que

O rigor do castigo causa menos efeito sobre o espírito humano do que a duração da pena, porque a nossa sensibilidade é mais fácil e mais constantemente afetada por uma impressão ligeira, mas frequente, do que por um abalo violento, mas passageiro. Todo ser sensível está submetido ao império do hábito; e, como é este que ensina o homem a falar, a andar, a

⁴ Robert François Damiens foi um camponês francês acusado de atentar contra a vida do rei Luís quinze em 1757, o que culminou numa notória e controversa execução pública. Foi torturado de várias formas, tendo parte do corpo queimado com enxofre e sendo condenado ao esquartejamento por cavalos amarrados em suas pernas e braços. Como não estavam conseguindo desmembrá-lo, desistiram e o esquartejaram. Ainda vivo, apenas com o tronco, ele foi queimado. Damiens foi a última pessoa a ser executada na França de acordo com métodos que incluíam tortura e esquartejamento (FOUCAULT, 1977).

satisfazer suas necessidades, é também ele que grava no coração do homem as ideias de moral por impressões repetidas (BECCARIA, 1999, p. 33).

O autor defendia a dosimetria punitiva – o estabelecimento de uma proporcionalidade entre os crimes praticados e suas respectivas punições. Valorizava-se mais a efetividade do que o rigor na aplicação das leis. Além disso, Beccaria (1999) foi um dos primeiros pensadores a questionar a estrutura e a dinâmica do sistema de provas que não permitiam o testemunho de mulheres e desvalorizavam as argumentações dos condenados em defesa própria. Criticava, ademais, os métodos que utilizavam deliberadamente a violência física e mental para a obtenção da verdade, violências estas legitimadas pelo Estado e articuladas pelos que detinham o poder soberano, como o juízo de Deus, os testemunhos secretos e a tortura.

Dos delitos e das penas caracteriza a estrutura da racionalidade do direito penal liberal e da criminologia clássica, motivo pelo qual foi a maior fonte de críticas dos pensadores positivistas (SCHECAIRA, 2009). A corrente liberal percebia o criminoso como alguém que age racionalmente, assim como qualquer cidadão. O crime, então, seria fruto da escolha livre do indivíduo de violar o contrato social. O alicerce filosófico da Escola Clássica é a concepção de livre-arbítrio – o homem é livre para articular suas escolhas e, em função disso, é moralmente responsável pelos seus desfechos. Segundo Viana (2018, p. 43), “A vontade humana é totalmente livre, livre de qualquer condição determinante, assim que subtrai qualquer importância às disposições e influências ambientais”.

É possível visualizar as reflexões do classicismo no sistema penal atual, como observa-se na importância que é dada para se discernir, no caso concreto, a escolha do indivíduo em portar-se de acordo com o direito. Ainda se entende, na atualidade, que a inexistência do livre-arbítrio distancia a culpabilidade, mitigando a possibilidade de sanção. O pensamento liberal e clássico entende a punição, quando cabível e diante de um sujeito culpável, como uma contramotivação ao impulso que, numa perspectiva de defesa social,⁵ possui finalidade de proteger a coletividade.

Entre os aspectos positivos comumente associados aos pensamentos da Escola Clássica, destacam-se: a fortificação do enfrentamento às arbitrariedades das épocas anteriores; a tendência à humanização; e o surgimento e desenvolvimento da fase científica da ciência penal, que contribuiu significativamente para a consolidação de categorias fundamentais da dogmática

⁵ A ideologia da defesa social sintetiza o conjunto das representações sobre o crime, a pena e o direito penal construídas pelo saber oficial e, em especial, sobre as funções socialmente úteis atribuídas ao Direito Penal (proteger bens jurídicos lesados garantindo também uma penalidade igualmente aplicada pelos seus infratores) e à pena (controlar a criminalidade em defesa da sociedade, mediante a prevenção geral (intimidação) e especial (ressocialização) (ANDRADE, 2003).

penal, como o conceito jurídico de crime. No entanto, este último atributo é, também, uma fragilidade costumeiramente levantada, na medida em que seus princípios afastam o direito penal da realidade social. O formalismo inerente ao método abstrato não estava em consonância com as proposições científicas emergentes sobre o ser humano, tampouco oferecia respostas adequadas à realidade que se descortinava na última metade do século XIX. O método empírico, norteador do modelo de ciência e racionalidade que irrompe com o advento do Iluminismo, é marcadamente contrário aos pressupostos basilares da Escola Clássica. Ainda assim, diversos autores levantam a natureza sistemática da Escola enquanto um atributo que confere aos seus pensamentos um aspecto propriamente criminológico, identificando-o como o início de uma nova ciência.

Criminologia positivista

O naturalista britânico Charles Darwin (2008), ao publicar em 1859 sua obra *A origem das espécies*, na qual apresenta a teoria evolucionista e os matizes da seleção natural e sexual das espécies, exerceu uma influência significativa nos mais diversos campos do conhecimento, nos cenários europeu e mundial, sobretudo em função das categorizações minuciosamente por ele elaboradas. Na busca de certa legitimidade científica amparada por metodologias e racionalizações específicas, Cesare Lombroso (2013) apresenta, nesse ínterim, seu livro *O homem delinquente*, em 1876, inaugurando um novo desdobramento para a criminologia em sua dimensão científica: a criminologia positivista.

Esta nova vertente buscava caracterizar o criminoso com critérios semelhantes aos instrumentalizados pelas ciências biológicas em sua perspectiva sobre o estudo da evolução. Diante disso, as características fisionômicas do criminoso eram associadas com avaliações estatísticas direcionadas a diversos aspectos do indivíduo, como o tamanho das mãos, dos pés, da estrutura do tórax, a quantidade de cabelo e de barba, a altura, o peso, a presença ou a ausência de tatuagens e outros detalhes minuciosamente analisados (SCHECAIRA, 2009).

Em sua avaliação, Lombroso (2013) lançava mão da frenologia⁶ na intenção de examinar os elementos que pudessem conferir valor científico à sua concepção do que seria o “criminoso nato”. A avaliação fisiológica e fisionômica dessas características era perpassada

⁶ Frenologia é uma pseudociência que alega que a forma e protuberâncias do crânio são indicativas das faculdades e aptidões mentais de uma pessoa. A frenologia baseia-se no conceito de que o cérebro é o órgão da mente e se encontra dividido em regiões com funções específicas, denominadas módulos. O principal pressuposto da frenologia, que alega que as medidas do crânio são indicativas dos traços de personalidade, encontra-se desacreditada por evidências empíricas (PARKER; ALFARO-ALMAGRO; JBABDI, 2018).

pelo conceito, fundado pela antropologia evolucionista da época, de atavismo⁷ e de espécie não evolucionada. Seu trabalho era realizado no contexto prisional, tendo como amostra a parcela da população italiana encarcerada ao final do século XIX. Sua avaliação associava os traços dessas pessoas às características inatas de um criminoso geneticamente e psiquicamente determinado, sob uma avaliação também atravessada pelo entendimento psiquiátrico que estabelecia os critérios de degenerescência⁸ e loucura moral na avaliação dos portadores de sofrimento psíquico.

Se por um lado Lombroso (2013) procurava identificar o criminoso através da verificação de traços físicos que demonstravam o quão inclinado era o indivíduo para o cometimento de um ato infracional, seu sucessor Enrico Ferri (1900; 1996), por outro, adicionava à avaliação uma categorização em quatro dimensões: delinquente ocasional, delinquente habitual, criminoso passional e louco. Com uma maior complexidade analítica, Ferri reconhecia que o fenômeno da criminalidade exibia uma profunda complexidade e deveria ser analisado também por fatores sociais, antropológicos e físicos – sendo o autor, portanto, considerado por muitos autores como o fundador da sociologia criminal: “A ele [Enrico Ferri] devem a criminologia e o direito penal, se mais não for por ser o criador da chamada sociologia criminal” (SCHECAIRA, 2009, p. 99).

A marcada influência de Darwin também se mostra vívida no campo social quando se observa as tentativas de avaliação do desenvolvimento de uma sociedade, estabelecendo critérios que propunham justificar o maior progresso do povo europeu quando comparado a populações indígenas, como é possível verificar na antropologia evolucionista suscitada no livro *Cultura primitiva* de Edward Tylor (1958), de 1871. Sua obra influenciou, para além da plêiade da antropologia evolucionista, o próprio conceito de “cultura”, que, conforme é utilizado atualmente por alguns antropólogos, advém da junção dos termos germânicos *Kultur*, referente aos aspectos espirituais de certa comunidade, e *Civilization*, que denota sobretudo a realização material de determinado grupo social. O trabalho de Tylor (1958) consistia em mostrar que a cultura poderia ser alvo de análises sistemáticas, comparativamente à evolução, uma vez que possui causas identificáveis e regularidades previsíveis.

⁷ Concepção da existência de uma herança de caracteres inerentes a antepassados remotos. Não é a hereditariedade através de uma linha direta de ascendente para descendentes avós, pais, filhos, mas a reprodução, neste ou naquele membro da família, de certos caracteres próprios de avoengos ou de antepassados ainda mais longínquos (MOLINA, 1999).

⁸ Pressuposto que haveria progressiva degeneração mental conforme se sucedessem as gerações: nervosos gerariam neuróticos, que produziriam psicóticos, que gerariam deficientes intelectuais, até a extinção da linhagem defeituosa (ODA, 2001).

Assim, um dos interesses da antropologia seria construir uma “escala de civilização”, dispondo a humanidade entre extremos compostos pelas nações europeias, de um lado, e pelas tribos selvagens, de outro (LARAIA, 2003). Tal perspectiva em relação à cultura era balizada pela teoria do “ponto crítico” de Alfred Kroeber (1917), que enfatizava o caráter repentino do início da cultura, eclodida diante de uma alteração genética que fez com que o ser humano pudesse comunicar, aprender, ensinar e generalizar a partir de uma ínfima cadeia de sentimentos e atitudes diferentes. Tal teoria se sustentava em três argumentos centrais: a grande lacuna entre as habilidades mentais do *Homo sapiens* e de seus correlatos mais próximos; o progresso que era visto como um salto, e não num *continuum*; e o problema da “unidade psíquica da humanidade”, pois defender uma diferença histórica entre diferentes “tipos” de seres humanos seria considerado defender a teoria de raças. Apesar de ter sido amplamente aceita em sua época, posteriormente, a Paleontologia Humana desconstruiu essa teoria com a descoberta de “meios-homens”, como o *Australopithecus*, que detinham habilidades culturais importantes, como caça periódica e construção de ferramentas (GEERTZ, 1973).

Através da identificação de atributos biológicos, fisionômicos, psicológicos e sociais, a criminologia positivista tentava encontrar formas de categorização dentro dessas dimensões que permitissem a diferenciação entre indivíduos típicos e indivíduos criminosos, abordagem que tem a alcunha de etiologia. Influências do enfoque etiológico e biopsicológico podem ser facilmente percebidas no tempo presente, como no retrato midiático do crime observado em filmes, séries, jornais e outros produtos culturais, que não raro veiculam de forma fetichizada histórias romantizadas de psicopatas e *serial killers*. A etiologia também se percebe quando são utilizados argumentos sociais e psicológicos, como a baixa renda e a disfunção familiar, para justificar o crime, reforçando a visão negativa de quem enfrenta a vulnerabilidade social e minimizando as consequências dos comportamentos criminosos de indivíduos em posições privilegiadas na hierarquia social.

Sendo assim, o positivismo vai desconsiderar a noção clássica liberal do livre arbítrio contrapondo-a com a de determinismo biológico, entendendo a criminalidade como uma expressão genética e hereditária. Há um deslocamento do crime para o criminoso, agora clinicamente observável e minuciosamente escrutinado. Lombroso, ao encontrar em seus trabalhos as minorias sociais vulneráveis ao sistema penal italiano, catalogou-as enquanto criminosos naturalizados. Comparou os criminosos europeus aos povos colonizados nas Américas e na África, traçando paralelos entre “selvagens” e criminosos, “raças degeneradas” e, portanto, expurgáveis (LOMBROSO, 2013) – uma posição teórica em consonância com o momento histórico europeu, em sua empreitada colonial.

Criminologia crítica

Uma nova orientação criminológica surgiu na década de 1960, nos Estados Unidos, e foi denominada criminologia crítica, ou Nova Criminologia. Esta vertente faz uma inversão interpretativa no tocante ao objeto da criminologia, que se transfere do delinquente (ou do crime) para o sistema de controle criminal. Ou seja, a análise enfoca os critérios de seleção, da origem de legitimidade dos órgãos ou agências de controle e, principalmente, as consequências da intervenção punitiva. Tornam-se alvo de seu estudo o Estado, o direito e a persecução penal. A orientação postula que os métodos positivistas, fundamentados no paradigma etiológico-determinista, muitas vezes interpunha uma barreira insuperável para uma análise crítica da realidade, especialmente pela etiqueta oficial que lavrava tais procedimentos. Por valorizar um ponto de vista dinâmico e contínuo, consta em seu arcabouço teórico contribuições de diversas áreas do conhecimento, como a psicologia, a economia, a geografia, além da retomada de bases teóricas da filosofia e da sociologia (ALBRECHT, 2010).

A criminologia crítica busca mostrar novos métodos que suscitam modelos de análise sensitivos com a realidade. Há uma profunda rejeição a qualquer teoria funcionalista, além de um rechaço à neutralidade científica, principalmente da sociologia. Pela gama de valores que reúne, pode ser compreendida a partir de três orientações científicas distintas: o *labeling approach*, a etnometodologia e a criminologia crítica.

O *labeling approach* se distancia de uma concepção determinista e surge como uma concepção teórica que compreende o infrator como uma figura estigmatizada ao longo de um processo de interação entre os indivíduos e seus grupos. Diferentemente da criminologia tradicional, que traça paralelos entre a população desviante e a seleção biológica, a orientação em questão não encara o direito penal como um método interpretativo, mas como um objeto de análise criminológica, promovendo uma transição do paradigma liberal ao crítico (BARATTA, 1999).

Com o enfoque macrossociológico, a crítica é dirigida a se verificar as consequências não apenas da produção das normas penais, mas também de sua aplicação no ambiente social, aquecendo a discussão acerca de pelo menos três dimensões: a produção das normas (criminalização primária); a aplicação das normas (processo penal e agências de controle, polícia juízo criminal, caracterizando a criminalização secundária); e a execução da sanção (penas e medidas de segurança) (BARATTA, 1999).

O *labeling approach* postula que a identidade do indivíduo é moldada no percurso da interação social com os grupos, e não um dado cuja análise permita decifrar causas

pressupostas. Indaga-se, assim, sobre as formas de legitimação que atribuem às instâncias de reação e controle selecionar e etiquetar o indivíduo com a alcunha de desviante. A obra que inaugura a sistematização do *labeling approach* foi escrita por Howard Becker e intitulada *Outsiders: estudos de sociologia do desvio* (1963).

Garfinkel (1967) cunhou o termo etnometodologia referindo-se a uma perspectiva baseada no estudo da intersubjetividade do cotidiano e sobre como ele é verdadeiramente vivido pelos seus atores sociais. Ela busca analisar as regras e rituais que se imbricam no dia a dia do indivíduo. Como afirmam Dias e Andrade (1997, p. 55),

O comportamento desviante esgota-se no quadro de significações assumidas pelos participantes, devendo suspender-se todo o juízo sobre a realidade das normas ou da própria estrutura social [...]. O crime é visto como uma construção social realizada na interação entre o desviante e as agências de controle, que a etnometodologia estuda como “organizações”: polícia, tribunal, prisão, hospital psiquiátrico etc.

A criminologia radical, no entanto, surge nos Estados Unidos na década de 1970, no contexto da escola criminológica de Berkeley, e na Holanda, na França, na Inglaterra e no Canadá (DIAS; ANDRADE, 1997). No Brasil, essa concepção é visível principalmente na obra *Criminologia dialética* (1972), de Roberto Lyra Filho, e a partir das obras *A criminologia da repressão* (1979) e *A criminologia radical* (1981), de Juarez Cirino dos Santos. Surge como uma criminologia eminentemente marxista, tecendo críticas tanto ao interacionismo quanto aos estudos de etnometodologia, sobretudo em face de seus pressupostos conservadores do *status quo*.

A criminologia radical é uma teoria materialista e econômico-política do desvio, dos comportamentos socialmente negativos e da criminalização, um trabalho que leva em conta instrumentos conceituais e hipóteses elaboradas no âmbito do marxismo (BARATTA, 1999). Visa à redefinição do objeto da criminologia e, por isso, é uma “criminologia da criminologia”, diante crítica que encerra. Ademais, rechaça o próprio mecanismo capitalista que permeia a sociedade contemporânea.

A criminologia radical vincula o fenômeno criminoso à estrutura das relações sociais, mediante conexões diacrônicas entre criminalidade e condições sociais necessárias e suficientes à sua existência. Como se vê, muda o objeto de análise para o conjunto das relações sociais, mostrando que, primeiramente, são criminosos (e criminógenos) os sistemas sociais que produzem, através de suas estruturas econômicas e instituições jurídicas e políticas do Estado, as condições necessárias para a existência do comportamento criminoso (CIRINO DOS SANTOS, 1981, p. 3).

Apesar da multiplicidade de teorias do escopo crítico e dos quase 150 anos da obra de Lombroso, o determinismo endógeno das teorias antropológico-causais persiste na produção científica, política e cultural. Ainda que sua força não seja principalmente percebida enquanto um parâmetro de investigação metodológica, é facilmente reconhecida diante da ideologia predominante que objetiva substituir a sanção pela terapia impositiva, encontrando apoio teórico no meio acadêmico. É ainda mais drasticamente constatada diante dos discursos de atores políticos e representantes sociais sobre as percepções acerca das reformas político-criminais e de temáticas oriundas da segurança pública.

Em relação à temática da psicopatia na percepção da criminologia crítica, frequentemente os estudiosos pontuam o caráter histórico da condição e sua existência enquanto necessidade de resposta às demandas de controle social que se desdobram para além da esfera jurídico-penal. Critica-se os autores que a articulam adotando como premissa conceitos socioculturais, como moralidade e crime, na tentativa de sustentar a existência de uma categoria nosológica ou de um transtorno caracterizado pela transgressão às normas sociais. Estabelece-se uma associação do conceito com os postulados positivistas que buscam compreender os atos infracionais como entes ontológicos ou metafísicos que podem ser examinados externamente ao seu autor, apontando que o discurso comumente associado à psicopatia é cercado de elementos próprios da ideologia de defesa social, além de reforçar a corrente de direito penal do autor,⁹ concepções desacreditadas pela corrente crítica (BATISTA, 2012).

A transição de agressividade para violência e, posteriormente, para as noções de crime e punição, ressocialização ou contratualidade social coletiva, cria um impasse complexo no entendimento e abordagem dos comportamentos considerados desviantes. Esse impasse surge da tensão entre a necessidade de justiça social e a compreensão da natureza multifacetada do comportamento humano.

Tal conflito reside na tensão entre a busca pela segurança coletiva e os princípios éticos que norteiam a justiça e a dignidade humana. A sociedade enfrenta o desafio de desenvolver abordagens mais nuançadas, que considerem a complexidade da psicopatia, buscando soluções que integrem tanto a proteção social quanto a compreensão empática da condição humana.

⁹ Na concepção do direito penal do autor, o que verdadeiramente configura o delito é o *modo de ser do agente*, como sintoma de sua personalidade: a essência do delito radica em uma característica do autor que explica a pena. Ou seja, a pena se associa de modo imediato à periculosidade do autor. Por esta concepção o Direito Penal não deve castigar o ato, que em si mesmo não expressa muito valor, mas sim a atitude interna jurídica corrompida do agente. O delito em si tem um significado sintomático (ZAFFARONI, 2006).

CAPÍTULO 2

O panorama atual do conceito de psicopatia: uma revisão

Primeiras definições conceituais

O conceito de psicopatia como se conhece hoje guarda correlação com as transformações próprias do conceito de doença mental, que surge num primeiro momento associado a um elemento isolado no contexto da personalidade enquanto totalidade, num tempo e espaço específicos. Muitas vezes, os pacientes eram depositários reais de segregação, sendo perseguidos ou colocados à margem da sociedade (BITTENCOURT, 1981). No tocante à psicopatia especificamente, seu construto emerge a partir de esforços classificatórios oriundos de pelo menos três linhagens distintas da psiquiatria: o alienismo francês até meados do século XIX, a psiquiatria britânica de meados do século XIX e a psiquiatria alemã do fim do século XIX e início do século XX. Apesar de eventualmente apresentarem fortes divergências internas entre seus membros e um alto grau de heterogeneidade entre as linhagens, as classificações psicopatológicas e o debate em torno delas possibilitaram a designação e a evolução do conceito (MILLON *et al.*, 2003; JALAVA, 2006). Inicialmente, sua definição surgiu da observação de criminosos extremamente cruéis e agressivos que não apresentavam comemorativos clássicos de adoecimento psíquico (SOEIRO; GONÇALVES, 2010).

Diante disso, houve um importante esforço para a caracterização desses indivíduos e a criação das primeiras categorias nosográficas relacionadas. A princípio, os profissionais apoiaram-se em estudos de casos de criminosos e pacientes psiquiátricos, através de observações clínicas e entrevistas como fontes de dados e da hermenêutica clínica como método de análise (HARE; NEUMANN, 2008). Esse momento ficou conhecido como o surgimento da tradição clínica de estudo da psicopatia e foi de suma importância para o desenvolvimento das concepções modernas.

As primeiras descrições científicas dos padrões afetivos e comportamentais da psicopatia foram apresentadas pelo médico francês Phillipe Pinel, que, em sua obra *Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou mania* (1801), considerada um marco do alienismo francês, introduziu o termo *mania sem delírio* para se referir a uma anomalia de cunho degenerativo (ARRIGO; SHIPLEY, 2001; VAUGH; HOWARD, 2005). Seu objetivo era caracterizar o quadro de alguns que se envolviam em comportamentos extremamente agressivos e atípicos para com os outros ou consigo mesmos, a despeito do entendimento do caráter

irracional de suas ações e da ausência de cunho delirante ou outros comemorativos de insanidade.

Essa conceituação representou um rompimento perante as classificações das alienações mentais do período, pois era precisamente o delírio que permitia defini-las enquanto manifestações oriundas da loucura. Esse aparente contrassenso foi eliminado por Esquirol, discípulo de Pinel, que criou, em sua classificação de 1838, a categoria monomania. De acordo com Esquirol, a monomania poderia ser dividida em três subtipos: a monomania intelectual, que afetava as faculdades do “entendimento”; a monomania instintiva, que afeta a “vontade”; e a monomania afetiva, que afeta as faculdades do “sentimento” (CARRARA, 1998).

A monomania intelectual é a mais próxima da classificação inicial da monomania como “delírio parcial”:

A desordem intelectual é concentrada num único objeto ou numa série de objetos circunscritos; os doentes partem de um princípio falso, do qual tiram as consequências legítimas que modificam suas afeições e os atos de suas vontades; fora desse delírio parcial, eles sentem, raciocinam, agem como todo mundo; ilusões, alucinações associações viciosas de ideias, convicções falsas, errôneas, bizarras são a base desse delírio que eu gostaria de chamar “monomania intelectual” (ESQUIROL, 1838 *apud* DARMON, 1991, p. 123-124).

A monomania raciocinante ou afetiva apresenta similaridades com a categoria loucura moral dos alienistas ingleses, definida por Pritchard. Define-se por não apresentar delírio em sua configuração.

Os monomaníacos não perdem a razão, mas seus afetos, seu caráter são pervertidos; por motivos plausíveis, por explicações muito racionais, eles justificam o estado atual de seus sentimentos e desculpam a esquisitice, a inconveniência de sua conduta (ESQUIROL, 1838 *apud* DUTRA, 2002, p. 25).

Finalmente, há a monomania instintiva, cuja manifestação mais temida e extrema era a chamada “monomania homicida”, na qual o crime cometido era o único sintoma da alienação mental.

A vontade está lesada; o doente, fora das vias ordinárias, é levado a atos que a razão ou o sentimento não determinam, que a consciência reprova, que a vontade não tem mais força de reprimir; as ações (delituosas) são involuntárias, instintivas, irresistíveis... (ESQUIROL, 1838 *apud* DUTRA, 2002, p. 25).

O esforço classificatório de Pinel e Esquirol movia-se em direção à construção de um diagnóstico de doença mental sem o comemorativo do juízo moral depreciativo, comum das

classificações posteriores. Reflexo disso é que Morel, discípulo de Esquirol, contrapõe-se ao conceito de monomania ao postular, no seu *Tratado das degenerações* (1857), a degeneração enquanto causa orgânica identificável para as doenças mentais. Segundo esse autor, a despeito de uma aparente sanidade, a mente desses indivíduos estava completamente arruinada pela alienação (DARMON, 1991).

Suas tendências inatas para o mal fizeram-me designá-los, do ponto de vista médico legal, pelo nome de maníacos instintivos. O incêndio, o roubo, a vagabundagem e as propensões precoces para toda sorte de desregramentos formam o triste balanço de sua existência moral, e esses infelizes [...] povoam em grandes proporções as instituições penitenciárias para a primeira infância e os presídios (MOREL, 1860 *apud* BERCHERIE, 1989, p. 116).

O psiquiatra inglês Prichard, seguidor da escola ambientalista, foi um dos primeiros médicos que, fora da França, procurou contribuir para a reestruturação da visão conceitual de Pinel. Em 1835, em seu *Tratado da loucura e outras desordens que afetam o espírito*, cunhou o termo insanidade moral para se referir aos indivíduos cujos princípios de conduta eram fortemente alterados e indicadores de um comportamento antissocial subjacente. Prichard foi o primeiro autor a atribuir a esta perturbação a influência do meio e reconhecê-lo enquanto recurso para a integração desses sujeitos. Influenciou, assim, a criação de escolas educativas para jovens com comportamentos desviantes (CANTERO, 1993). Acreditava que a loucura moral era uma alteração isolada do senso de moralidade e dos comportamentos sociais, sem alteração qualitativa ou quantitativa no raciocínio ou na inteligência (MOREL, 1997).

Apesar das aparentes similaridades entre a conceituação de Prichard e à de monomania proposta por Esquirol, as diferenças se sobrepõem. Para o autor inglês, a loucura moral era um atributo negativo socialmente repreensível, e não somente uma patologia, adquirindo uma visão mais moralmente carregada quando comparada às categorias de mania sem delírio e monomania propostas pelos autores franceses (MILLON *et al.*, 2003). Além disso, a categoria sugerida por Prichard contemplava uma amostra muito maior de sujeitos, incluindo indivíduos em situações de vulnerabilidade social, como a mendicância e a prostituição (LALUMIÈRE; HARRIS; RICE, 2001). Sua visão influencia a perspectiva dos autores anglo-saxônicos, que se orientam pela ênfase dos aspectos das perturbações das relações sociais.

Mas a noção de forte cunho moral, generalizante e degenerescente, ainda que criticada por diversos atores sociais – do campo jurídico ao religioso –, popularizou-se ao longo do século XIX. Foi aprofundada por autores como Henry Maudsley (1897), que buscou aperfeiçoar essa descrição desenvolvendo o diagnóstico de imbecilidade moral, fortemente guiado pelo trabalho

de Lombroso e seu olhar sobre a antropologia criminal (ARRIGO; SHIPLEY, 2001). Essas influências predominaram na psiquiatria inglesa até o início do século XX.

No contexto alemão, a psiquiatria encontrava-se num momento de destaque ao fim do século XIX, ocupando o lugar de prestígio comumente atribuído aos franceses. Koch, psiquiatra alemão, buscando responder à problemática envolvida na concepção de Prichard, apresentou, em sua obra *As inferioridades psicopáticas*, de 1891, o conceito de inferioridade psicopática: anomalia de caráter, devido, em grande parte, a enfermidades mentais ou conseqüências advindas de aspectos congênitos (GONÇALVES, 1999).

É importante salientar que, no século XIX, a alcunha “psicopata” (do grego *psyché*, “alma”, e *pathos*, “paixão”, “sofrimento”) era utilizada em seu sentido mais amplo pela literatura médica para designar de forma geral os doentes mentais, sem relação estabelecida entre psicopatia e personalidade antissocial. Até mesmo Freud utilizou essa expressão em sua acepção ampla em seu artigo “Personagens psicopáticos no palco”, de 1906. Entre a população leiga e na literatura não especializada, a utilização do termo “psicopatia” como sinônimo de doença mental ainda persiste. Foi na Alemanha, a partir do século XX, que a expressão adquiriu um sentido mais restrito, diante do desenvolvimento dos estudos sobre personalidade e constituição. Atribui-se a Koch, ainda que Von Feuchtersleben (1845), Griesinger (1867) e Krafft-Ebing (1895) tenham feito uso anterior da alcunha na perspectiva generalizante (CALDEIRA, 1979), a utilização do termo psicopata, pela primeira vez, na acepção que ele possui atualmente (HENRIQUES, 2009).

Krafft-Ebing e Emil Kraepelin, no entanto, foram os psiquiatras alemães que receberam maior destaque nesse período. Partiram da teoria da degeneração de Morel, em declínio na época, para a elaboração de um modelo conceitual que pautava a existência de um estado de predisposição a doenças mentais, a partir do qual as patologias poderiam emergir. Comportamentos perversos ou moralmente reprováveis seriam, então, indícios e conseqüências significativas deste fundo comum (ALMEIDA, 2005). Krafft-Ebing concentrou-se nos estudos relativos aos comportamentos sexuais de cunho perverso, ao passo que Kraepelin, na última edição de seu *Tratado de psiquiatria* (1915), introduziu o termo “personalidade psicopática”, expressão utilizada até os dias atuais. A designação permitiu a elaboração do conceito de psicopatia, que surgiu integrado numa minuciosa tipologia de treze categorias-base, utilizadas pelo psiquiatra para descrever indivíduos com indicadores de comportamento criminal imoral ou anormal (LYKKEN, 1995). Kraepelin considerava a personalidade psicopática como um desvio na evolução típica do desenvolvimento ou uma forma frustrada de psicose. A valorização dos indicadores comportamentais oriunda dos trabalhos desses autores contribuiu para o

importante desenvolvimento científico observado no início do século XX acerca desta perturbação.

Outros autores, como Birnbaum e Gruhle, foram responsáveis pelo estabelecimento, juntamente com Kraepelin, de uma delimitação rígida entre psicose e psicopatia (CALDEIRA, 1979). A psicopatia seria reflexo de uma disposição constitucional que poderia ou não se manifestar ao longo da vida do indivíduo, a depender, inclusive, dos modificadores e estressores ambientais. Segundo tais autores, a psicopatia jamais evoluiria para uma psicose, ainda que a comorbidade entre as duas entidades fosse possível. A concepção de Kraepelin e as tipologias negativas ligadas à personalidade psicopática aproximaram esse construto rumo ao antissocial. Esta visão foi contestada por autores como Kretschmer, que, na direção oposta, tentou derrubar as delimitações entre psicose, psicopatia e normalidade. O autor, em sua obra *Biótipo e caráter* (1925), acreditava existir um *continuum* de manifestações que contemplava da normalidade à doença. A psicopatia, então, seria uma forma atenuada de transtorno mental paralela a outros transtornos de personalidade, como o esquizoide e o paranoide. Sua ideia, no entanto, não foi plenamente recebida pela comunidade científica, ao contrário dos postulados de Kraepelin (HENRIQUES, 2009).

O conceito de psicopatia como variante anormal do caráter, congênita, hereditária e pouco modificável foi sendo ao mesmo tempo acatado e criticado. Alguns autores consideravam que a interação das disposições inatas e as experiências de vida configuravam a constituição do indivíduo e seus possíveis adoecimentos. Nessa direção, Kurt Schneider realizou contribuições importantes, entre 1923 e 1955, inspirado na nosografia kraepeliana de divisão entre doença mental e psicopatia. Considerava equivocado visualizar como adoecimento mental uma condição que tem por base traços psíquicos, utilizando o termo *personalidade psicopática* para designar uma entidade integradora de desvios quantitativos de características normais de personalidade, salientando a importância dos aspectos pré-disposicionais. A psicopatia não seria, na visão do autor, uma condição mórbida em si, mas subtipos anormais de personalidade com variações que destoam da média populacional, eventualmente causando impactos na sociedade (GONÇALVES, 1999).

Dessa forma, Schneider classificou as personalidades psicopáticas em dez categorias: 1) hipertímicos; 2) depressivos; 3) inseguros; 4) fanáticos; 5) carentes de valor; 6) lábeis de humor; 7) explosivos; 8) apáticos; 9) abúlicos; e 10) astênicos – considerando a possibilidade de diversas combinações entre os subtipos com gradações distintas. Esta tipologia visava aumentar a precisão do diagnóstico de psicopatia e foi uma importante contribuição para as tentativas de definição do conceito (SOEIRO; GONÇALVES, 2010). O trabalho de Schneider,

contudo, não se limitou a associar os aspectos desviantes da personalidade ao diagnóstico. Pelo contrário, ele excluiu o comportamento antissocial da definição de psicopatia e argumentou pela existência de indivíduos psicopatas insensíveis que são inteiramente sociáveis. Para este autor, as personalidades psicopáticas seriam aquelas que, por sua anormalidade, sofrem e causam sofrimento nos outros. Isto difere da atual noção de psicopatia, que não reconhece o sofrimento de seu portador para o diagnóstico (ABDALLA-FILHO, 2020).

Ao longo da virada do século, muitos psiquiatras se incomodaram com as descrições gerais da psicopatia enquanto ausência de um possível núcleo moral. Consideravam tais caracterizações pobres em parâmetros científicos. A psiquiatria, ainda uma jovem ciência à época, era comumente criticada pelos excessos descritivos empiricamente vazios. Psiquiatras como Maudsley, na Inglaterra, e Koch, na Alemanha, iniciaram um trabalho de pensar a perturbação de forma mais abrangente. Os critérios diagnósticos de Koch foram, dentro dessa perspectiva, contemplados na oitava edição do livro clássico de Kraepelin sobre psiquiatria clínica (HERVÉ; YUILLE, 2007). A incapacidade moral, outrora no centro da discussão, perdeu seu espaço, e a Escola Alemã de Psicopatia acabou por expandir o diagnóstico sobremaneira, incluindo diversas outras condições. Durante a Grande Depressão, a psiquiatria utilizava-se da alcunha psicopata para se referir a depressão, automutilação, insegurança, timidez, diminuição da volição e várias outras condições destoantes da normalidade (CROWN; FREEMAN, 1994).

Tentativas de redefinição conceitual

Perspectivas clínicas e categoriais

Durante o pós-guerra, a partir da segunda metade do século XX, observa-se uma influência crescente da psicanálise e da fenomenologia no campo psiquiátrico ocidental. A maior ênfase dada aos fatores externos e ambientais na formação da subjetividade sobrepujaram, de certa forma, os conceitos germânicos sobre psicopatia neste período. O fenômeno da neurose era extremamente popular entre a comunidade científica e até entre os leigos, em função do caráter de esperança que se atribuía às práticas psicoterápicas enquanto alternativas de atuação, em contraponto com o aparente determinismo da concepção alemã (CALDEIRA, 1979). O conceito de psicopatia, nesse novo cenário, estreita-se ao redor da personalidade antissocial, predominando esta delimitação clínica para o construto, sobretudo diante dos trabalhos do psiquiatra estadunidense Hervey Milton Cleckley e do psiquiatra escocês David Handerson, (HENRIQUES, 2009).

Henderson publicou seu livro *Psychopathic States* em 1939 e causou instantaneamente um reexame na abordagem considerada excessivamente ampla da escola alemã. Nele, o autor postula que o psicopata geralmente é perfeitamente normal, perfeitamente racional e capaz de alcançar seus fins egocêntricos ultrajantes (KIEHL; HOFFMAN, 2011). Já Cleckley foi responsável por uma das contribuições mais significativas na definição atual de psicopatia, fornecendo uma descrição clínica detalhada da perturbação e suas diversas manifestações, em seu livro *A máscara da sanidade* (1941). Ao analisar o título, percebe-se que o autor visualiza a psicopatia como uma forma de doença mental, mas sem os comemorativos típicos dos sintomas graves das psicoses, conferindo ao indivíduo uma aparência de falsa normalidade, com uma mutilação de sua personalidade que mimetiza os comportamentos humanos habituais. Cleckley acreditava que a questão central da psicopatia seria o que ele chamou de “demência semântica” – um déficit na compreensão em profundidade dos sentimentos humanos, apesar de aparente entendimento num nível comportamental superficial. A deficiente resposta afetiva face aos outros explicaria a forte relação da condição com condutas tipicamente antissociais. Em detrimento de teorias psicopatológicas, o trabalho de Cleckley apresenta um caráter predominantemente clínico-descritivo, baseando-se nas histórias de quinze pacientes (FERRAZ, 2000).

Um perfil da psicopatia é apresentado por Cleckley ao indicar os traços mais significativos da perturbação, tais como: 1) encanto superficial e boa inteligência; 2) inexistência de alucinações ou de outras manifestações de pensamento irracional; 3) ausência de nervosismo ou de manifestações neuróticas; 4) ser indigno de confiança; 5) ser mentiroso e insincero; 6) egocentrismo patológico e incapacidade para amar; 7) pobreza geral nas principais relações afetivas; 8) vida sexual impessoal, trivial e pouco integrada; 9) ausência de sentimentos de culpa ou de vergonha; 10) perda específica da intuição; 11) incapacidade para seguir qualquer plano de vida; 12) ameaças de suicídio raramente cumpridas; 13) raciocínio pobre e incapacidade para aprender com a experiência; 14) comportamento fantasioso e pouco recomendável com ou sem ingestão de bebidas alcoólicas; 15) incapacidade para responder na generalidade das relações interpessoais; e 16) exibição de comportamentos antissociais sem escrúpulos aparentes.

Pontua-se a dificuldade em compreender a natureza subjacente aos atos antissociais, dada a aparente falta de lógica dos mesmos e a quantidade considerável de situações de alto risco em que o indivíduo eventualmente se encontra. Cleckley cita como exemplo, com base em seus relatos de casos, os roubos praticados pelos psicopatas cuja motivação não se atrela às contingências sociais. Apesar da inteligência acima da média, o psicopata não consegue

aprender com seus erros. Nenhuma punição é passível de fazer com que ele mude suas maneiras, embora as práticas punitivas, de ordem médica e jurídica, sejam as que mais recaiam sobre ele (HENRIQUES, 2009).

Entre outros autores do século XX que merecem destaque encontram-se McCord e McCord (1964), que através de uma extensa revisão bibliográfica identificaram um conjunto de características que definiria de forma mais pormenorizada a perturbação. De acordo com os autores, a psicopatia estaria relacionada à “incapacidade para amar” e à “ausência de sentimentos de culpa”, sendo a base para os comportamentos antissociais comumente observados. Descreveram os psicopatas como sociais, agressivos, egocêntricos, com baixo limiar de tolerância à frustração, altamente impulsivos e incapazes de estabelecer laços com outros seres humanos. A busca exagerada por sensações e a vida regulada por desejos primitivos seriam frutos de uma personalidade primariamente desajustada. Esta linha de pensamento que colaborou para a difusão do termo “sociopata”.

Ampliando o escopo da investigação clínica da psicopatia, Buss (1966) a descreveu de acordo com dois componentes distintos: sintomas e traços de personalidade. Os sintomas compunham comportamentos relacionados ao desrespeito pelas convenções, à incapacidade em controlar impulsos ou adiar gratificações, à busca incessante por estimulação, à rejeição da autoridade e da disciplina e a comportamentos antissociais. Os traços de personalidade consistem em relações interpessoais superficiais ou numa incapacidade fundamental para o estabelecimento de vínculos mais profundos de amor ou amizade, associadas à ausência de culpa e vergonha e a uma aparência de competência e maturidade que oculta uma inconsistência geral e uma incapacidade de ser digno de confiança. Como fruto desse trabalho, o autor propôs um padrão tridimensional, ilustrando o psicopata como um indivíduo: 1) vazio e isolado; 2) sem identidade basilar; e 3) sem perspectiva de controle do tempo.

Tais critérios clínicos estão na base de investigações futuramente desenvolvidas e sustentam o recurso a questionários de personalidade elaborados, entre os quais se destaca o Minnesota Multiphasic Personality Inventory (MMPI) (HARE, 1996; HARE; FRAZELLE; COX, 1978). Alguns estudiosos se voltaram novamente à discussão sobre os desvios morais na psicopatia, contando com instrumentos de avaliação mais sofisticados.

Perspectivas tipológicas

Paralelamente às definições de vertentes clínicas e categoriais, pode-se observar ainda um conjunto de esforços numa delimitação e numa abordagem tipológicas do conceito. Nesta linha de investigação, Karpman (1941, *apud* GONÇALVES, 2000) descreveu dois tipos de

psicopatas: 1) agressivo-predador, que corresponde a indivíduos frios, agressivos e insensíveis, com ambição extrema e predatória; e 2) passivo-parasita, pessoas com aparente simpatia, mas que alcançam seus objetivos através de um estilo de vida parasitário. Jenkins (1960 *apud* GONÇALVES, 2000) faz uma divisão em três grupos: 1) “não socializado-agressivo”, definido por crueldade, desafio à autoridade e ausência de sentimento de culpa; 2) “sobre-ansioso”, marcado por apatia, timidez, sensibilidade e submissão; e 3) “socializado”, associado a grupos antissociais, envolvidos com disfunções escolares, familiares e envolvimento em crimes (GONÇALVES, 1999).

Quay e colaboradores (QUAY, 1965; QUAY; PARSONS, 1971), seguindo a metodologia tipológica, delimitaram dois fatores definidores essenciais: a delinquência psicopática, integrante de aspectos como fraca moralidade, rebeldia, impulsividade e disfunções familiares; e a delinquência neurótica, que abrange as tendências impulsivas, agressivas, tensão, depressão e sentimento de culpa. Sua pesquisa se desdobrou, posteriormente, na divisão em quatro dimensões: “socialização” e “sub-socialização”, “déficit de atenção” e “ansiedade-retraimento-disforia” (GONÇALVES, 1999).

Blackburn (1984) corrobora a discussão nessa vertente, dividindo os psicopatas em: 1) psicopatas primários; 2) psicopatas secundários; 3) psicopatas inibidos; e 4) psicopatas conformados, grupos que poderiam ser encontrados na população prisional e com marcadas diferenças no comportamento e na personalidade. Os psicopatas primários apresentavam elevada extroversão e baixa ansiedade, ao passo que os secundários eram introvertidos e com ansiedade elevada. Em seu trabalho, o autor constatou que 52% de psicopatas primários e 8% de psicopatas inibidos tinham histórias de reincidência de atos violentos (BLACKBURN, 1984). Blackburn concebeu a psicopatia como sendo composta por traços de personalidade mais próximos dos comumente encontrados em indivíduos narcisistas e histriônicos, a despeito da relação frequente feita com os antissociais. Segundo o autor, alguns critérios de psicopatia são de fato encontrados nos antissociais (impulsividade, falsidade, irresponsabilidade, falta de remorso), mas os demais compõem outros transtornos de personalidade do Cluster B, notavelmente os transtornos narcisistas (grandiosidade, falta de empatia), histriônico (expressão exagerada de emoção) e limítrofe (impulsividade). Estava interessado em um estudo mais aprofundado da psicopatia e, como Schneider, independentemente de seus vínculos com o comportamento criminoso, Blackburn criticou a supervalorização da associação entre psicopatia e criminalidade (ABDALLA-FILHO, 2020).

Lykken (1995), colaboradores e outros estudiosos ampliaram as pesquisas e confirmaram achados semelhantes. Os estudos culminaram numa tipologia que estabelece os

psicopatas primários como indivíduos pouco ansiosos, calculistas, insensíveis, manipuladores e mentirosos, em contraste com os psicopatas secundários, que seriam portadores de um sofrimento de ordem neurótica, estimulando o comportamento impulsivo e eventualmente desordeiro por eles apresentado (LEVERSON; KIEHL; FITZPATRICK, 1995; ROSS; LUTZ; BAILLEY, 1987). Estabelece-se, então, uma dicotomia que ainda é alvo de intensa discussão na comunidade científica.

Diante disso, o conflito entre traços afetivos, tradicionalmente o foco da escola alemã, e a violação das normas sociais, principal tema das investigações mais modernas, continuou a existir na abordagem psiquiátrica da psicopatia, uma vez que o conjunto vasto de alterações da personalidade que surgem associadas ao construto, em sua vertente mais clínica e tipológica, era considerado por muitos como moralista e inoperante (DOREN, 1987). Ao longo do tempo, houve uma mudança de foco na definição de psicopatia, que não era vista como uma desordem que causa dano ao seu portador, mas sim para a sociedade. Consequentemente, a psicopatia se tornou mais associada ao transtorno de personalidade antissocial (TPAS) do que a outros transtornos de personalidade (ABDALLA-FILHO, 2020).

Contribuições da psicanálise

O estudo da perversão

As contribuições descritivas, ainda que representem uma etapa importante na delimitação conceitual da psicopatia, suscitam também questões importantes sobre as causas e os mecanismos que fazem o indivíduo se tornar psicopata. Nesse sentido, os trabalhos das escolas psicanalíticas se destacaram pela compreensão de características centrais dessa condição, sobretudo através do estudo da perversão.

A perversão é compreendida como uma forma de organização psíquica e um fenômeno social, político, sexual e estrutural que se encontra presente em todas as sociedades humanas (SANTOS; CECCARELLI, 2009). Na concepção psicanalítica, a perversão constitui parte integrante na classificação geral das três grandes categorias, juntamente à neurose e à psicose, ainda que alguns estudiosos acreditem que essa categorização leva a uma redução da complexidade da estrutura perversa (BERGERET, 2000).

Trata-se de uma forma patológica de se relacionar com o objeto caracterizada pela manipulação, marcada por conteúdos próprios da violência, estreitamente relacionada à psicose e mais distante das estruturas neuróticas. Esse modo de funcionar é expresso por fixações pulsionais em zonas erógenas, oriundas da falta de integração do ego advindo de uma falha narcísica, com conseqüente má formação do superego, encontrando o prazer apenas quando

ligado a um objeto e a uma pulsão parciais, recorrendo a zonas específicas para se compensar psiquicamente. Alguns autores, no entanto, apontam que não há uma má formação do superego, e sim um aumento em sua força e proporcionalidade de função (CALHEIROS, 2013).

As vivências traumáticas pré-edípicas conferem características mais primitivas às perversões, desenvolvendo-se a partir de uma fase específica de constituição do objeto, na qual é mantida uma ilusão defensiva de poder pela falha narcísica criada, que por sua vez é compensada por relações de dominância, com o intuito de controlar e anular o objeto (HARRATI; VAVASSORI; VILLERBU, 2006). O tensionamento nas relações parentais e as expressivas exposições às ansiedades e perdas intensificam a sexualidade, sobretudo em suas facetas mais agressivas. Fantasia-se um cenário em que um objeto é eleito enquanto receptáculo dos comportamentos compulsivos do sujeito para satisfação e exteriorização das pulsões agressivas e grandiosas, substituindo relações interpessoais por relações de adição. Então surge o fetiche, uma relação estabelecida com as imagos parentais, utilizado enquanto uma defesa diante da dualidade do objeto que é percebido como bom e mau, simultaneamente. Por outro lado, esta relação objetual pode ser marcada pelo desejo de humilhação, degradação ou aniquilação do objeto, permitindo ao sujeito retribuir aquilo a que foi submetido (CALHEIROS, 2013).

Por muitos anos, a temática da perversão foi pouco abordada na literatura psicanalítica, levantando suspeitas de que esse fenômeno fosse resultado da baixa incidência dos perversos no contexto da clínica e da complexidade inerente do tema. No entanto, Santos (2013, p. 2) argumenta que

A psicanálise, por valorizar uma clínica na qual o sujeito é o protagonista que transmite um saber sobre o seu sofrimento, deixa de lado etiquetas diagnósticas que amiúde enquadram e silenciam o indivíduo, fato que, em certa medida, explica o porquê de seu retraimento em empreender pesquisas sobre a psicopatia.

Ainda assim, é possível sublinhar que Freud fez apontamentos importantes ao longo de sua obra em três momentos principais. O primeiro se refere à constatação, em seu texto *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (FREUD, 1905), de algo diferente do que a comunidade científica apregoava até então, propondo uma ruptura entre a perversidade e a perversão sexual encontrada em todos os seres humanos. De acordo com Freud (FREUD, 1976, p. 211), “a disposição às perversões é a disposição originária e universal da pulsão sexual dos seres humanos”.

Posteriormente, em “Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais” (FREUD, 1995), Freud discorre sobre a fantasia de espancamento e outras fixações perversas símile, retratando-as enquanto consequências reminiscentes do complexo de Édipo. Esse movimento provocou uma intensa reformulação teórica do pensamento analítico no que tange à neurose e à perversão.

Por fim, em *Fetichismo* (FREUD, 1976), o autor estabelece pela primeira vez uma correlação clara entre a perversão fetichista e um mecanismo próprio de defesa contra a castração: a *Verleugnung*, recusa. A partir de então, a perversão ascende ao nível de categoria clínica pareável com a neurose e a psicose.

A releitura que Lacan faz da obra de Freud nos auxilia a compreender esses três tempos da seguinte maneira: no primeiro, *Três ensaios*, é um divisor de águas, ressalta que os traços de perversão que Freud descobriu na neurose desvelam apenas a natureza do gozo do sujeito e não a sua estrutura clínica. No segundo, “Bate-se numa criança”, a fantasia assume para Freud a *estrutura* irreduzível de um enunciado gramatical cuja gênese se liga à história do sujeito. Lacan considera que foi por meio da análise da fantasia de espancamento que Freud fez a perversão entrar em sua verdadeira dialética analítica. No terceiro tempo, *Fetichismo*, Lacan isola o termo *Verleugnung* na obra freudiana, e a partir das descobertas de Freud pode dar à *Verleugnung* um estatuto próprio que define o mecanismo da perversão (MARTINHO, 2013, p. 1).

A nosografia psicanalítica entende a perversão enquanto um tipo específico de estruturação subjetiva, nas suas relações com fantasias e desejos. Nesse sentido, a sexualidade infantil é percebida enquanto algo perversa, em função do caráter de exploração e transgressão próprios dos modos de satisfação desse momento da vida. Já no adulto, observa-se uma uniformidade e uma fixidez da perversão, imbuída da função subjetiva da desautorização da lei. Surge enquanto uma negação da castração, com uma fixação importante na sexualidade infantil (ROSÁRIO; NETO, 2014).

Roudinesco (1998) salienta que, através de Lacan, a perversão se distanciou de uma dimensão desviante para se tornar constituinte do funcionamento psíquico comum do ser humano, adquirindo a conformação de uma estrutura que frequentemente desafia e provoca os alicerces da lei. Sua definição, no entanto, não se restringe aos aspectos infracionais, mas envolve também as nuances do desejo, bem como do lugar que o outro assume nas dinâmicas interpessoais. Seguindo o caminho trilhado por Freud, pode-se dizer que o conceito definidor da perversão é o desmentido que o sujeito opera sobre a angústia de castração (ROSÁRIO; NETO, 2014).

Freud discorre sobre o caráter natural da perversão na subjetividade humana. Compreendê-la enquanto estrutura psíquica permite inferir que o indivíduo a adquire no entrecruzamento entre aspectos de história de vida (singular e coletiva), educação, traumas de diversas origens e identificações inconscientes diversas. De acordo com essa interpretação, não se trata de uma herdabilidade congênita. A partir daí, os desfechos possíveis dependem de como o indivíduo opera essa perversão interna, seja no sentido da superação e da sublimação, ou pela via da autodestruição e da infração penal (ROUDINESCO, 1998).

Os neuróticos são entendidos enquanto indivíduos que adequam o ego às demandas ambientais, recalçando muitas vezes os conteúdos ambivalentes, conflitantes e angustiantes que os atravessam. Os perversos, por outro lado, colocam o ego à mercê do *id*, numa sujeição que nega a realidade e a substitui por uma que dá sentido aos seus desejos. O ato que perpassa a fruição da vontade é praticado geralmente como vitorioso e percebido sem culpa. Não há a repressão do desejo característica da estrutura neurótica. Na perversão, é possível negociar, num mesmo momento, as exigências do *id* com as da realidade, sem que uma interfira ou anule a outra. Não há nem o recalçamento dos desejos, como na neurose, nem rejeição à realidade, como na psicose (AULAGNIER; SPAIRANI, 1967).

Perspectiva winnicottiana

Winnicott, autor importante no que tange à psicanálise infantil, atribuía um valor positivo ao comportamento antissocial em crianças, compreendendo que sua ocorrência estava relacionada às perdas comuns desse momento de vida em termos afetivos e de segurança. No entanto, para que a dimensão de positividade dessas condutas prevalecesse, era necessário que os cuidadores respondessem de forma adequada e acolhedora, promovendo subjetivação e ressignificação numa dinâmica de contingência. Em 1939, o autor escreveu “Agressão e suas raízes”, trabalho que tinha como premissa orientar professores no manejo da agressividade dos alunos, abordando-a enquanto um comemorativo intrínseco das atitudes humanas. A indissociabilidade da agressividade ao humano aproxima Winnicott da visão de Freud.

No desdobramento do escrito anterior, ele aprofundou-se na temática da “tendência antissocial” em *Privação e delinquência* (2005), discorrendo sobre as mazelas psíquicas das crianças vítimas dos desapossamentos característicos dos contextos de guerra, muitas vezes retiradas de seus lares e privadas do convívio com a família. No escopo da psicanálise, sua obra representou um rompimento com o que era postulado em relação à delinquência e à criminalidade, com contribuições notáveis que se alinharam aos trabalhos de John Bowlby

(1940) sobre o vínculo direto entre o ato de roubar e a privação do cuidado parental em crianças nos primeiros anos da infância.

De acordo com Bowlby, o ímpeto de agressividade infantil muitas vezes causa um sentimento de mal-estar nas pessoas próximas, consequência dos movimentos que não raro os seres humanos fazem na tentativa de ocultar comportamentos dessa natureza. Tais ímpetos possuem, em sua visão, uma dimensão voraz e instintiva, que busca reconciliar as infindas demandas de amor e apetite com os limites de seus cuidadores. Para a obtenção de uma gratificação que não coloque a figura parental em risco, torna-se necessária uma parcela de frustração e ódio que muitas vezes é abruptamente externalizada. Diante disso, defende que um dos maiores desafios na constituição da personalidade é

Tornar o indivíduo capaz de drenar cada vez mais o instintual. Isso envolve a capacidade crescente para reconhecer a própria crueldade e avidez, que então, e só então, podem ser dominadas e convertidas em atividade sublimada. Só se soubermos que a criança quer derrubar a torre de cubos será importante para ela vermos que sabe construí-la (WINNICOTT, 2005, p. 102).

Avalia, assim, que os impulsos destrutivos possuem valor na constituição do sujeito e na percepção de si, auxiliando a criança na tarefa de transformação da percepção dos ambientes interno e externo nas relações entre objetos e fenômenos.

Podemos compreender que essas primeiras pancadas infantis levam a uma descoberta do mundo que não é o eu da criança e ao começo de uma relação com objetos externos. O que logo será comportamento agressivo não passa, portanto, no início, de um simples impulso que leva a um movimento e aos primeiros passos de uma exploração. A agressão está sempre ligada, desta maneira, ao estabelecimento de uma distinção entre o que é e o que não é o eu (WINNICOTT, 1994a, p. 104).

Sublinha, também, que as atitudes agressivas infantis desenham possibilidades de lidar com o impacto causado pela percepção de um universo que foge ao seu controle.

Dando-se tempo para os processos de maturação, a criança se tornará capaz de ser destrutiva e de odiar, agredir e gritar, em vez de aniquilar magicamente o mundo. Dessa maneira, a agressão concreta é uma realização positiva. Em comparação com a destruição mágica, as ideias e comportamentos agressivos adquirem valor positivo e o ódio converte-se num sinal de civilização, quando se tem em mente todo o processo do desenvolvimento emocional do indivíduo, e especialmente suas primeiras fases (WINNICOTT, 2005, p. 109-110).

Apesar da centralidade do trabalho desenvolvido por Winnicott estar no universo da infância, o autor ampliou suas conclusões sobre a agressividade afirmando que os adultos poderiam ser capazes de canalizá-la positivamente por meio do trabalho, ainda que muitas vezes um resquício exceda, não sendo passível de se dominar. Não percebia os impulsos vorazes como

objetos a serem curados, mas sim percebidos e avaliados entre as miríades da subjetividade e da responsabilização, adquirindo um aspecto muitas vezes positivo para o sujeito na medida em que fornece possibilidades de reparação e reconstituição de conflitos internos. O trabalho, o brincar, os jogos e a arte são evocados enquanto ferramentas estratégicas nesse processo.

Sem tentar aprofundar-nos muito na origem das forças que lutam pelo predomínio dentro da personalidade, posso assinalar que, quando as forças cruéis ou destrutivas ameaçam dominar as forças de amor, o indivíduo tem de fazer alguma coisa para salvar-se, e uma das coisas que ele faz é pôr para fora do seu íntimo, dramatizar exteriormente o mundo interior, representar ele próprio o papel destrutivo e provocar seu controle por uma autoridade externa. O controle pode ser estabelecido desse modo, na fantasia dramatizada, sem sufocação séria dos instintos, ao passo que o controle interno necessitaria ser geralmente aplicado e resultaria num estado de coisas conhecido clinicamente como depressão (WINNICOTT, 1978, p. 93-94).

Especificamente em relação à tendência antissocial, o autor escrutinou principalmente o furto e a destruição enquanto caminhos transgressivos do comportamento. O primeiro remonta à esperança da criança que, não encontrando algo em algum lugar, busca-o em outro através do furto. O segundo revela a necessidade de estabilidade ambiental, uma vez que a violação intempestiva do ambiente sinaliza a necessidade de um meio que suporte seu estado de alta tensão e excitabilidade. Contraindo a ideia de que crianças antissociais não experimentam culpa ou moralidade, Winnicott afirma que existe um estágio prévio àquele em que os ganhos secundários passam a prevalecer, em que a criança experimenta angústia frente aos impulsos destrutivos vivenciados enquanto sofrimento. O recurso antissocial surge diante do não acolhimento dessa demanda subjetiva.

Se isso for feito [...], então a criança pode retornar ao período que antecedeu o momento de privação e redescobrir o objeto bom e o bom ambiente humano controlador que, por existir originalmente, tornou-se capaz de experimentar impulsos, inclusive destrutivos (WINNICOTT, 2005, p. 124).

Winnicott faz uma associação direta entre a conduta transgressiva e a esperança, contraindo o que é compreendido enquanto ato antissocial em termos do imaginário do senso comum e da perspectiva científica hegemônica, frequentemente pessimista com os desfechos dessas condições (HARRIS; RICE, 2006). Tal esperança se evidencia na sua percepção de que a ação antissocial infantil é como um pedido de socorro frente à sociedade, diante do desejo da criança de que haja alguma forma de contenção externa que a auxilie na reorganização do ambiente e na reestruturação da dinâmica interna, não havendo necessidade das violações antissociais enquanto manifestações dessa angústia e resoluções desses conflitos.

A criança antissocial está simplesmente olhando um pouco mais longe, recorrendo à sociedade em vez de recorrer à família ou à escola para lhe fornecer a estabilidade de que necessita a fim de transpor os primeiros e essenciais estágios de seu envolvimento emocional (WINNICOTT, 2005, p. 130).

O autor acreditava que, se esse clamor fosse atendido, seria possível que as crianças abandonassem as condutas antissociais, reparando os erros possíveis numa direção que permitisse o exercício da responsabilização.

Contribuições das neurociências

O estudo da psicopatia também é foco de intensa discussão entre os neurocientistas. Trabalhos foram realizados identificando a neurobiologia da violência, revelando um componente genético forte (CADORET *et al.*, 1995; GHODSIAN-CARPEY; BAKER, 1987), bem como uma interação robusta entre trauma na primeira infância e alterações em lobos frontais. A violência, entretanto, é apenas um componente que pode estar associado à psicopatia. Sobre as dificuldades na condução de tais estudos, Grisolia (2001, p. 82-83) afirma:

Quando tentamos focar na psicopatia, encontramos várias dificuldades. A maioria dos estudos em larga escala são baseados em comportamentos (agressões na infância, comportamentos criminais etc.) com apenas raras referências ao diagnóstico específico desses sujeitos violentos. Este ponto é crucial, uma vez que a maioria dos indivíduos violentos ou até mesmo criminosos condenados não são psicopatas, ainda que cometer atos criminosos seja necessário para preencher as definições tanto para personalidade antissocial quanto para psicopatia.

O reconhecimento de que os circuitos neurais dos lobos frontal e temporal estão envolvidos na produção de características de personalidade, incluindo a psicopatia, iniciou-se em 13 de setembro de 1848, com o caso de Phineas Gage. O jovem era supervisor de construção de ferrovias da Rutland e Burland Railroad, em Vermont, Estados Unidos. Enquanto estava preparando uma carga de pólvora para explodir uma pedra, ele socou uma barra de aço, inadvertidamente, no buraco. A explosão resultante projetou a barra, com 2.5 cm de diâmetro e mais de 1 metro de comprimento, contra o seu crânio, em alta velocidade. A barra entrou por sua bochecha esquerda, destruiu seu olho, atravessou a parte frontal do cérebro e saiu pelo topo de seu crânio, do outro lado. Gage perdeu a consciência imediatamente e começou a ter convulsões (THIEBAUT DE SCHOTTEN, 2015).

Nos meses seguintes à lesão, apesar da recuperação clínica, a personalidade de Gage mudou drasticamente, de uma pessoa reconhecidamente conservadora, metódica, responsável

e sóbria para uma irritável, agressiva, violenta, impulsiva, insensível e frequentemente alcoolizada. Faleceu em 1861, treze anos após o acidente, epilético, sem que uma autópsia fosse realizada em seu cérebro. O médico que o atendeu, John Harlow, entrevistou amigos de parentes e escreveu dois artigos sobre a história médica reconstruída de Gage: um em 1848, intitulado "Passagem de uma Barra de Ferro Pela Cabeça", e outro em 1868, intitulado "Recuperação da Passagem de uma Barra de Ferro Pela Cabeça" (MACMILLAN, 2000).

Paralelamente à evolução psicológica na modelagem e conceito da psicopatia, vários autores relataram que uma resposta autonômica deficiente diante de imagens assustadoras, durante a infância, foi diretamente correlacionada com comportamento criminoso futuro. Por outro lado, aumento da capacidade de resposta autonômica na infância foi inversamente correlacionada com comportamentos violentos e criminosos posteriores (SCARPA; RAINE, 1997). Tomadas em conjunto com avaliações psicológicas que indicavam que a diminuição do afeto interpessoal e capacidade de resposta era um componente central da psicopatia, veio a ser levantada a hipótese de que a hiporreatividade autonômica é o substrato de desenvolvimento da estrutura psicopática da personalidade (RAINE *et al.*, 1996). Essa hipótese, por sua vez, conduziu várias linhas de pesquisa destinadas a compreensão da neurobiologia da psicopatia. Tal compreensão das estruturas neurais e distorções da atividade do circuito neural subjacente à psicopatia foi considerada essencial por diversos autores para que se pudesse pensar em meios de tratamento para a condição (THOMPSON, RAMOS; WILLETT, 2014). Classicamente, observou-se que as adversidades da infância ou traumas de diferentes origens podem predispor a estados emocionais e adaptativos que eventualmente se tornam traços de personalidade persistentes (THIEBAUT DE SCHOTTEN, 2015).

Uma metanálise de 27 estudos revisados por pares de amostras não clínicas publicadas até agosto de 2012 encontrou uma correlação positiva entre as adversidades da infância, incluindo trauma, e uma menor eficiência na transcrição do gene da monoamina oxidase tipo A (MAO-A). A expressão diminuída de MAO-A leva à reduzida capacidade catabólica de noradrenalina e serotonina, e foi associada ao desenvolvimento de características antissociais (violência insensível, abuso de substâncias, comportamento criminoso) nos homens, assim como em mulheres, ainda que com uma associação menos robusta (BYRD; MANNUCK, 2014). No entanto, outro grande estudo falhou em confirmar a interação entre maus-tratos na infância, menor eficiência transcricional da MAO-A e desenvolvimento de comportamento antissocial (HABERSTICK *et al.*, 2014). Assim, ainda que a interação entre adversidades na infância e alteração das catecolaminas cerebrais permitam associações e hipóteses, os dados permanecem inconclusivos.

Outros genes adicionais estão implicados, pelo menos indiretamente, no desenvolvimento da estrutura da personalidade psicopática. A variante Met-Met do gene que codifica o fator neurotrófico derivado do cérebro (BDNF) fez crianças e adolescentes do sexo masculino mais vulneráveis a influências agressivas (MOUL *et al.*, 2013). O polimorfismo do receptor de oxitocina RS53576 foi associado à diminuição da capacidade de formar vínculos afiliativos durante períodos de sofrimento. Além disso, polimorfismos de um único nucleotídeo, diminuindo a transdução do sinal de serotonina dos receptores 5HT-1B e 5HT-2A, foram associados a características de insensibilidade e ausência de resposta emocional em adolescentes do sexo masculino (SMEARMAN *et al.*, 2016).

Além disso, os estudos genéticos até o momento enfatizam a importância das interações entre os polimorfismos herdados geneticamente e influências e eventos negativos durante a infância e a adolescência. A interação entre genética e ambiente está em concordância com a observação de Raine, na qual uma minoria das crianças com hiporreatividade autonômica que ele estudou desenvolveram vidas e carreiras pró-sociais, tendo se tornado, por exemplo, policiais, especialistas em descarte de bombas e pilotos de teste, e não se tornaram criminosos. Tais observações sugerem que intervenções precoces destinadas a limitar as adversidades na infância e combater influências antissociais poderiam melhorar o desenvolvimento da psicopatia, de acordo com essa perspectiva. Alguns autores especulam que pesquisas genéticas contínuas podem produzir resultados específicos e marcadores biológicos para a triagem, a prevenção ou o tratamento de psicopatia (FRICK, 2003).

Embora não sejam topograficamente precisos, muitos estudos eletroencefalográficos (EEG) associaram a disfunção na região anterior do cérebro à psicopatia. Um recente estudo com quatro homens com epilepsia do lobo pré-frontal medial resistente a tratamento e que exibiam comportamentos antissociais descobriu que tais comportamentos antissociais foram resolvidos após a ablação cirúrgica dos focos epileptiformes ou convulsivos (TRÉBUCHON *et al.*, 2013). Investigações sobre eventos relacionados a indivíduos com psicopatia mostrou uma relação inversa entre a amplitude de P3, refletindo uma atividade cerebral de cerca de 300 milissegundos pós-evento, e a propensão a externalizar comportamentos, sugerindo um déficit na atenção cortical no contexto do processamento introspectivo de aspectos morais e empáticos (VENABLES *et al.*, 2014).

Outro estudo de psicopatas descobriu que a amplitude de P3 está diminuída em resposta a estímulos auditivos abruptos e correlacionou-se diretamente com déficits nas relações afetivas interpessoais (DRISLANE; PATRICK; ARSAL, 2014). Estas observações parecem especialmente esclarecedoras, dadas as recentes observações eletroencefalográficas que

sugerem que, em controles saudáveis, o processamento de decisões morais envolve primeiro a avaliação do contexto interpessoal dentro dos lobos temporais, seguido pelo processamento que acontece na região do córtex pré-frontal ventromedial, relacionando os fatores éticos, morais e empáticos (YODER; DECETY, 2018). Tomados em conjunto, esses estudos levam à especulação de que as melhorias na comunicação entre os lobos temporal e pré-frontal ventromedial e no processamento cortical relacionado às afiliações interpessoais e decisões morais poderiam atenuar o comportamento psicopático.

Uma variedade de estudos de imagem de perspectivas anatômica e funcional salientam a disfunção da amígdala como um elemento central na psicopatia. Apesar da sobreposição frequente entre psicopatia e transtorno de personalidade antissocial, a resposta da amígdala diante de imagens projetadas para transmitir medo ou emoções negativas parece distinguir psicopatas de indivíduos antissociais não psicopatas (FURNHAM; HYDE; TRICKEY, 2014). A disfunção do giro fusiforme também tem sido implicada em psicopatas no contexto da incapacidade de interpretar expressões faciais negativas (DECETY *et al.*, 2014). Por fim, psicopatas exibiram uma falha na ativação dos lobos temporais na resposta a estímulos provocadores de ansiedade (ERMER *et al.*, 2012). Tomados em conjunto, esses estudos sugerem que, no cérebro psicopático, os lobos temporais não conseguem processar adequadamente traços afetivos e sociais associados a emoções, resultando em um sinal de saída atenuado no córtex pré-frontal ventromedial, culminando num defeito crítico no julgamento de valores morais e éticos.

O desenvolvimento das formas de investigação científica através do uso de exames de imagem foi fundamental para os avanços científicos das neurociências no tocante à psicopatia. A ressonância magnética funcional (RMf) é uma técnica que foi desenvolvida no início dos anos 1990 por Kwong *et al.* (1992). Ela detecta e mapeia mudanças na oxigenação sanguínea do cérebro. Como os músculos, os neurônios consomem oxigênio quando estão trabalhando. A RMf pode ser sintonizada para localizar regiões nas quais o oxigênio está sendo recrutado. Em um estudo de RMf típico, pesquisadores apresentam eventos como estímulos – vídeos, fotos, sons ou palavras – enquanto o indivíduo está no *scanner* de ressonância magnética. As regiões do cérebro engajadas em processar o estímulo fornecido são mapeadas, e cérebros que receberam o estímulo são comparados com cérebros em estado de repouso. A RMf envolve muitos processos técnicos e estatísticos, sendo necessário um significativo treinamento para entender seus pontos fortes, fracos e suas limitações. Mesmo assim, a RMf oferece uma oportunidade sem precedentes para estudar distúrbios clínicos em geral e a psicopatia em particular (KIEHL; HOFFMAN, 2011).

O primeiro estudo que utilizou a RMf para avaliar os cérebros de psicopatas criminosos foi publicado em 2001. Mas este e outros estudos de RMf foram prejudicados pelo tamanho amostral normalmente diminuído. As prisões, locais onde comumente esses indivíduos se encontram, normalmente não possuem aparato técnico para realização de ressonância magnética (RM). Dessa forma, os primeiros investigadores que utilizaram essa metodologia precisavam transportar os prisioneiros psicopatas das prisões para os hospitais locais. Em função da complexidade da logística, do alto custo e dos problemas de segurança associados com esses arranjos, o número de indivíduos nesses estudos permaneceu baixo (KIEHL, 2011).

Apesar das limitações, estudos recentes envolvendo imagens de RM e RMf apontam para a redução de matéria cinzenta tanto na amígdala quanto no córtex pré-frontal ventromedial. Além disso, identificaram, em indivíduos psicopatas, uma redução na conexão, via fascículo uncinado, entre o núcleo da amígdala, outras estruturas da parte anterior do lobo temporal e o córtex pré-frontal ventromedial, mas também um aumento da conexão entre o córtex pré-frontal ventromedial e dorsolateral (LI; HILL; HE, 2014). Essa configuração anormal parece estar associada com os aspectos de falta de empatia, conexão emocional deficiente, imoralidade, insensibilidade e inflexibilidade próprios da personalidade psicopática. Anormalidades na substância branca também foram identificadas em regiões como o trato occipito-frontal e o corpo caloso, mas ainda não se sabe o significado prático dessas observações (SUNDRAM *et al.*, 2012).

Outras estruturas cerebrais e estriatais possuem papel importante em indivíduos psicopatas. A comunicação frontotemporal inadequada com o giro do cíngulo pode resultar na dificuldade em distinguir valores e desejos egocêntricos, contribuindo para uma performance social narcisista. De forma similar, a transdução de sinal prejudicada entre o córtex pré-frontal ventromedial e a rede de neurônios-espelho no córtex pré-frontal inter-hemisférico parece ser responsável pelo reconhecimento de estados emocionais de outras pessoas, bem como pelo desenvolvimento de empatia (HAKER; SCHIMANSKY; RÖSSLER, 2010). Além disso, a supressão reduzida do córtex pré-frontal ventromedial, associada à hipersensibilidade da área tegmentar ventral e do núcleo accumbens, são responsáveis pela antecipação do circuito de recompensa, revelando um papel importante na impulsividade e no uso abusivo de substâncias psicoativas, comuns nos psicopatas (BUCKHOLTZ *et al.*, 2010).

Apesar dos avanços em neurociências no tocante à psicopatia, alguns autores manifestam preocupações em relação às metodologias de pesquisa neste campo, sobretudo à padronização de técnicas, reprodutibilidade, dimensionamento da utilidade prática, limitações tecnológicas e questões de ordem ética (SOUSA; MATTOS, 2019).

O conceito no DSM

Apesar do reconhecimento da importância dos componentes afetivos na perturbação, houve uma preocupação na confiabilidade dos profissionais em mensurá-los com as ferramentas até então disponíveis. Tal embate – entre os que acreditavam e os que não acreditavam que os aspectos afetivos poderiam ser diagnosticados com segurança – foi responsável pelas oscilações observadas no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) no tocante à inscrição e à descrição da condição. Outra dificuldade na inclusão da psicopatia no DSM é que tal manual não foi projetado para uso forense, apesar dos desvios sociais serem reconhecidos enquanto dimensões essenciais da psicopatia (SOARES, 2017).

Em 1952 a American Psychiatric Association (APA) publicou o primeiro DSM, que contava com a categoria Distúrbio de Personalidade Sociopática, cuja descrição foi fortemente influenciada pelas contribuições de Cleckley. Contemplava critérios tanto afetivos quanto comportamentais, divididos em três categorias: reação antissocial, reação dissocial e desvio sexual (ARRIGO; SHIPLEY, 2001). A segunda edição do DSM, lançada em 1968, apesar de algumas alterações superficiais – como a fusão da reação antissocial e dissocial na categoria personalidade antissocial –, manteve o diagnóstico com o mesmo nome, assim como a descrição de suas características (APA, 1968).

Porém, o DSM-III (APA, 1980) e sua edição revisada DSM-III-R (APA, 1989) mudaram drasticamente a nomenclatura e a caracterização do diagnóstico de psicopatia, rompendo a tradição germânica de avaliação dos traços afetivos. A ênfase nas relações sociais do indivíduo e nas causas externas de sua antissocialidade foi preterida no conflito contra explicações estritamente comportamentais por tais relações serem consideradas mais precisas e quantificáveis. O então criado Transtorno de Personalidade Antissocial (TPAS) contempla um indivíduo com padrão crônico de infrações legais e comportamentos antissociais (APA, 1989). O diagnóstico estende sua aplicação à maior parte dos encarcerados, permitindo a vários autores sustentarem a crítica de que, a partir do DSM-III, identifica-se uma clara tendência da APA à patologização de condutas criminais, movimento este que é concomitante ao endurecimento da política penal estadunidense observado a partir da década de 1980 (MCCALLUM, 2017).

Ao abandonar inteiramente a dimensão afetiva, a abordagem do DSM-III e DSM-III-R foi considerada por muitos especialistas como sendo, ao mesmo tempo, ampla e limitada. Ampla porque, focando a avaliação em indicadores comportamentais, abrangia indivíduos com personalidades profundamente distintas, muitos dos quais não eram psicopatas. Limitada pois sua capacidade diagnóstica era superficial, incapaz de caracterizar um indivíduo

verdadeiramente psicopata. Psiquiatras e acadêmicos especializados no estudo da psicopatia foram críticos ao DSM-III. Ao contrário de seus autores, tinham confiança na capacidade de clínicos treinados em detectar de maneira confiável perturbações nos componentes afetivos. Nessa visão crítica, a proposição do DSM-III poderia até ser um instrumento diagnóstico com confiabilidade, mas estava profundamente distante do que o construto tradicionalmente buscava descrever (WIDIGER *et al.*, 1996).

A intensa insatisfação com a abordagem do TPAS pelo DSM-III levou a APA a conduzir vários estudos de campo, num esforço para considerar os sintomas tradicionais da psicopatia e traduzi-los para os interesses do manual. O texto do DSM-IV (APA, 1994) faz uma equivalência ao afirmar que o TPAS também pode ser referido como “psicopatia, sociopatia ou transtorno dissociado de personalidade”. As ambiguidades já existentes foram aprofundadas, e as críticas se intensificaram diante da similaridade convencional entre diagnósticos que a nova redação estabeleceu. O psiquiatra Robert Hare se opõe a uma abordagem tipológica do conceito, não acreditando na existência da divisão dos psicopatas em tipos, já que os seus estudos revelaram vários critérios e dimensões que definem a desordem. Criador da Psychopathy Checklist Revised (PCL-R) (HARE, 1991), uma das escalas de mensuração de psicopatia mais amplamente utilizadas na atualidade, Hare opõe-se também às limitações da definição de TPAS no DSM-IV: “Uma consequência infeliz da ambiguidade inerente ao DSM-IV provavelmente será um processo judicial em que clínico diz que o réu atende à definição de TPAS do DSM-IV, outro clínico diz que não, e ambos estão certos!” (HARE, 1996, p. 4). De acordo com o autor, o TPAS é insatisfatório pelo fato de demandar uma subdivisão implícita entre os que sejam diagnosticados na população geral e aqueles submetidos à justiça criminal. Ao defender o diagnóstico que sua escala visa mensurar, o autor defende que a psicopatia corresponde a um dos construtos clínicos com melhor validação no âmbito da psicopatologia e é o construto clínico mais importante para o sistema judicial (HARE, 2003).

O DSM-V, oficialmente publicado em 18 de maio de 2013, é a mais recente edição do manual. Os critérios diagnósticos para os transtornos de personalidade não sofreram mudanças em relação aos apresentados no DSM-IV-TR (APA, 2013). Corrobora, assim, com a premissa de Cleckley do ineditismo do próprio trabalho, pois, apesar das críticas, sua descrição da psicopatia como personalidade antissocial ainda vigora, como atestado pelas nosografias psiquiátricas contemporâneas. Já a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) aborda o construto sob o escopo do diagnóstico transtorno de personalidade dissociado. Em sua descrição, caracteriza um indivíduo em que predomina a indiferença face aos sentimentos dos outros, o que pode levar à manifestação de

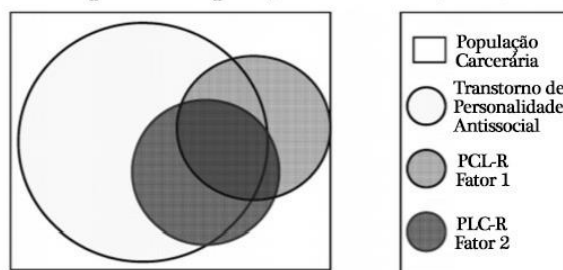
comportamentos cruéis, ao não cumprimento de ordens, a uma baixa tolerância à frustração e à predisposição para a violência (MORANA; STONE; ABDALLA-FILHO, 2006).

Robert Hare e o PCL-R

O trabalho de Hare se inseriu num momento em que as publicações buscavam uma redefinição clínica da psicopatia, sobretudo a partir da década de 1980. O *Psychopathy Checklist* (PCL) foi publicado em 1980, sendo revisado em 1991 e 2003 (PCL-R). Em 1995, seus colegas autores lançaram a Lista de Verificação da Psicopatia: Versão de Triage (PCL:SV) (HART; COX; HARE, 1995), e, em 2003, Hare foi coautor da Lista de Verificação da Psicopatia: Versão Jovem (PCL-YV). Ao combinar critérios afetivos (Fator 1) e socialmente desviantes (Fator 2) com considerável validade e confiabilidade, tais ferramentas tornaram-se os instrumentos diagnósticos padrão para muitos clínicos e pesquisadores (KIEHL; HOFFMAN, 2001).

A relação entre os fatores de psicopatia de Hare e o TPAS, no tocante a populações carcerárias, é mostrado na Figura 1. Percebe-se que o TPAS não contempla os traços afetivos (Fator 1) em sua maior parte, mas em geral captura os antissociais (Fator 2). Assim, uma abordagem direcionada ao TPAS alcançaria pessoas presas com questões na performance social, incluindo uma grande parcela de psicopatas, mas não contemplaria quase metade dos que possuem comensurativos afetivos. Além disso, de acordo com alguns autores, até 85% de todos os prisioneiros apresentam a condição, revelando que o TPAS pode ser excessivamente abrangente, moralmente implicado e pouco direcionado (LEVERSON; KIEHL; FITZPATRICK, 1995).

Figura 1. Transtorno de Personalidade Antissocial e Psicopatia na População Carcerária (Hare, 1996)

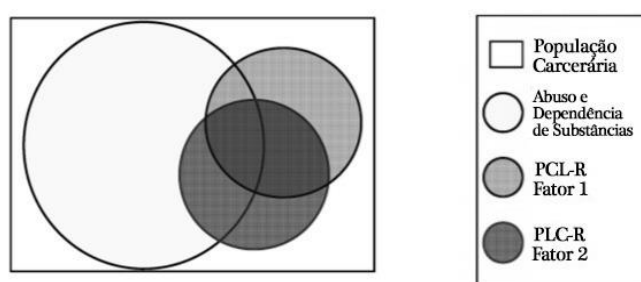


Fonte: Hare (1996, p. 80).

Utilizando novamente a definição proposta por Hare, a Figura 2 ilustra a comorbidade entre o abuso de substâncias e a psicopatia nas populações encarceradas. Observa-se que os

psicopatas com problemas com o uso de substâncias compõem um pouco menos da metade de todos os psicopatas encarcerados. Para alguns pesquisadores, isto simboliza que cerca de 10% de todos os esforços de tratamento de drogas na prisão são potencialmente desperdiçados desde o início (em metade dos 20% que são psicopatas), a menos que intervenções considerem a influência da psicopatia na terapêutica. De acordo com esses autores, os psicopatas geralmente reincidem pela própria natureza da perturbação, e não pelas questões envolvendo o uso de drogas (GUDONIS; DEREFINKI; GIANCOLA, 2009).

Figura 2. Abuso e Dependência de Substâncias Psicoativas e Psicopatia na População Carcerária (Hemphill et al., 1994)



Fonte: Hemphill *et al.* (1994, p. 80).

Os instrumentos desenvolvidos por Hare são considerados por muitos estudiosos como o padrão-ouro para o diagnóstico clínico de psicopatia. Foram traduzidos para uma dúzia de idiomas e são usados em todo o mundo. Ainda assim, o debate sobre o TPAS em contraste com a psicopatia permanece. Para além desse confronto, alguns autores acreditam que a visão do trabalho de Hare se assemelha com o conceito de loucura moral de Prichard (ARRIGO; SHIPLEY, 2001).

Ainda que o PCL-R esteja de acordo com os pormenores científicos, validade estatisticamente e consolidado no mundo acadêmico, é alvo de críticas, sobretudo em função de: 1) sua validação ser considerada restrita, contemplando somente a população carcerária, limitando a possibilidade de generalização; (2) alguns autores acreditarem que o uso indiscriminado da ferramenta leva ao diagnóstico de falsos-positivos (WALTERS, 2007) por questões como contratransferência aversiva e falhas na metodologia de aplicação; e 3) permanecer a questão de que há uma forte carga de condenação moral, expressa em critérios como “comportamento sexual promíscuo”, “estilo de vida parasitário”, “múltiplas relações conjugais de curta duração” e “mentira patológica”. Acredita-se que a escala faça uma redução de uma série de comportamentos a categorias, sem o esforço de investigar e compreender as razões que os colocam como correlacionados e moralmente implicados. Os trabalhos de Hare

são apontados como possuidores de uma fachada de rigor científico que esconde uma faceta de concepção degenerescente que há muito se tentou superar (GUNN, 2003).

Para alguns autores, esta distinção entre conceito e operacionalização é muito relevante. Segundo eles, é muito fácil confundir *o que* está sendo mensurado – isto é, um conceito com características centrais definidas – com *como* este está sendo mensurado – isto é, basear-se em métodos de critérios de identificação específicos. Por exemplo, inteligência não é o mesmo que a pontuação obtida em um teste de QI. Igualmente, um conjunto de critérios diagnósticos para um transtorno mental não é a mesma coisa que a definição deste transtorno mental, bem como um mapa não é a mesma coisa do que o terreno que ele representa (COOKE *et al.*, 2012).

Perspectivas conceituais recentes

Avaliação Compreensiva da Personalidade Psicopática

Foi a partir da identificação da necessidade de esclarecimentos sobre o conceito de psicopatia que os autores Cooke *et al.*, em 2012, desenvolveram um “mapa conceitual” do distúrbio baseado em uma revisão sistemática da literatura e consultando profissionais experientes na área. O fruto do trabalho destes autores é um modelo que compreende 33 sintomas em seis domínios da personalidade, denominado Avaliação Compreensiva da Personalidade Psicopática (CAPP). O resultado deste processo foi uma lista de sintomas citados como adjetivos ou frases adjetivas. Posteriormente, os autores definiram cada sintoma em termos de três sinônimos adjetivos, um processo chamado por eles de “triangulação” (COOKE *et al.*, 2012).

Os autores dividiram os sintomas em uma base racional de seis grupos que parecem refletir domínios básicos da personalidade e das funções associadas (MILLON; DAVIS, 1996): domínio da vinculação, domínio comportamental, domínio cognitivo, domínio afetivo, domínio do eu e domínio da dominância. A Figura 3 contempla o modelo de CAPP: 33 sintomas da psicopatia, cada um definido por três adjetivos, agrupados em seis domínios funcionais.

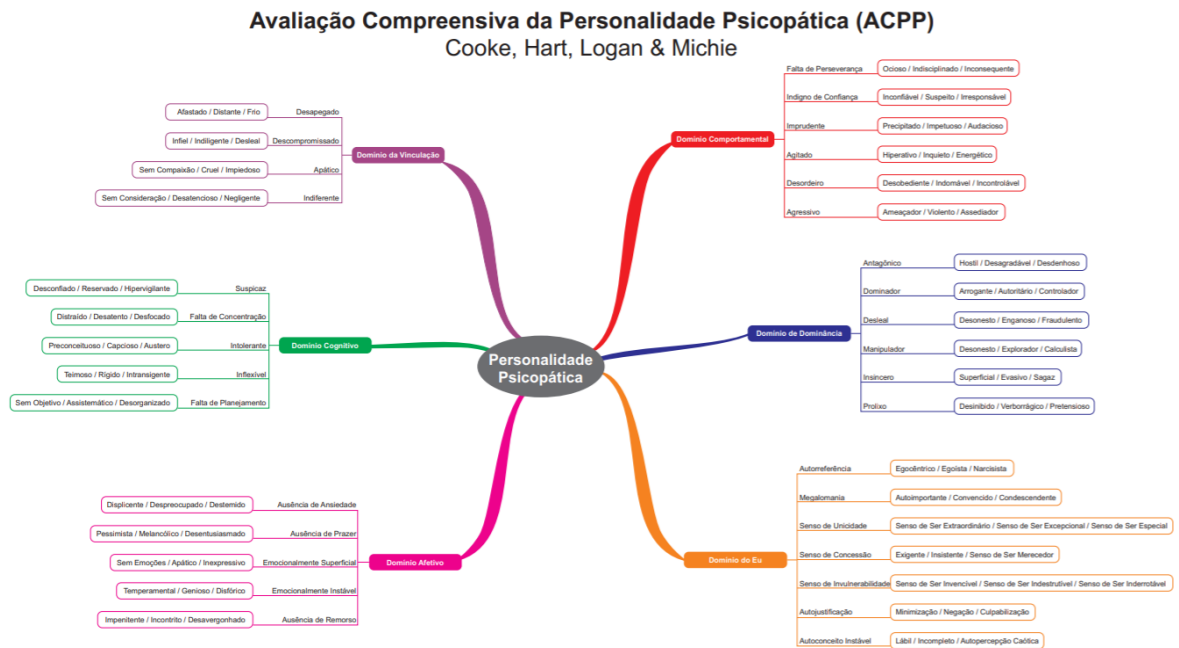
Figura 3: Avaliação Compreensiva da Personalidade Psicopática (ACPP)

Figura 3. Avaliação Compreensiva da Personalidade Psicopática (ACPP) (Tradução Própria)

Fonte: Cooke *et al.* (2012, p. 12).

O *domínio da vinculação* reflete a dificuldade que os sujeitos com psicopatia têm em relações afetivas e interpessoais, como o fracasso em formar laços emocionais estáveis e duradouros com outros indivíduos. Ele foca na intimidade e na aceitação pelos outros que as pessoas tentam alcançar em trocas interpessoais. Os sintomas do domínio da vinculação são: *desapegado, descompromissado, apático e indiferente*.

O *domínio comportamental* reflete problemas com a organização de atividades direcionadas a objetivos, tendência a ser impulsivo e a buscar sensações novas. Foca na regulação do comportamento incluindo o fracasso em estabelecer estratégias para lidar com as tarefas da vida diária de forma sistemática, consistente e planejada. Os sintomas do Domínio Comportamental são: *falta de perseverança, indigno de confiança, imprudente, agitado, desordeiro e agressivo*.

O *domínio cognitivo* reflete problemas com a capacidade de flexibilidade mental e de adaptação, como a tendência de ser distraído, intolerante, suspicaz. Foca no funcionamento psíquico, incluindo como a pessoa foca ou aloca sua atenção, codifica e processa informação, organiza o pensamento e faz atribuições. Os sintomas do domínio cognitivo são: *suspica, falta de concentração, intolerante, inflexível, falta de planejamento*.

O *domínio da dominação* reflete as dificuldades na diligência de relações interpessoais, como uma busca excessiva por status e assertividade. Esta definição foca no grau de poder ou

no controle que esses indivíduos tentam exercer em suas trocas interpessoais. Os sintomas deste domínio são: *antagônico, dominador, desleal, manipulador, insincero, prolixo*.

O *domínio afetivo* reflete problemas com a regulação do humor, como a tendência a experimentar emoções rasas e lábeis. Tal domínio foca no tom, na profundidade e na adequação das respostas afetivas dos indivíduos. Os sintomas do domínio afetivo são: *ausência de ansiedade, ausência de prazer, ausência de profundidade emocional, ausência de estabilidade emocional e ausência de remorso*.

O *domínio do eu* reflete problemas com a identidade ou a individualidade, como ser autocentrado; promove o autoengrandecimento. Esta definição preocupa-se em identificar a consciência das pessoas quanto a suas próprias identidades, incluindo a apreciação que elas têm por seus traços de personalidade, suas habilidades e qualidades, seus desejos. Tem influência nos papéis sociais e nas relações com os outros indivíduos. Os sintomas do domínio do eu são: *autocentrado, megalomaniaco, senso de unicidade, senso de concessão, senso de invulnerabilidade, autojustificação, autoconceito instável* (COOKE *et al.*, 2012).

Alguns potenciais benefícios em usar essa aproximação léxica para descrever os transtornos de personalidade, de acordo com seus idealizadores, estão relacionados à articulação da linguagem coloquial e traços de personalidade bem conhecidos, permitindo que os sintomas sejam facilmente compreendidos. Ainda, agrupar tais sintomas em domínios elabora um contexto que ajuda a reduzir potenciais significados ambíguos. A CAPP é considerada por Cooke *et al.* (2012) como altamente eficiente. Ela compreende 33 sintomas, mais do que os que são listados na CID-10 como critérios diagnósticos para transtornos de personalidade (7 sintomas); do que os critérios do DSM-V para o transtorno de personalidade antissocial (7 sintomas no adulto); ou que a PCL-SV e PCL-R – constatando 12 e 20 sintomas, respectivamente, como critérios. Entretanto, cada sintoma da CAPP é definido usando apenas três adjetivos ou frases adjetivas. Em contraste, a CID-10 precisa de em média 12 palavras para conseguir definir cada um de seus sintomas, o DSM-V precisa de em média 14 palavras, o PCL-SV requer em torno de 50 palavras, ao passo que e o PCL-R necessita de em torno de 200 palavras (COOKE; MICHIE; SKEEM, 2007).

Na CAPP, os sintomas não fazem referência a comportamentos. Ainda que todos os traços de personalidade sejam associados ou manifestados em padrões característicos de comportamento, não há um único comportamento ou conjunto de comportamentos especificamente associado a um determinado traço de personalidade. Além disso, o padrão de comportamento que tende a ser associado com um traço de personalidade varia em função da

cultura, do gênero e da idade do indivíduo que está sendo avaliado, bem como varia também o contexto da avaliação (COOKE; LOGAN, 2015).

No entanto, é necessário reconhecer as potenciais limitações da CAPP. A maior delas é que sua construção necessitou de um expressivo julgamento prévio. O mapa não foi construído baseado em critérios objetivos e empíricos, pois isso não seria possível na visão dos autores. Foi desenvolvido a partir de diversas premissas sobre a natureza do transtorno de personalidade e dos sintomas do transtorno de personalidade. Ainda que essas premissas fossem consistentes tanto com relação ao consenso como aos especialistas deste campo, algumas pessoas podem rejeitá-las. Outro potencial limitador da CAPP é o fato de ser uma ferramenta muito ampla e detalhada. Inclui sintomas que alguns especialistas acreditam ser secundários ou até mesmo irrelevantes para a psicopatia (ex.: *autoconceito instável, falta de concentração, falta de prazer, agitado*). Também inclui como sintomas distintos o que muitos consideram ser um só sintoma (ex.: *autoengrandecimento, senso de unicidade, senso de invulnerabilidade*). Para os autores, isto não foi visto como um problema, uma vez que optaram, *a priori*, por uma formulação excessiva e atomística quando desenvolveram o instrumento (COOKE *et al.*, 2012).

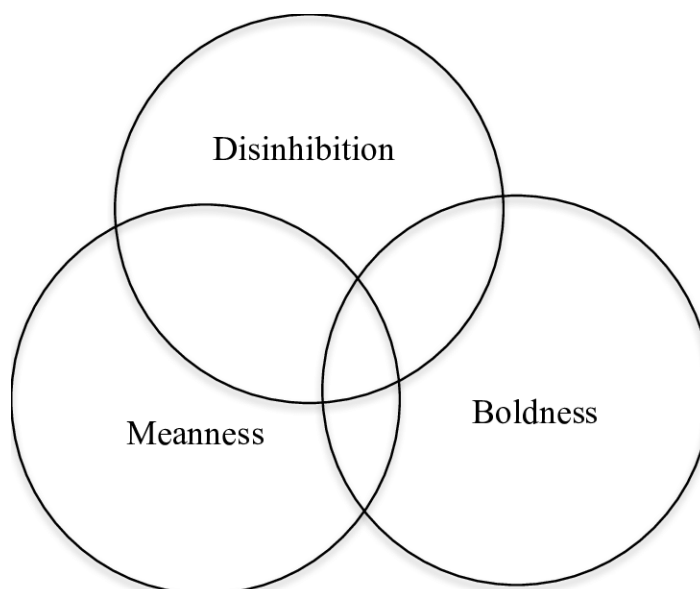
Modelo Triárquico da Psicopatia

A literatura tradicional sobre a psicopatia, ao se debruçar sobre o campo da infância e da adolescência para a avaliação de traços psicopáticos na juventude, considerava-a numa perspectiva psicopatológica externalizante (ACHENBACH; EDELBROCK, 1978). Para alguns autores, no entanto, o fenômeno não corresponde a uma externalização, uma vez que não se trata de um excesso de reatividade afetiva, mas sim de uma deficiência desse atributo que ocasiona uma desvinculação emocional marcada pela diminuição da sensibilidade considerada normal no lastro social típico (PATRICK; BRADLEY; LANG, 1993). Sendo assim, para esses estudiosos é fundamental elucidar os fatores que precipitam a desinibição comportamental e o distanciamento afetivo para a compreensão do fenômeno da psicopatia no contexto da infância e da adolescência, buscando entender quais as características da psicopatia tradicionalmente reconhecidas são extensíveis a essa faixa etária (FRICK; HARE, 2001). Acreditam que seria possível compreender construções fenotípicas mais elementares que permitiriam um maior esclarecimento dos fenômenos psicológicos e neurobiológicos subjacentes a essa condição, lapidando sua conceituação geral.

Os autores Patrick, Fowles e Krueger (2009), movidos pela investigação dessas manifestações fenotípicas elementares, propuseram o Modelo Triárquico da Psicopatia, que agrega e relaciona diversas descrições e perspectivas contemporâneas para fornecer subsídios

na coordenação e na investigação de processos neurobiológicos e de neurodesenvolvimento que contribuem para as várias manifestações da psicopatia. Segundo tal concepção, existem três construtos fenotipicamente distintos com processos etiológicos e de desenvolvimento importantes no delineamento da psicopatia: *disinhibition*, *boldness* e *meanness*. A Figura 4 esquematiza a relação entre tais dimensões.

Figura 4: Relação entre as dimensões da psicopatia



Fonte: Elaborada pelo autor.

O componente *boldness* (ousadia) corresponde à combinação de ansiedade baixa, dominância alta e *venturesomeness* (espírito aventureiro). Descreve a capacidade de manutenção da calma e da concentração em situações de conflito e a recuperação rápida após eventos que envolvem ameaça e estresse. É caracterizada por eficácia social e autoestima elevada, além de tolerância relativa ao desconhecido e ao perigo. Expressa uma condição fenotípica adaptativa de uma disposição para a ausência de medo. Acredita-se ser um fator importante na compreensão dos denominados psicopatas bem-sucedidos, considerados indivíduos charmosos, persuasivos, imperturbáveis e desordeiros que alcançam sucesso em profissões de apreço social elevado, a exemplo de militares, políticos e líderes empresariais (LYKKEN, 1995). Alterações em estruturas cerebrais, nomeadamente a amígdala, desempenham um papel na emergência desta disposição, assim como outros fatores, como o funcionamento cerebral superior implicado na regulação emocional e influências parentais que valorizem a autoridade e a autonomia.

Meanness (malvadez) é definida como a tendência ao uso da agressividade nas relações interpessoais, com demarcada desvinculação afetiva à posição do outro. Reflete componentes de crueldade, frieza, agressão predatória e busca de sensações intensas. Caracteriza o comprometimento da empatia, a ausência de vínculos afetivos com outras pessoas e relacionamentos marcados pelo exercício de um poder aniquilador e muitas vezes cruel. Ainda que a *meanness* seja fenotipicamente distinta da *boldness*, ambas partilham a mesma base etiológica: déficits no sistema de medo (*trait fearlessness*). Acredita-se que existam influências ambientais que influenciam no desenvolvimento da *meanness*, como os maus-tratos parentais e o abuso sexual físico precoce, e, provavelmente, também contribuem influências constitucionais genéticas distintas.

Por fim, o elemento *disinhibition* (desinibição) é definido como a falta de inibição comportamental e emocional, culminando em impulsividade, irresponsabilidade, hostilidade e raiva. Os déficits na regulação emocional e no controle de impulsos levam a um comprometimento no planejamento e na previsão dos desfechos, com a supervalorização de gratificações imediatas. Relaciona-se com alterações no córtex pré-frontal e cíngulo anterior (PATRICK; FOWLES; KRUEGER, 2009).

Com o objetivo de operacionalizar a proposta, a Medida Triárquica da Psicopatia (TriPM) foi desenvolvida, avaliando a psicopatia nas três escalas respectivas às componentes fenotípicas supracitadas. A escala *meanness* correlaciona-se moderadamente com a escala *disinhibition*, e a correlação entre as escalas *meanness* e a *boldness* é fraca, assim como a correlação entre as escalas *disinhibition* e *boldness*. Cada escala do TriPM está associada a uma faceta da escala PCL-R. A *boldness* está mais contemplada no aspecto interpessoal da PCL-R, refletindo charme superficial, grandiosidade, dissimulação e a manipulação. A *meanness* é a que está mais relacionada com a faceta afetiva, remontando à frieza, à ausência de remorso, ao afeto superficial e à falta de planos a longo prazo. Já a dimensão da *disinhibition* está mais relacionada com a característica de estilo de vida, impulsividade, irresponsabilidade, propensão para o tédio e estilo de vida parasitário. Todas as três escalas do TriPM pretendem contribuir independentemente na predição da dimensão do comportamento antissocial da PCL-R, delineando problemas de comportamento precoces, envolvimento juvenil em atos infracionais, versatilidade criminal, agressividade e reincidência (PATRICK, 2010).

A formulação do Modelo Triárquico da Psicopatia busca associar diferentes concepções históricas desse fenômeno valorizando abordagens alternativas de avaliação. Seus idealizadores a concebem enquanto um modelo operacional para a compreensão dos conceitos numa perspectiva mais ampla e dialógica entre personalidade e psicopatologia, para possibilitar uma

maior acurácia das pesquisas sobre os processos etiológicos subjacentes aos sintomas usualmente descritos e observáveis. Tal modelo compreende a personalidade como parte de um *continuum* de atributos, de acordo com o grau e presença de determinados comemorativos (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2012). Essa avaliação dimensional, que alguns autores acreditam ser superior à visão categorial que avalia unicamente a presença ou a ausência da psicopatia, pretende facilitar a realização de pesquisas na população em geral, uma vez que a maioria dos trabalhos se insere somente no contexto institucional (HAUCK FILHO; TEIXEIRA; DIAS, 2009).

Dark Triad e Dark Tetrad

Sobre a experiência individual de cada pessoa e sua trajetória, Dejours (1999, p. 24) afirma:

Ele [o indivíduo] possui uma história pessoal que se concretiza por certa qualidade de suas aspirações, de seus desejos, de suas motivações, de suas necessidades psicobiológicas, que integram sua história passada. Isso confere a cada indivíduo características únicas e pessoais.

A personalidade estabelece conexões com a dinâmica comportamental, de forma que os traços dessa personalidade, atravessados por fatores de outras ordens, aumentam a diversidade de expressões possíveis da subjetividade. Isto ocorre na relação dialógica entre aspectos como o temperamento, a habilidade social, padrões subjetivos e outros comemorativos (FIGUEIRÓ *et al.*, 2010).

De acordo com a Teoria da Mente (TOM), campo que investiga a habilidade das crianças em compreenderem seus estados mentais a fim de prever ações ou comportamentos (WHITEN, 1991), os traços de personalidade evoluíram juntamente aos sujeitos, adaptando-se à variedade de ambientes para aumentar as possibilidades de pertencimento a grupos distintos e de obtenção de reconhecimento. Enquanto algumas pessoas o fazem através de condutas pró-sociais, outras apresentam comportamentos aversivos, transgressivos e individualistas (O'BOYLE JR. *et al.*, 2012). De acordo com a interpretação evolucionista da TOM, o segundo grupo se comporta com a intenção de extrair recursos da esfera coletiva para a particular, utilizando-se de artifícios como a racionalidade e a inteligência para manipular as situações (NAGLER *et al.*, 2014).

Dentro da perspectiva acima, o *Dark Triad*, ou Tríade Sombria, surge como um conceito que foi primariamente elaborado no escopo da psicologia social e tem como base três elementos distintos: a psicopatia subclínica, o maquiavelismo e o narcisismo subclínico. Na concepção de

seus autores, o conceito se comporta como uma construção teórica a partir dos três elementos com o objetivo primeiro de se estabelecer enquanto uma teoria para avaliação da personalidade. Tais elementos, ainda que distintos entre si, relacionam-se de uma maneira específica quando sobrepostos. As facetas da tríade não são compreendidas numa perspectiva patológica, mas busca-se mensurar, a um nível subclínico da psicopatia e do narcisismo, correlações suas com o maquiavelismo, e das estruturas entre si (PAULHUS; WILLIAMS, 2002; FURNHAM; RICHARDS; PAULHUS, 2013; D'SOUZA; LIMA, 2014). O construto indicaria, dessa forma, inclinações de caráter socialmente deletérias que suscitariam características como ausência de atitudes empáticas e excesso de posturas autocentradas, agressivas e dissimuladas. Os principais estudos que utilizam a *Dark Triad* enquanto ferramenta teórica se preocupam sobretudo com os aspectos organizacionais dos ambientes laborais e estudantis (LOPES *et al.*, 2016).

O Maquiavelismo remete aos escritos de Nicolau Maquiavel em *O Príncipe*. As atitudes manipuladoras que buscam a obtenção dos fins a despeito dos meios foram compreendidas pelo autor como necessárias para o bom desempenho de um governante. Esta postura, que adota quaisquer tipos de estratégias para a conquista de seus objetivos, deve vir acompanhada por um distanciamento afetivo necessário para o reconhecimento pleno da liderança inalienável do soberano. As competências individuais devem sobrepujar quaisquer interferências ambientais, além de não permitir que o desfecho desejado dependa de atitudes alheias ou do incremento aleatório da sorte (PAULHUS; WILLIAMS, 2002; BLACK, 2013; MORAGA, 2015; LUSTOSA; ROAZZI; CAMINO, 2004; GANDRA *et al.*, 2009).

Um instrumento foi criado para o dimensionamento do maquiavelismo: o Mach IV, que tem em sua estrutura afirmações extraídas da obra de Maquiavel, possibilitando o estudo desse traço em ambientes organizacionais, acadêmicos e corporativos (CHRISTIE; GEIS, 1970). O indivíduo maquiavélico que pontua sobremaneira nessa ferramenta apresenta, de acordo com as autoras que a idealizaram, atitudes sórdidas e frequentemente desafiadoras, relações conflituosas com os aspectos éticos e morais e um grande poder de manipulação para influenciar e ludibriar os outros, com marcado recolhimento emocional (MCHOSKEY; WORZEL; SZYARTO, 1998; GROHMANN; BATTISTELLA, 2012; D'SOUZA, 2016).

A psicopatia nesse construto, percebida enquanto manifestação subclínica, não se refere aos aspectos clássicos dos transtornos de personalidade, na medida em que essa teoria procura se distanciar das plêiades patológicas populares. Ao contrário, os traços psicopáticos aqui teorizados são compreendidos numa dinâmica não somente negativa, como costumeiramente a condição é descrita, mas acreditando se tratar de indivíduos que, apesar dos conflitos vividos na relação com a ética e a moralidade, apresentam qualidades notáveis. A facilidade na

expressão verbal, o encanto carismático na lida interpessoal, a frieza na gestão das condutas e a inteligência substancial para o manejo das circunstâncias são singularidades que muitos autores consideram importantes no ambiente de trabalho, sendo cada vez mais exigidas pelos processos seletivos de admissão de funcionários (DUTTON, 2013; D'SOUZA, 2016). Ainda assim, acredita-se que, pela possibilidade do aumento de condutas abusivas como o assédio moral, as características psicopáticas, ainda que perfiladas num nível subclínico, podem ser destrutivas no contexto laboral (MEDEIROS; VALADÃO JUNIOR; POSSAS; 2015). No ambiente acadêmico, esses sujeitos são marcados por atitudes moralmente condenáveis, como a fraude nas atividades avaliativas, comportando-se com baixa ou nenhuma consciência autorreflexiva (LOPES *et al.*, 2016).

O narcisismo também é apreendido numa caracterização subclínica que se distancia das perturbações de personalidade usualmente conhecidas. Termo originado da narrativa mitológica grega do mito de Narciso, no qual este se apaixona pelo reflexo de sua própria imagem, remonta aos traços autocentrados de vaidade, admiração, necessidade de aperfeiçoamento constante, exibicionismo e grandiosidade. Em sua dimensão positiva, está relacionado à importância de valorizar as próprias demandas, opiniões e escolhas, além da mobilização da autoestima enquanto suporte diante das eventuais frustrações pessoais e mecanismo inspirador de confiança em pessoas próximas (LUBIT, 2002). No tocante ao ambiente organizacional, o conceito adquire relevância significativa ao descrever traços de indivíduos que comumente aspiram à posição de liderança ou apreço e que permitem, através do exercício do poder de autoridade, que a pessoa seja ovacionada e admirada (MELO JUNIOR; RONCHI, 2013). No entanto, a condição de chefia pode instigar condutas impetuosas que engendram desfechos instáveis para o desempenho empresarial (CHATERJEE; HAMBRICK, 2007). Os estudantes com traços narcisistas exibem dificuldades em tolerar frustrações, colocando-se em situações de conflito com as regras quando o ambiente limita suas possibilidades de se destacar intelectualmente (AVELINO; DE LIMA, 2014).

Posteriormente, outros autores propuseram que um quarto elemento fosse adicionado à problemática – o sadismo, que comporia, então, a *Dark Tetrad*, ou Tétrade Sombria (CHABROL *et al.*, 2009). Em sua concepção, o novo fator representa uma combinação de comportamentos, características afetivas e inclinações cognitivas que se orientam pelo prazer evocado ao infligir dano físico ou emocional a alguém, no intuito de punir e humilhar (REIDY; ZEICHNER; SEIBERT, 2017). Acredita-se que o sadismo, ainda que possua similaridades com a psicopatia, esteja relacionado com posturas violentas nos contextos laborais e acadêmicos, independentemente dos componentes primordiais da *Dark Triad*. Uma pesquisa conduzida com

76 condenados avaliou que disposições imorais, destrutivas e brutais como o sadismo podem ser melhores preditivas para avaliação do risco de reincidência criminal do que os traços psicopáticos (MEDEDOVIC; KUJACIC; KNEZEVIC, 2012). Os estudos recentes buscam avaliar a legitimidade e a importância teórica da adição do sadismo na Tríade Obscura para uma consequente validação do construto da Tétrade Obscura.

Embora os pesquisadores estivessem inicialmente interessados em comparar semelhanças e diferenças entre as três dimensões, nos últimos anos buscaram combinar itens das medidas específicas de cada aspecto para a criação de uma medida geral da *Dark Triad*, compreendendo-a, dessa forma, enquanto um construto único. Em contrapartida, existem questões teóricas que são levantadas por alguns autores ao argumentarem que o maquiavelismo e o narcisismo são, na verdade, traços próprios da psicopatia. As escalas de narcisismo, apesar de validadas, aparentam ter pouca confiabilidade para correlações de grande magnitude e significativas. Evidências empíricas de uma significativa amostra (N = 972) demonstraram que a Tríade Sombria não pode ser estimada através dos métodos utilizados, porque mais de 100% da variância observada nas respostas foram atribuídas à psicopatia. Por fim, tal teoria não foi capaz de conferir maior validade incremental quando comparada à psicopatia, e nenhum dos modelos que propunham a interação entre os domínios trouxe informações adicionais importantes que pudessem conferir robustez às avaliações posteriores (GLENN; SELBOM, 2015).

Síndromes Interpessoais Emergentes

Desde o lançamento do DSM-III, o capítulo sobre transtornos de personalidade (TPs) tem sido considerado uma das partes mais controversas do manual (BERNSTEIN; YOUNG; HUGENBERG, 2007). Ainda atualmente, os estudiosos levantam uma série de preocupações em relação às condições psicométricas e às propriedades de diagnóstico. Tais preocupações incluem a comorbidade desenfadada, uma heterogeneidade extensa dentro da categoria, a ausência de limites claros entre as condições e a normalidade e o grande número de casos não classificados (CLARK, 2007; LILIENFELD; LATZMAN, 2018). Há muitas razões para suspeitar que as fontes de controvérsia em torno dos TPs são mais profundas e decorrem, em grande parte, de questões conceituais não resolvidas que receberam atenção insuficiente. Questiona-se sobre as reais diferenças, caso existam, entre os transtornos mentais e os TPs. Indaga-se, também, se este grupo comporta uma entidade conceitual coerente ou abarca vários tipos de condições fundamentalmente diferentes.

Supõe-se, através de uma extensa análise histórica, que os TPs são essencialmente condições de relacionamento interpessoal comprometido (HOPWOOD; WRIGHT; ANSELL; PINCUS, 2013). Metanálises recentes corroboram essa suposição: os TPs são caracterizados por dificuldades marcantes com os pares no contexto de convivência (WILSON; STROUD; DURBIN, 2017). Vários autores propõem que a maioria dos TPs são aproximações de protótipos intuitivamente reconhecíveis com significado interpessoal. Tais protótipos são constelações de traços que os manuais reconhecem e categorizam pois são relevantes para a manutenção da integridade da vida diária. Essas características intuitivamente significativas são especialmente importantes, pois são: 1) potencialmente perigosas social e fisicamente; 2) angustiantes, intrigantes ou irritantes; e/ou 3) difíceis de lidar na interpessoalidade (BEENEY *et al.*, 2019). Por exemplo, o indivíduo prototípico com TP limítrofe tende a ser interpessoalmente desafiador em função de sua instabilidade emocional, sua propensão a explosões e suas exigências extremas. O indivíduo prototípico com TP esquiva encontra dificuldade no estabelecimento de vínculos emocionais. Estas observações são amplamente consistentes com a proposta de Hopwood (2018) de que os TPs correspondem a “assinaturas recursivas interpessoais”, refletindo padrões desadaptativos distintos nas relações cotidianas.

Essa proposição é consistente com a pesquisa acerca da cognição social sobre percepção interpessoal, a qual sugere que os humanos tendem a pensar sobre outros de maneira categórica, e não dimensional (MACRAE; BODENHAUSEN, 2000). Outras pesquisas apontaram que leigos tendem a conceituar portadores de transtornos mentais como indivíduos com essências qualitativamente distintas, percebendo os outros tipologicamente, agrupando-os de acordo com protótipos estabelecidos e influenciados por uma diversidade de atributos socialmente relevantes (HASLAM; ERNST, 2002).

A hipótese de que os TPs são reflexos de conceitos populares leva a uma questão: pelo menos alguns TPs consensuais podem não ser síndromes tão comumente conceitualizadas. A palavra síndrome deriva do grego, que significa “correr juntos” (DIAB, 1992). Na medicina, uma síndrome é uma constelação de sinais (indicadores observáveis) e sintomas (indicadores subjetivos que podem ser relatados apenas por pacientes) que compõem uma condição (MONROE; ANDERSON, 2015).

Tradicionalmente, os filósofos da medicina apontam para dois “tipos” diferentes de síndromes, embora raramente elas sejam distinguidas explicitamente. O primeiro tipo, denominado *síndromes clássicas*, compreende constelações de sinais e sintomas que se manifestam de maneira consistente entre os indivíduos (LILIENFELD; WALDMAN; ISRAEL, 1994). Em uma síndrome clássica, a presença de um componente da síndrome aumenta a chance

de existência dos demais. O transtorno do pânico é uma síndrome clássica, porque indivíduos que inesperadamente experimentam ondas repentinas de ansiedade intensa apresentam uma probabilidade consideravelmente maior do que outros a experimentar frequência cardíaca elevada, hiperventilação, dor no peito, dormência nas extremidades e medo de morrer ou perder o controle. Síndromes clássicas são normalmente reconhecidas por refletir predisposições subjacentes que ainda precisam ser elucidadas (KAZDIN, 1983).

O segundo tipo, *síndromes taxônicas*, assemelha-se às síndromes clássicas na tentativa de caracterizar uma etiologia. No entanto, são definidas por constelações específicas de características não correlacionadas na população geral, dadas suas baixas taxas, mas que surgem em conjunto e sugerem a presença de uma discreta moléstia subjacente. Neste grupo, encontram-se várias condições neurológicas. Mais recentemente, alguns pesquisadores (BORSBOOM; CRAMER, 2013; MCNALLY *et al.*, 2015) introduziram um terceiro tipo potencial de síndrome. Tais autores, criadores do modelo de rede, postulam que os transtornos mentais estão nesse grupo e são constituídos pelas relações bidirecionais entre as características dos transtornos. Pelo menos em sua forma pura, os modelos de rede não implicam a existência de uma entidade latente subjacente a sinais e sintomas de distúrbios; ao contrário, os próprios sinais e sintomas, juntamente com suas relações bidirecionais, constituem o próprio distúrbio. Ainda assim, a replicabilidade dos modelos de rede no domínio da psicopatologia é um ponto de discussão, assim como o significado da interpretação das relações entre indicadores dentro desses modelos (BORSBOOM *et al.*, 2017; VENABLES *et al.*, 2017).

Se os TPs são condições de impacto interpessoal, eles não precisam incluir agrupamentos de indicadores estatisticamente relacionados, como nas síndromes clássicas ou de rede. Em vez disso, eles precisam consistir apenas em constelações de indicadores que, em conjunto, forjam efeitos variados sobre os outros. De fato, algumas conjunções de características podem ser dignas de nota interpessoal, em grande parte porque consistem em pontuações elevadas em dimensões não correlacionadas ou correlacionadas negativamente na população em geral, porque essas conjunções podem ser confusas ou enganosas para os observadores.

Por exemplo, uma pessoa que é simultaneamente extrovertida, mas com baixa proximidade nas interações sociais, ela pode parecer controversa, porque esses dois atributos estão normalmente relacionados na população em geral (TELLEGEN; WALLER, 2008). Baseando-se no que se espera dessa relação no mundo, pode-se assumir que alguém que é carismático, animado e sociável também possui bom coração, embora nem sempre seja esse o caso. Encontra-se precisamente essa relação enganosa entre indivíduos com traços psicopáticos

marcados, porque a psicopatia está associada positivamente ao potencial social, mas negativamente à proximidade social (LILIENFELD; ANDREWS, 1996). Da mesma forma, pesquisas usando tanto resultados relatados quanto laboratoriais apontam os indivíduos psicopáticos como marcados por empatia afetiva deficiente, mas por empatia cognitiva amplamente intacta (WAI; TILIOPOULOS, 2012; BROOK; KOSSON, 2013), uma configuração de características que pode induzir os observadores ao erro, devido ao fato de a empatia afetiva e a cognitiva normalmente se correlacionarem na população geral (RENIERS *et al.*, 2011).

Uma vez que, na visão desses autores, os TPs são conceituados como reflexos das concepções populares de comprometimento interpessoal, não cabe a restrição de que eles consistem em recursos que estão de moderada a altamente correlacionados na população em geral, como nas síndromes clássicas e de rede. Alguns desses distúrbios podem ser desafiadores no contexto interpessoal justamente porque refletem configurações de características (por exemplo, alta potência social combinada com baixa proximidade, baixa empatia afetiva associada à empatia cognitiva intacta ou até elevada) relativamente raras na população em geral, uma proposição pouco notada na comunidade científica.

Argumenta-se ser possível conceituar alguns TPs como o que se chama de Síndromes Interpessoais Emergentes (EISs). EISs são marcadas por padrões distintos – constelações específicas – de sinais e sintomas geradores de características adversas e reações negativas em outros. Usa-se o termo emergente porque essas síndromes refletem combinações não puramente aditivas de sintomas, mas propriedades emergentes que refletem configurações específicas (interações estatísticas) entre elas (LYKKEN *et al.*, 1992).

Alguns autores acreditam que a psicopatia é melhor interpretada não como puramente uma combinação aditiva de sinais e sintomas, mas como uma configuração de vários atributos amplamente não correlacionados que geram relações interpessoais doentes (LILIENFELD; LATZMAN, 2018). Psicopatia, nessa visão, seria mais uma constelação de traços, cada um com sua etiologia separada e independente (CREGO; WIDIGER, 2015). Tal visão também se encaixa com evidências de que a psicopatia é vinculada a pontuações extremas em duas dimensões essencialmente ortogonais do perímetro interpessoal, que são frequentemente rotacionadas para refletir dominância e afiliação (SALEKIN *et al.*, 2005).

Partindo desses pressupostos, foi desenvolvida a Medida Interpessoal de Psicopatia (IM-P), na intenção de avaliar os comportamentos interpessoais e aspectos não verbais das interações sugeridos como típicos nas entrevistas com indivíduos que apresentam características psicopáticas (KOSSON *et al.*, 1997). A IM-P foca nas interações interpessoais

reais que se estabelecem entre o examinando e o entrevistador. Segundo seus autores, a medida parte do princípio de que a avaliação direta de comportamentos evidentes em uma situação específica, como a de uma entrevista, diminui a necessidade de julgamentos subjetivos na medição de aspectos interpessoais da psicopatia. Ou seja, diante do fato de uma entrevista contar com a participação do sujeito supostamente psicopata, seria possível detectar evidências das características disfuncionais por meio de suas atitudes e reações direcionadas ao entrevistador (DAVOGLIO *et al.*, 2011).

A IM-P foi utilizada em estudos internacionais, em associação ao PCL, em suas diversas versões (VITACCO; KOSSON, 2010). Com populações adolescentes, tem sido utilizado o Inventário de Psicopatia de Hare: Versão Jovens (PCL:YV) (FORTH; KOSSON; HARE, 2003), instrumento desenvolvido a partir de adaptações e avanços relacionados à avaliação da psicopatia em adultos. Na última década, pesquisas similares vêm sendo introduzidas no Brasil (DAVOGLIO, 2012).

O modelo dos cinco grandes fatores

Um dos modelos mais difundidos para descrever a estrutura da personalidade dentro da perspectiva de traços, sobretudo da personalidade adulta do ponto de vista psicométrico, é o modelo dos cinco grandes fatores da personalidade, comumente referido como *big five*, que estabelece explicações da predição da personalidade humana em relação às respectivas condutas possíveis (GARCIA, 2006). A elaboração do arquétipo dos cinco grandes fatores surge em decorrência de diversas pesquisas que relacionam teorias fatoriais e traços de personalidade (NUNES; HUTZ, 2002). McDougall, na década de 1930, acreditava que a análise da linguagem de uma população auxiliaria a entender a sua personalidade, propondo um modelo no qual ela poderia ser analisada a partir de cinco fatores independentes. Posteriormente, outras pesquisas foram inspiradas pelo seu trabalho, aperfeiçoando-o (SILVA; NAKANO, 2011).

Muitos estudiosos entendem que tal modelo possibilita uma abordagem mais simples do fenômeno da personalidade, facilitando os desdobramentos empíricos das pesquisas nessa área do conhecimento (NUNES; HUTZ; NUNES, 2010). Ainda que a denominação dos fatores ainda encontre algum tipo de divergência, o conteúdo das suas dimensões parece uma unanimidade entre os pesquisadores de várias partes do mundo, permitindo a correspondência entre as variadas amostras e os instrumentos de mensuração utilizados (GARCIA, 2006).

Acredita-se que exista um mecanismo interno produtor de comportamentos que possa ser utilizado para compreender, explicar e eventualmente prever as condutas dos indivíduos, seus traços de personalidade, valorizando uma predisposição interna a determinadas inclinações

e retirando a valoração do componente ambiental na determinação das atitudes. Tal mecanismo representa uma tendência de resposta da pessoa, ainda que não sejam necessariamente imutáveis. Seriam, dessa forma, passíveis de alterações mediante o produto das interações humanas e da relação com o meio social e os aspectos motivacionais, afetivos e atitudinais (PACHECO; SISTO, 2003; SISTO; OLIVEIRA, 2007). Inicialmente, nos estudos com os traços de personalidade, indagou-se que seriam necessárias para a descrição da estrutura de personalidade algo entre quatro a dezesseis dimensões básicas. Posteriormente, porém, uma série de investigações confluiu para o entendimento de que cinco dimensões da personalidade bastariam. Nesta perspectiva, o modelo dos cinco grandes fatores da personalidade é considerado por alguns pesquisadores um dos progressos mais importantes no estudo da personalidade. Sua importância é vista principalmente no fato de, na concepção desses autores, ter sido aplicado em diversas amostras, em diversas culturas e por meio de numerosas fontes de informação (incluindo autoavaliação, avaliação por pares e avaliações clínicas), tendo demonstrado sua adequação nos diferentes usos (PIMENTEL; DONNELL, 2008).

Os cinco fatores básicos para o entendimento dessa proposta são: abertura à experiência, extroversão, neuroticismo, realização e amabilidade. Ainda que existam algumas diferenças na forma em que são chamados, estas definições são consensuais e apontam para características similares. *Abertura à experiência* está relacionada aos comportamentos de exploração do meio ambiente e de valoração da necessidade em ampliar as vivências e experimentações. *Extroversão* designa a intensidade dos vínculos interpessoais mais importantes, bem como o nível de atividade social e a capacidade de regozijar-se com as situações e ser por elas estimulado. *Neuroticismo* descreve o nível crônico de adaptabilidade emocional e padrões eventuais de instabilidade. *Realização* representa os níveis de determinação, organização pessoal, firmeza, controle e motivação na busca pelos próprios objetivos. Por fim, amabilidade expressa a dimensão afetiva no contexto social, avaliando as interações de um indivíduo e as singularidades de suas trocas interpessoais. Para uma avaliação de personalidade segundo esse modelo existem atualmente várias escalas aprovadas no Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos do Conselho Federal de Psicologia (GOMES CAVALCANTI *et al.*, 2020).

Apesar da grande aceitação e interesse na proposta acima, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, alguns autores apontam limitações significativas. Argumentam que a taxonomia dos Cinco Grandes Fatores carece de elementos importantes para sua delimitação enquanto teoria científica, além de pouca especificidade na definição destes cinco fatores. Aventurem que a descrição da personalidade deve preceder as teorias da personalidade, apontando para um caminho inverso do raciocínio empírico desses estudos. Apesar de investigações estarem

em andamento nessa direção, questiona-se por que cinco fatores e qual a base conceitual da qual emerge o modelo que possa atestar sua relevância para o estudo da personalidade. Tais estudiosos preocupam-se com um contraste entre a elaboração meticulosa da estrutura dos cinco fatores e, por outro lado, a abstração quanto à natureza dos traços, ou seja, entre a qualidade heurística do modelo e o seu estatuto científico (PALMA, 2012).

Além disso, parece existir uma confusão sobre a plasticidade dos traços de personalidade na dinâmica entre o biológico e o social. A raiz biológica é centralizada na concepção de alguns autores, o que significa que a teoria tem baixo poder preditivo para avaliação das mudanças em qualquer dimensão da personalidade. Outros autores, contrariamente, afirmam que os traços são influenciados pelo ambiente e pela dinâmica social do indivíduo, admitindo, assim, a sua plasticidade (SRIVASTAVA *et al.*, 2003).

Os mais críticos ao modelo pontuam: sua incapacidade de abordar os construtos centrais do funcionamento da personalidade para além do nível dos traços; limitações no que diz respeito à previsão de comportamentos específicos e à descrição adequada da vida das pessoas; falha em fornecer explicações causais convincentes para o comportamento e as experiências humanas; desvalorização da natureza contextual e condicional da experiência humana; ausência de uma metodologia coerente para estudar a organização e integração da personalidade e confiança exacerbada em declarações simplistas, não contingentes e baseadas em comparações superficiais entre pessoas (MCADAMS, 1992). Ainda assim, nos dias de hoje parece haver um otimismo quanto a esse modelo e à possibilidade de associação e incorporação dos seus elementos a manuais como o DSM-V (DEYOUNG *et al.*, 2016).

O modelo de personalidade da psicopatia em adultos construído por Widiger e Lynam postula que tal condição consiste em uma constelação mal adaptativa de traços de personalidade, extraídos de um modelo geral de personalidade como o modelo dos Cinco Grandes Fatores (ASSARY; SALEKIN; BARKER, 2015). Especificamente, o componente de insensibilidade e afetividade restrita é representado principalmente por baixa amabilidade, e a faceta de comportamento desviante é representada principalmente por baixa amabilidade concomitante a baixa realização (MONTEIRO *et al.*, 2015).

Traços de insensibilidade e afetividade restritas

Os traços de insensibilidade e afetividade restrita, comumente citados na avaliação da personalidade de crianças e adolescentes e que se baseiam na proposição conceitual do modelo dos Cinco Grandes Fatores, incluem falta de empatia, falta de sensibilidade e afeto superficial. Acredita-se que tais características predizem simultânea e prospectivamente uma série de

resultados antissociais e culminam em agressividade em diversos contextos, problemas de conduta, ofensas sexuais e comportamentos violentos (DOLAN; RENNIE, 2006; FRICK *et al.*, 2003; MARSEE; SILVERTHORN; FRICK, 2005). Esses traços foram recentemente incorporados ao diagnóstico clínico DSM-V de transtorno de conduta como um especificador de “emoções pró-sociais limitadas” projetado para descrever jovens com um “estilo interpessoal insensível e afetivamente restritos” (APA, 2013). São frequentemente conceituados como o prelúdio das facetas interpessoais e afetivas da psicopatia adulta (FRICK; ELLIS, 1999; VIDING *et al.*, 2005) e pensa-se que sejam a base de uma forma particularmente virulenta de comportamento antissocial que é grave e persistente em todo o desenvolvimento (FRICK; WHITE, 2008; FRICK *et al.*, 2010).

Estudos de genética do comportamento fazem relações importantes entre esses traços e a personalidade psicopática, enfatizando que altos níveis desses comportamentos especificam uma forma de transtorno de conduta na infância que é altamente hereditária (MANN *et al.*, 2015; VIDING *et al.*, 2008). Essa concepção estabelece diálogo com as perspectivas dimensionais de avaliação da psicopatia, que, diferentemente dos modelos taxonômicos, postulam que os indivíduos com alto nível de traços de insensibilidade e afetividade restritas constituem os extremos do *continuum* de personalidade que abrange a faixa de funcionamento do típico ao atípico, a despeito de classes naturalmente definidas e circunscritas (MEEHL, 1992).

Estudos voltados para o ambiente estudantil apontam que crianças com importantes traços de insensibilidade e afetividade restritas apresentam comportamento antissocial mais frequente e grave no contexto escolar. São resistentes às estratégias disciplinares, muitas vezes exibindo intensas demonstrações de raiva em resposta a tentativas de estabelecer limites. Além disso, essas crianças e adolescentes parecem ser menos aprazíveis às recompensas sociais, como elogios. O comportamento antissocial dificulta a manutenção da harmonia em sala de aula. Ademais, em geral, esses indivíduos apresentam um desempenho acadêmico inferior aos demais, em função de suas constantes falta de motivação e necessidade de monitoramento para que as atividades escolares sejam cumpridas. Atribui-se o fraco desempenho acadêmico das crianças com alto grau de escolaridade à falta de motivação, relatando a necessidade de monitoramento e *feedback* intensos para garantir que esses alunos atendam às demandas escolares. As descobertas de estudos recentes sugerem que os fatores de risco para esse desfecho entre crianças com e sem esses traços diferem, ensejando a preocupação com intervenções baseadas na promoção de envolvimento acadêmico e postura pró-social entre os

jovens, sobretudo no grupo em que a insensibilidade e a afetividade restritas estiverem mais fortemente presentes (ALLEN; BIRD; CHHOA, 2018).

No entanto, existem algumas lacunas teóricas que suscitam discussões. Ainda que os traços de insensibilidade e afetividade restritas estejam normalmente associados a uma baixa resposta emocional, atributo também fortemente vinculado à psicopatia, esta associação é contestada por alguns autores. Diversas questões são levantadas sobre a experiência emocional em crianças e adolescentes que apresentam altas taxas desses comportamentos, aventando a possibilidade de uma série de fatores contextuais que podem modelar a expressão das sensibilidade. Há um questionamento sobre se a resposta emocional desses jovens é genuína ou se há um aprendizado racional que os permite responder apropriadamente nessas situações. Pergunta-se, também, se existe um período crítico do neurodesenvolvimento para o aprendizado de uma resposta emocional socialmente apropriada e se ela seria passível de medição nos diversos contextos. Ou seja, há uma preocupação dos estudos recentes em entender quais os mediadores que permitem a internalização de posturas pró-sociais, compreensão que poderia instigar intervenções precoces no desenvolvimento infantil para um desfecho mais favorável (NORTHAM; DADDS, 2020).

Por fim, essa abordagem conceitual busca atender a uma preocupação conceitual por parte de diversos estudiosos em estender a discussão da problemática da psicopatia para o universo da infância e da adolescência, uma vez que a impulsividade e o comportamento antissocial por si só são insuficientes para documentar pessoas que se enquadram no construto de psicopatia como ele é compreendido atualmente (BARRY *et al.*, 2000).

O impasse conceitual em torno da psicopatia reflete uma divergência substancial entre os estudiosos, gerando um dilema complexo na definição e compreensão da condição. Essa complexidade emerge da ausência de consenso sobre critérios diagnósticos e da variabilidade de abordagens teóricas adotadas por diferentes pesquisadores. Os autores, ao se depararem com essa complexidade, muitas vezes se desviam na tentativa de definir a psicopatia, frequentemente servindo a diferentes perspectivas teóricas ou alinhando-se a prioridades profissionais e ideológicas distintas. Ao revisitar o tema, considerando a complexidade proposta pelos autores como um tema a ser investigado, torna-se imperativo abordar questões específicas: quais são os pontos convergentes entre as diferentes concepções de psicopatia? Onde residem as divergências? Como essas perspectivas conceituais exploram a relação entre psicopatia e violência? Como o conceito de psicopatia propõe-se a investigar e compreender a natureza da violência associada a essa condição?

CAPÍTULO 3

Materiais e métodos

Considerações iniciais

As produções científicas permitem estabelecer conexões com o mundo e com os processos históricos e sociais que engendram a realidade, facilitando a concretização dos processos de reflexão e formação humanas. Ao ser a produção de saberes formada em uma relação socialmente determinada e não em isolamento, o campo científico demonstra-se social e politicamente condicionado (LÖWY, 2008). Nesse cenário, a leitura crítica da literatura científica assume uma relevância significativa, na contemporaneidade marcada pela abundância de artigos publicados em revistas especializadas e pelo grande número de informações e facilidades na acessibilidade dos estudos. Alguns autores, porém, alegam que somente de 10 a 15% do material atualmente disponível e publicado possui valor científico comprovável (PATUSSI; FREIRE, 2000). Isso adquire uma dimensão ainda mais pungente na área da saúde, em que hipóteses propostas não devidamente testadas, tipos de estudo incorretos em relação aos objetivos, tamanho das amostras insuficientes, análises estatísticas inapropriadas e conclusões não ancoradas em resultados são fenômenos comuns e de constatação necessária (ALTMAN, 1994).

No entanto, uma análise crítica da produção científica em um determinado campo não deve se fechar em aspectos metodológicos específicos, fatos e relações da comunidade de cientistas e técnicos, uma vez que nenhum discurso científico se explica por si mesmo, mas se recria em meio às condições de possibilidade do que se pode pensar, conhecer e dizer em um dado momento histórico. O discurso científico se desenvolve em relação ao modo de vida, à cultura e à epistemologia, as quais, por sua vez, são referências importantes dos paradigmas da ciência (ADORNO, 2004).

A prática social pressupõe domínios teóricos e práticos e, assim sendo, quando o sujeito do conhecimento empreende um pensamento sobre a realidade, tendo em vista nela intervir, a qualidade de sua intervenção estará na dependência dos domínios conceituais que lhe estão disponibilizados, ou seja, o pensamento (como expressão da capacidade de conhecer) não é um bem espontâneo que se ativa automaticamente quando um indivíduo é exposto à realidade. Ele se desenvolve como conquista do ser social, em processos de ensino, cujo acervo resulta da história humana objetivada como riqueza pela ação prática dos indivíduos que se apropriam dessas conquistas históricas. O indivíduo que pensa a realidade e sobre ela age, somente pode fazê-lo por meio da apropriação das conquistas históricas objetivadas (DE OLIVEIRA, 2001, p. 319).

A formulação do processo de construção do conhecimento deve ser avaliada mediante o momento histórico e o poder político-econômico vigente, pois eles revelam as disputas ideológicas e de concepções de mundo.¹⁰ Os condicionamentos da produção científica não se referem apenas às determinações do modo de pensar cientificamente de um grupo ou indivíduo, mas incluem também as determinações estruturais e político-ideológicas de processos não psicológicos, a exemplo dos sistemas de financiamento e poder que caracterizam os cenários em que se produz ciência. Tais determinações têm impacto não apenas nos indivíduos e grupos, mas na configuração das economias e políticas mais amplas que remodelam a episteme e as estruturas simbólicas em que se desenvolve a atividade científica.

De maneira semelhante, os condicionamentos incluem os processos da cultura em que trabalham os cientistas, além das estruturas simbólicas que condicionam, direta ou indiretamente, os processos de interpretação. E, por fim, incluem as relações de poder e as tendências ideológicas dos cenários pedagógicos que participam da reprodução do pensamento social e técnico de uma sociedade. Dessa forma, não se trata apenas de uma psicologia e de uma antropologia da questão, mas de uma sociologia e de uma economia política; não se trata apenas de uma psicogenética da questão, mas também de uma filosofia crítica (BREILH, 2006).

Essa maneira de avaliar o momento científico é própria da Epidemiologia Crítica, que tem raízes na América Latina e conta com contribuições importantes de autores da Saúde Coletiva e da Medicina Social. Autores dessa perspectiva apontam para elementos que sintetizam os problemas metodológicos que impossibilitam que análises críticas sejam feitas quando se utiliza ferramentas de uma epidemiologia convencional.

a) uma explicação fenomenológica reducionista e fragmentária da realidade e da saúde, b) a primazia absoluta de causa e efeito como grande organizador e lógica do universo epidemiológico, c) a reprodução da relação causa-efeito como um artefato formal aplicado para identificar fatores de risco, d) a redução da noção de exposição/vulnerabilidade a um problema probabilístico essencialmente individual, e e) a redução da organização da prática epidemiológica em ações funcionais sobre fatores de risco (BREILH, 2013, p. 15).

Assim, é necessário compreender as ideologias dominantes e os reais significados que elas assumem no contexto atual, valorizando as potencialidades e implicações do pensamento crítico na disputa de ideias. Essa constante disputa ideológica, que atravessa as esferas sociais, é questão definidora na construção de um pensamento emancipador. Tal pensamento se situa

¹⁰ Ideologia, aqui, entendida como um conjunto de concepções de mundo vinculado a uma determinada classe social, que caracteriza o constante percurso da dinâmica social de disputa de ideias (GRAMSCI, 1982).

como meio central para o processo de conscientização e tem interligação com a produção crítica do conhecimento. É no decorrer desse processo de formulação acerca da dinâmica social que é possível captar seus abismos e contradições (MARX; ENGELS, 1998). A crítica que problematiza o mundo em que se vive é um ato político potente, capaz de chamar os sujeitos a “assumir o seu papel na tomada de consciência de si e do mundo” (FREIRE, 1987, p. 20).

Em relação à experiência pessoal vivida pelo autor desta dissertação, trata-se de um trabalho que iniciou em sua residência de Psiquiatria Forense e se desdobrou para o mestrado, uma vez que a docência é uma de suas metas profissionais e a psicopatologia e criminologia estão entre seus temas de maior interesse.

Justificativa

[...] teoria equivale a uma sinopse de proposições de um campo especializado, ligadas de tal modo entre si que poderiam deduzir de algumas dessas teorias todas as demais. Quanto menor for o número dos princípios elevados, em relação às conclusões, tanto mais perfeita será a teoria (HORKHEIMER, 1989, p. 32).

Em 1937, Max Horkheimer publica “Teoria tradicional e teoria crítica”. Trata-se de um manifesto da Escola de Frankfurt em relação ao saber científico postulado na teoria que os autores denominaram teoria tradicional, que possui os comemorativos do modo de fazer ciência estabelecido atualmente em várias áreas, colonizando vários tipos de saberes. A teoria tradicional é descrita enquanto uma forma amplamente dependente da completude e da coerência dos seus postulados, bem como da capacidade de análise do sistema teórico em compreender a realidade, objetivando qualquer forma de previsibilidade. Se não há adequação e suficiência entre a análise teórica e a experiência empírica, essa racionalidade tradicional avista apenas duas possíveis conclusões: o sistema pensado para a avaliação é falho ou o objeto avaliado é inadequado.

Não há tolerabilidade para discontinuidades, conflitos, tensões ou lacunas, e, se não for possível evitá-las, será necessário pensar em formas de ocultá-las. O padrão do pensamento é regido pela causa, ou seja, a eliminação de um antecedente causal refletiria a inexistência do fato empírico, numa dinâmica linear. Busca-se reduzir a possibilidade do ilógico ou do incontrolável, livrando-se de conteúdos psicológicos e históricos, uma vez que são dimensões que comumente não admitem lógicas estritamente lineares e formais para a interpretação da realidade (HORKHEIMER, 1980).

No contexto do direito penal e da teoria do delito, os reflexos desse modo tradicional de pensar são incorporados, num primeiro momento, pelo já descrito positivismo, uma forma de saber que avalia a conduta humana isoladamente de sua sutileza social, vista como uma movimentação independente que pode ou não causar uma alteração na realidade empírica. É nesse ínterim que surge a relação mais comumente articulada entre criminologia e psicopatia, compreendendo tal condição como um transtorno de personalidade intrinsecamente inclinado ao crime. Isso nasce, como já descrito no Capítulo 1, com Bénédict Augustin Morel, em 1860, num momento próximo à ascensão do positivismo, e é fortemente reforçado pela obra de Emil Kraepelin.

Na acepção positivista, a causalidade do comportamento criminal é atribuída à própria descrição das características físicas e psicológicas das minorias sociais conduzidas às instituições totais, havendo oportunidade para a correção do delinquente através do uso da pena como meio de defesa social. É notório que o conceito de psicopatia, tal como é frequentemente articulado, mostra-se uma construção consoante ao positivismo, uma vez que o indivíduo é compreendido enquanto um sujeito constitucionalmente vinculado ao crime – uma categoria que é entendida *a priori* enquanto isolada e imutável, de forma semelhante a um sintoma. As questões científicas mais comumente levantadas nessa plêiade não se direcionam no sentido de problematizar os determinantes históricos, sociais e políticos do crime enquanto um conceito passível de profundas transformações, mas se preocupam principalmente em tratar ou ressocializar o indivíduo – apesar da referida inexistência de cura –, com a primazia da defesa da sociedade, percebida enquanto um ente passivo que não participa dos processos criminalizadores que porventura incidem sobre os sujeitos (BATISTA, 2012).

É caro observar que, dos seis princípios fundantes da ideologia positivista da defesa social apontados por Baratta (2011) – de igualdade e do interesse social, da legitimidade do Estado, da culpabilidade, da finalidade ou da prevenção, do bem e do mal, da igualdade e do interesse social e do delito natural –, apenas dois não se alinham ao discurso formulado sobre a psicopatia: o princípio da finalidade ou da prevenção e o princípio da igualdade. A ideia da finalidade e prevenção postula que a pena tem como uma de suas funções diminuir as chances de reincidência criminal, o que não é comumente associado ao psicopata, já que se trata de um transtorno de personalidade inexoravelmente atrelado ao crime. O princípio da igualdade se choca ao conceito de psicopatia porque muitos autores que apontam sua relevância para efeitos jurídicos defendem não um tratamento igualitário, mas um maior peso das sanções penais quando o condenado for diagnosticado com tal condição. Nessa perspectiva, o PCL-R é muitas vezes instrumentalizado na tentativa de prever a reincidência de comportamentos violentos para

então avaliar a aptidão do condenado a ter direitos de execução penal ou mesmo ser liberto. Existem também posições jurídicas que argumentam em defesa de uma intensificação da pena para o psicopata, ainda que de forma perpétua (GENELHÚ, 2012).

A relação de causalidade característica da racionalidade positivista traça equivalentes entre conduta e resultado, paralelos a causa e efeito, reduzindo a multiplicidade de possibilidades de antecedentes causais a um cálculo de elencar aquele que, quando hipoteticamente eliminado, não teria como consequência o resultado aqui exemplificado pelo resultado ilícito. Pensar a psicopatia por essa perspectiva reforça o paradigma etiológico que pressupõe a identificação do criminoso em seu ambiente natural, isolado dos outros. Acaba por cumprir uma função ideológica de distanciamento da participação social e popular no que tange às questões penais. Além disso, desestimula a reflexão crítica sobre esses problemas, uma vez que pressupõe uma divisão ao nível de uma patologia, a periculosidade – que alguns possuem, e outros, não. Se existe a periculosidade, orienta-se um tratamento para a sua anulação e a prevenção de reincidências, encerrando a perspectiva da prevenção de violência na esfera individual.

Sendo assim, há uma dicotomia que se estabelece entre uma interpretação jurídica puramente normativa e uma visão criminológica e psiquiátrica puramente empíricas, dimensões que se cruzam num modelo de responsabilidade penal atomizado, compreendendo o indivíduo e seus atos desviantes na independência de seus contextos e determinações. A avaliação minuciosa e a eventual punição recaem sobre o indivíduo isolado como um átomo retirado de sua historicidade, vulnerabilidades e influências dos vários processos criminalizadores.

A existência do diagnóstico de psicopatia nesses termos frequentemente facilita a reprodução da mesma lógica que o criou, como pode ser percebido na representação midiática contemporânea, faceta da Indústria Cultural¹¹ que reforça o controle social através de um imaginário caricato sobre violência, punição, vingança e justiça. A anulação da historicidade e a remoção do sujeito de sua totalidade é uma forma de violência em si, comumente não discutida, uma vez que constitui a estrutura do direito penal e do sistema punitivo modernos e

¹¹ Conceito desenvolvido por Adorno e Horkheimer na *Dialética do esclarecimento* que se refere à ideia de produção em massa, comum nas fábricas e indústrias e que na contemporaneidade avança também para a produção artística. É uma nova concepção de se fazer arte e cultura, instrumentalizadas pelas ferramentas do sistema capitalista. Dessa maneira, músicas, filmes, espetáculos e outras obras são desenvolvidas sob uma lógica de produção em massa. Há um pensamento dominante que passa a influenciar o modo como os artistas produzem e como os telespectadores consomem a cultura. Nesse conceito, há uma padronização das categorias artísticas, mesmo que elas possuam marcada variedade estilística. Segundo os autores, o objetivo da Indústria Cultural é o lucro e a manutenção do pensamento dominante. Assim, a cultura passa a ser mais uma forma de manipular os cidadãos para que se mantenham aderidos à ideologia dominante.

deve ser motivo de avaliação de uma proposição teórica crítica que se preocupe com a prevenção das diversas violências (ADORNO, 2002).

Juntamente com Horkheimer, Adorno vai aprofundar essas tensões entre teoria tradicional e teoria crítica na obra *Dialética do esclarecimento*, demonstrando como a racionalidade moderna, ao longo do século XX, vincula-se à lógica capitalista e transforma o saber científico num discurso que muitas vezes colabora para legitimar situações desumanizadoras. Nesse ensejo iluminista da transição do medievo para a Idade Moderna, que busca um saber que se coloque como libertador, capaz de superar o mítico e o fantástico e movido por uma certa sensação de horror com o passado, há uma exasperação pelo domínio da natureza através da técnica, da organização legal e burocrática que se coloca como a única forma de garantia de direitos civis e políticos e de manutenção da produção e da circulação de bens. Então, para dominar a natureza, o ser humano precisa ser avaliado como um fenômeno externo a ela, e não como parte de seu metabolismo, o que justifica a eliminação das historicidades. Nessa cisão, essa forma de saber vai atribuir ao que é natural um caráter de irracional e bárbaro, de algo que precisa ser evitado a todo custo (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

A separação entre indivíduo e sociedade, em virtude da qual os indivíduos aceitam como naturais as barreiras que são impostas à sua atividade, é eliminada na teoria crítica, na medida em que ela considera ser o contexto condicionado pela cega atuação conjunta das atividades isoladas, isto é, pela divisão dada do trabalho e pelas diferenças de classe, como função que advém da ação humana e que poderia estar possivelmente subordinada à decisão planejada e a objetivos racionais (HORKHEIMER, 1989, p. 44).

Pensando tal problemática no contexto nacional, é importante pontuar que estudos sobre psicopatia ainda são incipientes, principalmente os de caráter crítico. Embora alguns trabalhos nacionais com importante projeção tenham sido publicados (DE OLIVEIRA-SOUZA *et al.*, 2008; FLORES-MENDOZA; ALVARENGA. HERRERO, 2009; MORANA; STONE; ABDALLA-FILHO, 2006; SCHMITT *et al.*, 2006), a pesquisa na área aparenta estar em estágio inicial. Há apenas um instrumento adaptado e publicado para avaliação da psicopatia, a versão brasileira da PCL-R (MORANA, 2004).

Diante da complexidade acima exposta e na proposição de uma análise crítica, percebe-se que o construto, as formas conceituais e a produção científica sobre psicopatia emergem como ferramentas valiosas de reflexão sobre o papel da ciência e sua interlocução com os aparatos políticos e econômicos, sobretudo na atualidade. Repensar essa entidade sob a ótica da promoção de saúde, num movimento que propõe romper com formas estritamente lineares

e causalistas de avaliar os fenômenos, pode contribuir para o fortalecimento de modos mais democráticos de fazer ciência, certamente mais capazes de compreender as violências em suas abrangências e complexidades, em direção à construção coletiva de caminhos para possíveis prevenções.

Objetivo geral

- Descrever as características da produção científica sobre psicopatia nos últimos cinco anos, buscando reconhecer historicamente e epistemologicamente o conceito e suas relações com a violência, o crime e a punição.

Objetivos específicos

- Descrever as categorias históricas e epistêmicas utilizadas na produção científica para a formulação do conceito de psicopatia.

- Estabelecer as relações do conceito com a ideia de violência e crime

- Estabelecer as principais limitações metodológicas apresentadas pelos estudos e seus desdobramentos.

- Avaliar as relações entre os limites dos conceitos e os resultados de pesquisas.

Desenho do estudo

Este estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática de literatura por meio da pesquisa bibliográfica acerca da psicopatia. A partir dessa revisão sistemática, a pesquisa *exploratória* constitui a primeira etapa do processo, pois visa tornar familiar tanto o assunto quanto a produção científica a ser investigada. No momento em que se descreve a realidade encontrada na produção científica atual, passa-se a utilizar o método *descritivo*. Adquire, então, caráter *avaliativo* no momento em que se procura identificar as possibilidades para a solução de problemas em estudo. Utilizou-se como norteador do processo o protocolo PRISMA, que consiste em um *checklist* com 27 itens (Anexo I) e um fluxograma com o objetivo de ajudar os autores a melhorarem o relato de revisões sistemáticas e meta-análises, além de ser útil para a avaliação crítica de revisões sistemáticas publicadas (MOHER *et al.*, 2009).

A pergunta que balizou a investigação foi: quais são as principais características da produção científica sobre a psicopatia na atualidade, sobretudo em relação ao conceito?

Estratégia de busca e seleção dos artigos

Foram selecionados artigos das bases de dados *PubMed* e *Science Direct*. A escolha de tais plataformas se justifica pela proximidade dos critérios de busca e facilidade na comparação entre os artigos encontrados, minimizando erros. Um fluxograma que exemplifica o processo é apresentado na Figura 5. A busca foi realizada em abril de 2021 e compreendeu ensaios clínicos, ensaios clínicos randomizados e artigos de revisão cinco anos anteriores. Os descritores utilizados foram: “*psychopathy*”, “*antisocial personality disorder*”, “*sociopathic personality*”, “*antisocial personality*”, “*antisocial behavior*”, “*diagnostic*” e “*diagnosis*”. Os estudos foram selecionados de forma independente por dois revisores. Algumas publicações foram excluídas após leitura de títulos e resumos a partir da concordância cega entre dois leitores e manutenção da discordância entre eles, após debate sobre o tema. Excluiu-se os estudos que não traziam a psicopatia como elemento do trabalho e os que não apresentavam uma delimitação conceitual clara para a condição.

Extração dos dados

A extração dos dados dos estudos selecionados foi realizada de forma independente por dois revisores, e, no caso de discordâncias, estas foram resolvidas por um terceiro revisor. Um formulário de extração de dados foi elaborado (Anexo II) e utilizado para esse objetivo. O formulário foi dividido em dez seções, de acordo com os tipos de informações disponibilizadas pelos estudos:

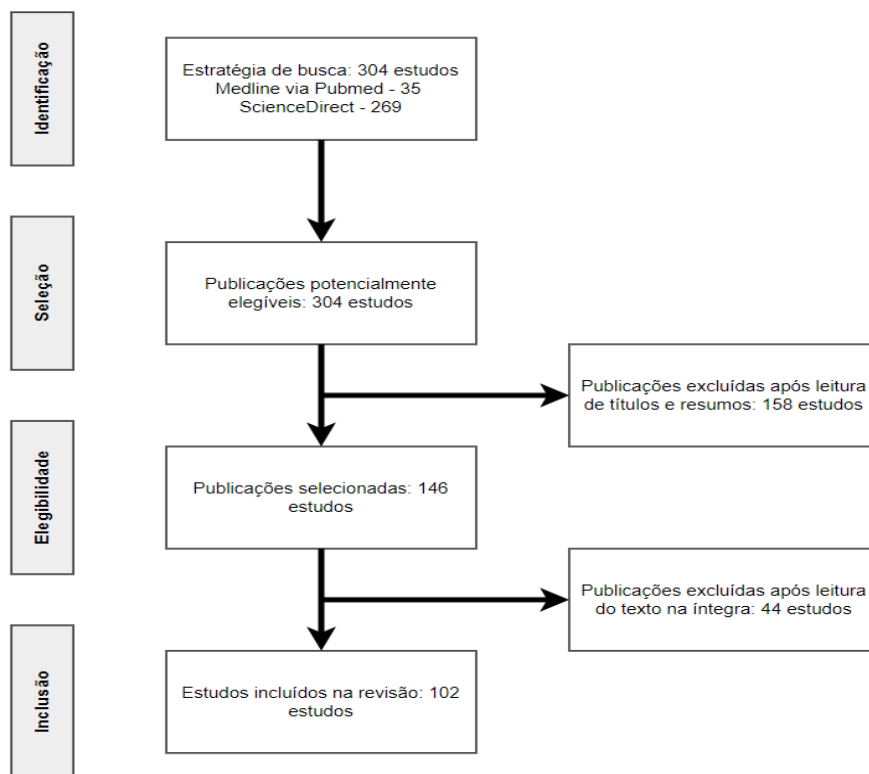
- Seção A – Títulos dos estudos selecionados;
- Seção B – Autores dos estudos selecionados;
- Seção C – Periódicos em que os estudos foram publicados;
- Seção D – Nacionalidade dos autores dos estudos selecionados;
- Seção E – Ano de publicação dos estudos selecionados;
- Seção F – Informações sobre as articulações do conceito de psicopatia efetuada pelos estudos selecionados;
- Seção G – Informações sobre o desenho de estudo, a população incluída e os comparadores utilizados, além de outros detalhes da metodologia que os estudos selecionados aplicaram;
- Seção H – Informações sobre as limitações trazidas pelos estudos selecionados;
- Seção I – Informações sobre as conclusões apresentadas pelos estudos selecionados;
- Seção J – Comentários dos revisores sobre os estudos.

O referido formulário foi previamente testado pelos dois revisores, em três artigos selecionados, a fim de se verificar os ajustes necessários antes de sua aplicação no restante dos estudos. Após a extração, os dados foram agrupados em tabelas, de forma a permitir a especificação dos itens e facilitar a visualização dos achados para análises posteriores.

Análise e interpretação dos resultados

O perfil dos estudos e suas características foram apresentados em tabelas, de maneira a permitir a comparação dos parâmetros e pressupostos selecionados. Para tal comparação, os estudos foram agrupados conforme a abordagem conceitual utilizada. Através de uma análise exploratória, realizou-se a leitura seletiva, reflexiva e interpretativa dos achados, articulando os vínculos históricos e epistêmicos entre os conceitos instrumentalizados para avaliação da pertinência do construto na atualidade. A leitura crítica da literatura científica sustenta-se na grande importância que assume, sobretudo num cenário de abundância de artigos publicados em revistas especializadas (SILVA, 2018).

Figura 5: Fluxograma de seleção dos estudos da revisão sistemática



CAPÍTULO 4

Psicopatia: revisão sistemática e análise crítica (2016 a 2021)

Revisão histórica e epistêmica do conceito de Psicopatia e suas relações com a violência

As produções científicas desempenham um relevante papel na construção de conexões entre saberes e na efetivação dos processos de reflexão e formação humana. Determinado socialmente, o discurso científico se desenvolve em relação ao modo de vida, à cultura e à epistemologia, demonstrando-se social e politicamente condicionado (LÖWY, 2008; ADORNO, 2004). Dessa forma, entende-se que os condicionamentos da produção científica incluem as determinações estruturais e político-ideológicas, e que a avaliação do processo de construção de conhecimento deve ser feita mediante o momento histórico e o poder político-econômico vigente (BREILH, 2006). Portanto, a análise crítica e socialmente comprometida da produção científica desempenha um relevante papel de compreensão dos determinantes envolvidos, e, como aponta Le Pair (1995), a própria avaliação crítica já se torna uma atividade científica.

O constructo da psicopatia, sobretudo em sua instrumentalização diagnóstica, produz efeitos em diversos ordenamentos, em função das concepções biológicas, sociais e jurídicas comumente articuladas para sua compreensão. A associação usualmente estabelecida entre a referida categoria e o fenômeno da criminalidade evidencia a disputa discursiva em que frequentemente se insere.

Historicamente, o conceito de psicopatia esteve envolvido em discussões e adaptações associadas às próprias transformações do conceito de doença mental. No século XIX, a alcunha “psicopata” (do grego, *psyché* = alma; *páthos* = paixão, sofrimento) era utilizada pela literatura médica para denominar de forma geral os doentes mentais, sem qualquer relação estabelecida entre psicopatia e personalidade antissocial (CALDEIRA, 1979).

No entanto, é por meio de estudos classificatórios de pelo menos três linhagens distintas da psiquiatria que a categoria, como é pensada atualmente, emerge. São elas: o alienismo francês em meados do século XIX; a psiquiatria britânica em meados do século XIX; e a psiquiatria alemã no fim do século XIX e início do século XX. Embora apresentem uma elevada heterogeneidade e discordâncias entre as linhagens, o desenvolvimento da conceituação se deu pelas classificações psicopatológicas e as discussões em torno delas (MILLON *et al.*, 2003; JALAVA, 2006).

Inicialmente, os profissionais se utilizavam de observações clínicas e entrevistas com criminosos considerados extremamente cruéis e agressivos, que não apresentavam atribuições clássicas de adoecimento psíquico (SOEIRO; GONÇALVES, 2010), para a criação das primeiras categorias nosográficas, por meio da hermenêutica clínica como método de análise (HARE; NEUMANN, 2008). Surge, portanto, a tradição clínica de estudo da psicopatia, etapa de suma importância para o desenvolvimento das concepções modernas.

As primeiras análises descritivas científicas dos padrões afetivos e comportamentais da psicopatia foram realizadas pelo médico francês Phillippe Pinel, que introduziu o termo *mania sem delírio* em sua obra *Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou a mania* (2007 [1801]) para caracterizar uma anomalia de cunho degenerativo em que é apresentado um quadro de comportamentos extremamente agressivos, atípicos e de caráter irracional, com ausência de delírio ou outros comemorativos de insanidade (ARRIGO; SHIPLEY, 2001; VAUGH; HOWARD, 2005).

Esquirol, discípulo de Pinel, dá prosseguimento à construção de um diagnóstico de doença mental, buscando distanciar-se de uma visão moralmente depreciativa. Em 1838, elabora a categoria *monomania*, que seria dividida em três subtipos: a monomania intelectual, que estaria no campo do “entendimento”, mais próxima ao “delírio parcial”; a monomania instintiva, que afetaria a “vontade” do indivíduo, sendo a sua manifestação mais extrema a “monomania homicida”; e a monomania afetiva, que estaria no campo dos “sentimentos” (CARRARA, 1998). Contrapondo-se ao conceito de monomania, Morel, discípulo de Esquirol, escreve sobre a degeneração em seu *Tratado das degenerações psíquicas, intelectuais e morais da espécie humana e das causas que produzem essas variedades doentias* (1857), e a define como uma causa orgânica identificável para doenças mentais, alegando que a mente dos indivíduos estudados estaria completamente arruinada pela alienação (DARMON, 1991).

A contribuição da Escola Francesa

A contribuição da Escola Francesa, nutrida pela ideia de degenerescência, elege a psicopatia como uma desordem moral, portanto diferente da loucura, que de algum modo celebra a irracionalidade (em oposição a razão e sua base civilizatória), fazendo aparecer a violência e seus insultos à lei e às contratualidades jurídico sociais. A violência traz então a ideia de incorrigibilidade, autorizando a violência do Estado a agir como resposta, produzindo dessa forma a exclusão, como forma de lidar com a degenerescência que desumaniza.

A contribuição da Escola Britânica

No contexto da psiquiatria britânica, o psiquiatra inglês Prichard, em seu livro *Tratado da loucura e outras desordens que afetam o espírito* (1835) estabelece o termo *insanidade moral* para se referir a indivíduos com comportamento antissocial e princípios de conduta fortemente alterados. Apresentava uma visão mais moralmente marcada, uma vez que a loucura moral não era declarada apenas como uma patologia, mas também como um atributo negativo socialmente repreensível, sendo uma alteração isolada do senso de moralidade e dos comportamentos sociais (CANTERO, 1993; MOREL, 1997; MILLON *et al.*, 2003). Tal conceituação influenciou fortemente a psiquiatria inglesa até o século XX.

A contribuição da Escola Inglesa se afasta da ideia de degenerescência, mas afirma o campo da psicopatia como uma desordem moral, capaz de gerar comportamentos antissociais e que se afastam da moralidade coletiva, tornando-se um atributo socialmente repreensível, ou punível. aqui a violência também é um atributo pensado como categoria importante para o conceito no liame da contradita do social e seus costumes ou da lei... mas nem sempre igual ao crime.

A contribuição da Escola Alemã

Em relação à psiquiatria alemã, o psiquiatra Koch, em sua obra *As inferioridades psicopáticas* (1891), conceitua a *inferioridade psicopática* como uma anomalia de caráter. Pensa que ela é causada, em sua maioria, por doenças mentais ou originadas por aspectos congênitos (GONÇALVES, 1999). É atribuído a Koch o pioneirismo no uso do conceito de psicopatia em seu sentido mais restrito, na acepção que possui atualmente (HENRIQUES, 2009). Emil Kraepelin, ao escrever o *Tratado de psiquiatria* (1915), cunha o termo *personalidade psicopática* integrado a uma minuciosa tipologia de treze categorias-base para descrever indivíduos com indicadores de comportamento criminal considerados imorais ou anormais (LYKKEN, 1995). A valorização dos indicadores comportamentais, associada à elaboração de um modelo conceitual que previa a existência de um estado de predisposição a doenças mentais, contribuíram para o desenvolvimento científico observado no início do século XX.

Inspirado na nosografia kraepeliana, Kurt Schneider entendia a psicopatia não como uma condição mórbida em si, mas compreendida por subtipos de personalidade atípicas com variações que causam impactos na dinâmica social por destoarem da média populacional (GONÇALVES, 1999). Classificou as personalidades psicopáticas em dez categorias, visando aumentar a precisão de seu diagnóstico. São elas: (1) hipertímicos; (2) depressivos; (3)

inseguros; (4) fanáticos; (5) carentes de valor; (6) lábeis de humor; (7) explosivos; (8) apáticos; (9) abúlicos; e (10) astênicos (SOEIRO; GONÇALVES, 2010). Discussões, críticas e pesquisas, feitas à Escola Alemã de Psicopatia, expandem o diagnóstico de personalidade psicopática, incluindo diversas outras condições na categoria e entendendo a perturbação de forma mais abrangente.

As contribuições da Escola Americana

A Escola de Chicago, no início do século XX, desempenhou um papel seminal na compreensão da psicopatia, com um enfoque marcante em sua manifestação criminosa. Pesquisadores notáveis como Clifford Shaw e Edwin Sutherland, ao adotarem uma abordagem sociológica, contribuíram para a compreensão da psicopatia como um fenômeno enraizado em fatores sociais.

Shaw, em sua obra *Juvenile Delinquency in Urban Areas* (1930), explorou as complexidades da relação entre desorganização social e comportamento criminoso juvenil. No entanto, uma crítica válida seria a simplificação excessiva das influências sociais, muitas vezes negligenciando fatores psicológicos e individuais que podem contribuir para a psicopatia. O determinismo ambientalista pode obscurecer a multiplicidade de fatores que contribuem para o desenvolvimento de traços psicopáticos.

A teoria do "ciclo vicioso da pobreza", introduzida por Sutherland em *Principles of Criminology* (1939), ofereceu insights valiosos sobre como condições socioeconômicas adversas podem influenciar comportamentos antissociais. No entanto, a crítica a essa abordagem reside na tendência de desconsiderar a agência individual e a variabilidade de experiências dentro de comunidades marginalizadas. O modelo de "associação diferencial" de Sutherland também pode ser questionado pela sua simplicidade ao abordar as influências sociais na aprendizagem de comportamentos criminosos, ignorando nuances e variações culturais.

Donald Black, em *The Social Structure of Right and Wrong* (1990), expandiu as análises sociológicas para compreender as variações na distribuição de comportamentos desviantes. No entanto, é importante criticar a possível generalização excessiva de suas conclusões para diferentes contextos sociais e culturais.

Ao integrar abordagens sociológicas à psicologia, a Escola de Chicago proporcionou uma visão mais holística da psicopatia, destacando a interseção entre fatores individuais e sociais. No entanto, é crucial evitar a armadilha do determinismo ambientalista, reconhecendo a complexidade e a interconexão de influências que moldam a psicopatia. Uma abordagem mais

crítica e integrativa, considerando fatores biopsicossociais, é necessária para uma compreensão completa desse fenômeno multifacetado.

A partir da metade do século XX, com o crescimento da influência da psicanálise e da fenomenologia na psiquiatria ocidental, foi dada maior importância aos fatores externos e ambientais na composição da subjetividade do indivíduo. Dessa forma, o conceito de psicopatia passa a se aproximar do conceito de personalidade antissocial, reforçado por trabalhos de Hervey Milton Cleckley e David Handerson (HENRIQUES, 2009). Henderson postulava que o indivíduo psicopata geralmente se apresenta como alguém racional e perfeitamente capaz de alcançar seus objetivos egocêntricos ultrajantes (KIEHL; HOFFMAN, 2011).

Cleckley, psiquiatra estadunidense, prestou uma importante participação na conceituação atual da psicopatia, e em seu livro *A máscara da sanidade* (1976 [1941]) apresenta uma descrição detalhada das manifestações clínicas, considerando a psicopatia como uma doença mental sem os sintomas graves das psicoses. Dessa forma, atribui ao indivíduo tanto a capacidade de mimetizar os comportamentos humanos habituais como a deficiência na compreensão dos sentimentos humanos, denominada “demência semântica”. Tal deficiência de resposta afetiva poderia explicar a forte relação da condição com condutas tipicamente antissociais (FERRAZ, 2000). Cleckley¹², portanto, estabelece um perfil para a psicopatia, indicando traços mais significativos como o encanto superficial, a boa inteligência, o egocentrismo patológico e a ausência de sentimento de culpa ou de vergonha.

Em 1952, foi publicado o primeiro *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (DSM) pela American Psychiatric Association (APA). Nele constava a categoria “Distúrbio de personalidade sociopática”, e, numa forte influência dos estudos de Cleckley, os critérios diagnósticos apresentavam-se no campo afetivo e comportamental (ARRIGO; SHIPLEY, 2001). O *DSM-II*, lançado em 1968, apresentou algumas alterações superficiais, mas manteve a nomenclatura e a mesma descrição das manifestações clínicas (APA, 1968). Entretanto, a partir do *DSM-III*, de 1980, tanto a nomenclatura quanto a caracterização do

¹² Hervey Cleckley reuniu os principais traços da psicopatia e os distribuiu em um total de 16 critérios básicos, classificados em três grupos: 1) Ajuste positivo: encanto superficial e alta inteligência, ausência de sinais de pensamento irracional, ausência de “nervosismo” ou de manifestações psiconeuróticas, probabilidade muito baixa de suicídio; 2) Desvio comportamental crônico: falta de arrependimento ou vergonha, falsidade e falta de sinceridade, egocentrismo patológico e incapacidade de amar, pobreza generalizada nas principais reações afetivas e falta de discernimento; 3) Déficits emocionais-interpessoais: falta de confiabilidade, comportamento “grotesco” com o consumo de álcool e, às vezes, sem ele; vida sexual impessoal, trivial e pouco integrada; fracasso em seguir qualquer planejamento de vida; julgamento pobre e fracasso em aprender com a experiência, além de um comportamento antissocial inadequadamente motivado.

diagnóstico de psicopatia sofreram extensas mudanças, não incluindo a dimensão afetiva em sua abordagem. Criou-se o Transtorno de Personalidade Antissocial (TPAs) para diagnosticar indivíduos com padrão crônico de infrações legais e comportamentos antissociais, estendendo sua aplicação à maior parte da população carcerária (APA, 1989). Desde então, não se observaram alterações relevantes em relação aos critérios diagnósticos nos seguintes *DSM-IV* (APA, 1994) e *DSM-V* (APA, 2013).

A reformulação da nomenclatura e da caracterização do diagnóstico da psicopatia a partir do *DSM-III* foi recebida por muitas críticas de psiquiatras e pesquisadores de saúde mental, que identificavam uma tendência da APA à patologização de condutas criminais e à construção de um diagnóstico excessivamente abrangente, moralmente implicado e pouco direcionado (LEVENSON; KIEHL; FITZPATRICK, 1995). Robert Hare, psiquiatra canadense, foi um dos que se opuseram à abordagem proposta pelo *DSM-III*. Responsável pela publicação em 1980 do *Psychopathy Checklist* (PCL)¹³ e pelas seguintes revisões de 1991 e 2003 (*PCL-R*), Hare buscou combinar critérios afetivos e socialmente desviantes para a elaboração de uma escala de mensuração de psicopatia com uma considerável validade e confiabilidade (KIEHL; HOFFMAN, 2011). Embora tal ferramenta seja considerada por muitos estudiosos como o padrão-ouro para o diagnóstico clínico de psicopatia, ela também é alvo de críticas sustentadas em função da validação do *PCL-R* ser restrita, já que contempla somente a população carcerária e pela possibilidade de o uso indiscriminado levar ao diagnóstico de falsos positivos, devido a questões como contratransferência aversiva e falhas na metodologia de aplicação (WALTERS, 2007). Além disso, pelo fato de a visão de trabalho de Hare ser semelhante ao conceito de loucura moral de Prichard (ARRIGO; SHIPLEY, 2001), a ferramenta para diagnóstico também é alvo de críticas por sua forte condenação moral, como apresentada nos critérios “comportamento sexual promíscuo”, “estilo de vida parasitário”, “múltiplas relações conjugais de curta duração” e “mentira patológica” (GUNN, 2003).

Atualmente, as perspectivas conceituais e as abordagens contemporâneas da psicopatia são diversas, com metodologias e linhas de estudo variadas. Entre elas, tem-se a *Avaliação Compreensiva da Personalidade Psicopática (CAPP)*, desenvolvida em 2004 pelos

¹³ Robert Hare, no PCL considera cerca de 20 dimensões a serem avaliadas na Psicopatia: 1. Loquacidade / Encanto superficial; 2. Egocentrismo / Grande sensação de valor próprio; 3. Necessidade de estimulação / Tendência ao tédio; 4. Mentira patológica; 5. Direção / Manipulação; 6. Falta de remorso e culpabilidade; 7. Baixa profundidade dos afetos; 8. Insensibilidade / Falta de empatia; 9. Estilo de vida parasita; 10. Falta de controle comportamental; 11. Comportamento sexual promíscuo; 12. Problemas de comportamento precoces; 13. Falta de metas realistas a longo prazo; 14. Impulsividade; 15. Irresponsabilidade; 16. Incapacidade de aceitar a responsabilidade das próprias ações; 17. Várias relações conjugais breves; 18. Delinquência juvenil; 19. Revogação da liberdade condicional; 20. Versatilidade criminal.

pesquisadores Cooke, Hart, Logan e Michie, que se trata de um “mapa conceitual” que compreende 33 sintomas em seis domínios (MILLON; DAVIS, 1996). São eles: domínio da vinculação; domínio comportamental; domínio cognitivo; domínio afetivo; domínio do eu; e domínio da dominância.

Uma outra conceituação contemporânea, conhecida como *Modelo Triárquico da Psicopatia*, elaborada pelos pesquisadores Patrick, Fowles e Krueger (2009), busca investigar as construções fenotípicas elementares que permitem apurar fenômenos psicológicos e neurobiológicos subjacentes à psicopatia, desenvolvendo, assim, um modelo operacional com perspectiva ampla e dialógica entre personalidade e psicopatologia, sendo a personalidade compreendida como um *continuum* de atributos, de acordo com o grau e presença de determinados comensurativos (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2012). Segundo os pesquisadores, a psicopatia seria delineada por três construtos fenotipicamente distintos: *disinhibition, boldness e meanness*.

Ademais, encontra-se uma abordagem diferente conhecida como *Dark Triad* ou *Tríade Sombria*, elaborada inicialmente no escopo da psicologia social que se trata de uma construção teórica a partir de três elementos distintos, não compreendendo-os em uma perspectiva psicopatológica, mas enquanto uma avaliação de personalidade, buscando mensurar suas correlações. São eles: a psicopatia subclínica, o maquiavelismo e o narcisismo subclínico (PAULHUS; WILLIAMS, 2002; FURNHAM; RICHARDS; PAULHUS, 2013; D’SOUZA; LIMA, 2014).

Foi proposto por outros autores, *a posteriori*, a inserção de um quarto elemento, o Sadismo, desenvolvendo, assim, a *Dark Tetrad*, ou *Tétrade Sombria*, em que comportamentos que se voltam ao prazer causado ao infligir dano físico ou emocional a alguém, no intuito de punir e humilhar, seriam adicionados à problemática (CHABROL *et al.*, 2009; REIDY; ZEICHNER; SEIBERT, 2011).

Uma outra conceituação é elaborada por meio das Síndromes Interpessoais Emergentes (EISs), em que os autores interpretam os transtornos de personalidade como reflexos das concepções populares de comprometimento interpessoal, sendo as EISs transtornos que apresentam padrões distintos de sinais e sintomas que originam características adversas e reações negativas em outros (LYKKEN *et al.*, 1992). A psicopatia, portanto, é entendida como uma configuração de vários atributos capazes de gerar relações interpessoais doentes, mesmo estando amplamente não correlacionados, cada um com sua etiologia separada e independente (LILIENFELD; LATZMAN, 2018; CREGO; WIDIGER, 2015).

Baseado no modelo dos *Cinco Grandes Fatores*, os *Traços de Insensibilidade e Afetividade Restrita* são normalmente citados na avaliação da personalidade de crianças e adolescentes, contendo falta de empatia, falta de sensibilidade e afeto superficial. A análise aponta que essas seriam características que predizem resultados antissociais que culminam em agressividade, problemas de conduta e comportamentos violentos (DOLAN; RENNIE, 2006; FRICK *et al.*, 2003; MARSEE; SILVERTHORN; FRICK, 2005). O diagnóstico clínico de “Transtorno de Conduta”, apontado pelo *DSM-VI*, incorpora tal conceituação ao descrever jovens com um “estilo interpessoal insensível e afetivamente restritos” (APA, 2013), o que muitas vezes é visto como prelúdio das facetas interpessoais e afetivas da psicopatia adulta (FRICK; ELLIS, 1999; VIDING *et al.*, 2005).

É possível perceber que em muitos momentos o conceito se apresenta em consonância com uma construção positivista da criminalidade que percebe na descrição do criminoso um indivíduo constitucionalmente propenso ao delito, como é notado pelo pensamento de Cleckley e Hare (SILVA, 2015). No entanto, com o advento da Criminologia Crítica, o objeto de estudo da criminologia deixa de ser o crime e o criminoso e passa a ser o próprio sistema de controle criminal (ALBRECHT, 2010). Dessa forma, por meio de um ponto de vista dinâmico e contínuo que se afasta do determinismo, entende-se que o próprio conceito de psicopatia é fundado no âmbito social, ao utilizar-se de conceitos históricos e socialmente construídos para a sua definição, tais como criminalidade, regras sociais, moralidade, promiscuidade, desvio sexual e sentido para vida. O diagnóstico de psicopatia, assim, possui uma elevada relevância não apenas jurídica, mas também social, uma vez que sua definição esteve fortemente vinculada às diversas dimensões estruturais que sustentam a manutenção da hegemonia de determinados grupos, o que salienta a importância de uma reflexão conceitual crítica e socialmente implicada.

Metodologia

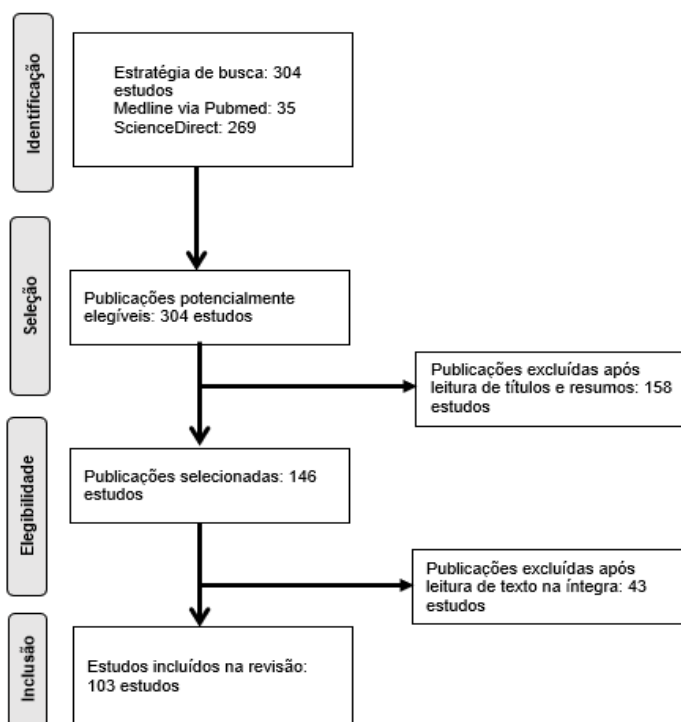
Este estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática de literatura por meio da pesquisa bibliográfica acerca da psicopatia, com perspectiva exploratória e caráter descritivo e avaliativo. A revisão foi estruturada a partir do protocolo *Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analysis Protocols (PRISMA-P)* (SHAMSEER *et al.*, 2015).

Foram selecionados artigos das bases de dados *PubMed* e *Science Direct*. A escolha de tais plataformas se deu devido à proximidade de seus critérios de busca e a facilidade de comparação entre os artigos encontrados, minimizando erros. Os descritores escolhidos para a busca foram: “*psychopathy*”, “*antisocial personality disorder*”, “*sociopathic personality*”, “*antisocial behavior*” e “*diagnostic*”. Os títulos e resumos dos estudos selecionados passaram

pela avaliação de mais de um pesquisador quanto à sua elegibilidade em relação aos critérios de inclusão e exclusão. Outros transtornos de personalidade não foram contemplados em função do volume de material que seria gerado e a impossibilidade de uma avaliação acurada.

A busca foi realizada em abril de 2021 e compreendeu ensaios clínicos, ensaios clínicos randomizados e artigos de revisão publicados no período de 2016 a 2021. Foram excluídos os estudos que: (a) não traziam a psicopatia como elemento do trabalho; (b) não apresentavam delimitação conceitual clara para a condição, c) não apresentavam metodologia clara descrita, d) não apresentaram desfechos descritos de forma clara e objetiva na percepção de dois pesquisadores (pesquisador 1 - mestrando e pesquisador 2 - orientador). Dessa forma, foram incluídos no total 103 estudos para a composição da revisão sistemática de literatura. A partir da seleção dos artigos que compuseram a estrutura de análise desta pesquisa, foi realizada a extração de dados por meio dos objetivos fixados e desenho de pesquisa, buscando assegurar o registro das informações relevantes. Para isso, foi elaborado um formulário de extração de dados, estruturado em dez variáveis: título do artigo; autores; revista de publicação; nacionalidade; ano de publicação; forma de conceituação; metodologia; limitações trazidas pelos artigos; temática abordada; conclusões; e comentários dos revisores sobre os estudos.

Após a organização de todos os artigos, visando a comparação dos parâmetros e pressupostos selecionados, os estudos foram agrupados conforme a abordagem conceitual utilizada. Por meio de uma análise exploratória, realizou-se a leitura seletiva, reflexiva e interpretativa dos achados, articulando os vínculos históricos e epistêmicos entre os conceitos para avaliação da pertinência do construto na atualidade.

Figura 6: Fluxograma da seleção de artigos para a revisão de literatura

Resultados e discussões

Temas

A psicopatia é uma categoria com importante ubiquidade entre as pesquisas científicas de diversas áreas do conhecimento, como direito penal, saúde mental e ciências sociais, grandes eixos evidenciados pelos artigos selecionados por esta revisão. A temática mais prevalente foi a criminal, presente em 27 artigos que se distribuem em assuntos como criminalística e crimes sexuais. O aspecto do estigma associado ao psicopata inserido no contexto carcerário figura em apenas 1 dos artigos selecionados (53), carecendo de avaliações críticas a respeito dessa relação.

Dezenove artigos selecionados apresentavam como temática principal o perfil neuropsicológico de pessoas com psicopatia. Muitas vezes, foram relacionados os traços de personalidade com o contexto criminal em que os indivíduos se encontravam, de maneira semelhante à teoria da frenologia, que buscava estabelecer relação entre os traços psicológicos e a predisposição à realização de atos criminosos. A temática de traços de personalidade psicopática na infância e adolescência foi encontrada em 14 artigos, e o contexto estudantil foi enfoque de outros 5 artigos. Dentre eles, um em particular (29) discorre sobre o uso de

instrumentos de diagnóstico de psicopatia em um cenário escolar, ilustrando a ampliação dessas tentativas de valorização dos traços de personalidade.

A neuroimagem e a neuroanatomia figuraram como temática central em 11 artigos. Além disso, a neuroendocrinologia foi assunto de 7 artigos, ligados principalmente a estudos sobre hormônios como ocitocina e testosterona e suas relações com a psicopatia. Uma pesquisa envolvendo genética foi tema principal de apenas 1 artigo selecionado (14).

Em menor quantidade, estiveram presentes outros temas relacionados ao diagnóstico de psicopatia, como a validação de instrumentos e escalas de avaliação, a influência do viés da idade no diagnóstico, a classificação dos traços psicopáticos e a associação entre psicopatia e esquizofrenia. Apenas 1 artigo (186) possuiu como principal assunto os possíveis manejos e tratamentos.

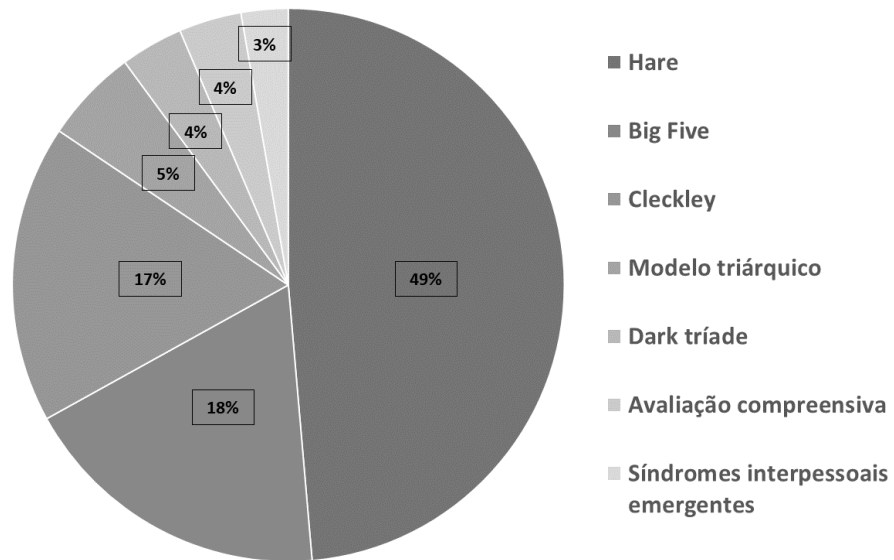
E, ainda em menor número, outras temáticas foram encontradas, como: (1) a influência de traumas e *ciberbullying* para o desenvolvimento de traços psicopáticos; (2) a relação entre a psicopatia e o empreendedorismo; e (3) a relação entre psicopatia e a pandemia do coronavírus. Dessa forma, fica evidente a variedade de áreas em que a psicopatia é abordada, bem como os principais interesses científicos subjacentes, que muitas vezes reforçam uma associação intrínseca entre a categoria e a criminalidade, a despeito de discussões conceituais críticas.

A construção dos conceitos, seus determinantes e suas determinações

A partir da análise dos artigos selecionados, foi possível perceber a variedade de perspectivas conceituais e abordagens em torno da psicopatia nas publicações científicas recentes. O conceito elaborado pelo psiquiatra Robert Hare no século XX esteve presente na maioria dos estudos, em 53 dos artigos selecionados. Em seguida, o Modelo Big Five foi a segunda conceituação mais prevalente, em cerca de 18%.

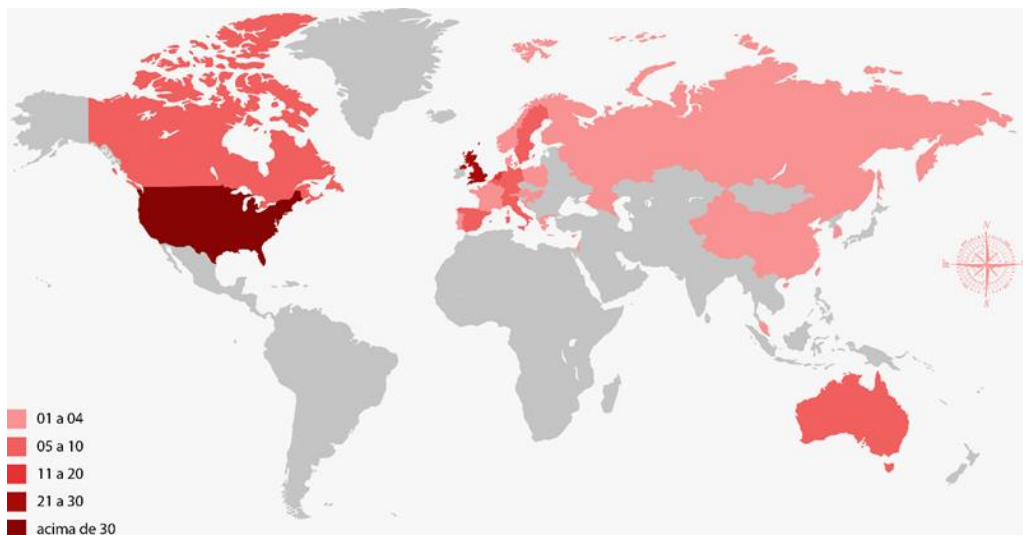
Dentre as linhas de estudos presentes, encontra-se em 19 artigos o conceito elaborado pelo psiquiatra Hervey Milton Cleckley. Em menor percentual, também foi observado o Modelo Triárquico, a *Dark Triad*, a Avaliação Compreensiva da Personalidade Psicopática e as Síndromes Interpessoais Emergentes. Embora alguns modelos de conceituação sejam mais utilizados que outros, fica evidente que não há unanimidade em como se identifica o conceito de psicopatia, o que pode representar um obstáculo no desenvolvimento de pesquisas em torno do assunto e no reconhecimento da personalidade psicopática.

Figura 7: Distribuição em porcentagem das perspectivas conceituais nos artigos selecionados



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 8: Nacionalidade dos autores dos artigos selecionados



Fonte: Elaborada pelo autor.

A imagem acima evidencia onde estão presentes as principais produções científicas sobre psicopatia absorvidas pela revisão sistemática, revelando a grande concentração desses estudos em países como os Estados Unidos e o Reino Unido. A preponderância de países desenvolvidos do hemisfério Norte na publicação desses trabalhos suscita a desigualdade

científica que prevalece no mundo contemporâneo e que coloca a experiência de outras nações em posição de subalternidade. Recentemente, os pesquisadores dos Estados Unidos, Reino Unido e Japão produziram mais da metade das publicações científicas relacionadas à saúde, e o abismo nesse aspecto entre países ricos e pobres está aumentando (TILLY, 2006).

O acesso desigual ao conhecimento científico, bem como a desigualdade sobre sua produção ou distribuição são problemas significativos não apenas em função do valor intrínseco do conhecimento, mas também porque tal assimetria amplia outros tipos de desigualdades, conferindo importantes vantagens financeiras e políticas a grupos específicos. As recompensas propiciadas pelo conhecimento permitem que seus detentores reproduzam as relações que dão sustentação às vantagens de que desfrutam, aplicando o interesse em reservar esse conhecimento e explorar seu uso. Em áreas como saúde pública, justiça criminal e psiquiatria forense, influenciam na forma como se percebe a criminalidade em sua interface com a saúde mental, como na psicopatia, e moldam as ações das instituições que balizam a problemática indicando caminhos mais ou menos punitivos para seu enfrentamento.

Limitações dos estudos analisados

Enquanto 4 artigos apresentaram-se como livres de limitações, a maioria evidenciou entraves com a amostragem. Em 39 artigos, o pequeno tamanho amostral é descrito como um obstáculo para a realização dos estudos, assim como o viés de seleção de amostragem, mencionado em 4 artigos, em que alguns indivíduos apresentam maior chance de serem selecionados em uma amostra aparentemente equiprobabilística. Tal problema pode ser visualizado nas amostragens limitadas ao contexto forense e à população carcerária, em 7 artigos, e nas restritas ao sexo masculino, em 12 artigos.

Delimita-se, dessa forma, estudos com baixa validade externa, ou seja, estudos cujos resultados não conseguem ser generalizados para populações mais amplas. Outras limitações também estiveram relacionadas com a amostragem, entre elas amostras restritas a certas faixas etárias, homogêneas em termos de fatores étnicos-sociais e limitadas a hospitais psiquiátricos privados, além de 2 artigos em que a diferença de gênero dos indivíduos não foi analisada.

Problemas com os instrumentos utilizados nas pesquisas também possuíram relevância enquanto limitações, principalmente os instrumentos de auto aplicação utilizados em 18 artigos, que se apresentam como obstáculos para a validação das informações obtidas. Também estavam presentes escalas não testadas ou com problemas em sua avaliação, questionários on-line, instrumentos não validados para o uso e alguns com baixa sensibilidade e especificidade. Além

disso, alguns entraves em torno da coleta de dados foram citados, como informações baseadas apenas a partir da perspectiva de crianças, e por meio de comentários de familiares e cuidadores.

Alguns problemas com a análise dos dados obtidos apresentaram-se como limitações para os estudos como a baixa validade interna, ou seja, o grau em que o estudo é livre de erro sistemático, e a fragilidade metodológica que estiveram presentes em 2 artigos. A confusão entre conceitos como “empatia”, “crime” e “narcisismo” foram entraves para 6 artigos. Em 7 estudos, o uso da metodologia de estudo transversal impossibilita que as conclusões das pesquisas fossem elaboradas.

Questões oriundas dos estudos em neurociência, neuroanatomia e neuroimagem também cercearam o desenvolvimento de algumas pesquisas, principalmente por não haver um padrão biológico identificável para a psicopatia que a diferencie de outras patologias. Além disso, os padrões de busca apresentam grande variabilidade, reduzindo as possibilidades de validação dos achados. Tais estudos geralmente apresentam um grande custo operacional em função das tecnologias instrumentalizadas.

Conclusão

A psicopatia, a despeito de sua importância em diversas áreas do conhecimento, ainda se apresenta em disputa no tocante à definição conceitual. Como não há consenso entre os elementos que devem compor a categoria, nem mesmo uniformidade metodológica na avaliação usada pelos autores ao dizer de uma pretensa objeto comum, na verdade dizem de condições muito diversas e em função disso emprestam aos seus construtos teóricos inúmeras , limitações, reconhecíveis nas escolhas metodológicas, ou mesmo nos resultados apresentados. A seleção das amostras e a análise dos achados são as etapas mais prejudicadas, comumente apresentando diversos problemas que impedem reflexões conclusivas. Além disso, a fragilidade da evidência dos padrões biológicos, frequentemente articulados às condições clínicas, proliferam nos trabalhos mais recentes, mas deixa igualmente evidente uma pretensão objetivante que se expressa nas tecnologias utilizadas, nos padrões que são buscados e nas diferenças entre esses e outros padrões, pois não há um elemento cardinal do diagnóstico que orienta a avaliação de um marcador biológico habitualmente pretendido no discurso médico, colocando assim todo o edifício conceitual em ruína .

A apuração precária do conceito, geralmente reduzido às lógicas que compõem o pensamento médico hegemônico baseado na etiologia, na manifestação sintomática, sua evolução e desfecho clínico sustentado por pesquisas de marcadores biológicos e padrões heredo familiares, resulta em pesquisas que se proliferam continuamente, mas com poucos

resultados em termos de impactos transformadores da realidade. O retorno a uma etapa de investigação conceitual que considere todas as dimensões da psicopatia no debate social e científico é imprescindível para que os resultados dos trabalhos não se encerrem na reprodução de limitações, preconceitos historicamente já conhecidos e números sem significados socialmente relevantes.

A variedade de abordagens conceituais que cercam a psicopatia revela uma falta de consenso entre os pesquisadores dos estudos avaliados. Há uma tentativa de estabelecer domínios psicopatológicos e compreender suas inter-relações na busca de uma categoria diagnóstica robusta, mas as abordagens, sejam dimensionais ou categoriais, não chegam a uma conclusão uniformemente aceita sobre a temática.

É notável que em todas as discussões ainda existe uma tentativa de estabelecer uma relação entre os domínios psicopatológicos e a agressividade, principalmente quando relacionada à produção de violência. Fica também claro que a psicopatia pensada de modo reduzido como condição mental geradora de crime e recidiva criminal se encontra atrelada aos interesses estatais sobre o assunto, verificado, por exemplo, na distribuição da concentração dos artigos produzidos no mundo com predominância quase absoluta entre países do hemisfério norte com cultura anglo saxã, ou regimes políticos marcadamente imperialistas. Essa realidade, observada através dos dados numéricos fornecidos na revisão sistemática, remonta às críticas mais comumente realizadas à obra de Hare, que abordou a psicopatia na população carcerária, centrando-se no fenômeno do crime.

Apesar dos esforços em escapar dessa relação, a proliferação dos novos modelos conceituais não permite vislumbrar um salto expressivo nas bases que sustentam a condição e que a torne independente das demandas de ordem moral e jurídica, mantendo-se a ideia de que a psicopatia está intrinsecamente ligada à criminalidade. Ou seja, a produção científica atual parece ainda não ser capaz de fornecer um estatuto claro para a psicopatia no discurso médico, que ainda vê o fenômeno impregnado de questões morais, vinculadas às concepções de poder e atuação do Estado. Faz-se importante, portanto, uma avaliação qualitativa dos aspectos históricos e estruturais que sustentam essas questões e demandas, para uma melhor compreensão do fenômeno da violência e de suas facetas que são denunciadas na existência da psicopatia enquanto um diagnóstico psiquiátrico ainda em vigor.

CAPÍTULO 5

Psicopatia e moralidade capitalista

Introdução

A análise das facetas da psicopatia e suas lógicas conceituais, juntamente com a distribuição geopolítica da produção científica sobre o tema, revela conexões intrínsecas com as dinâmicas do capitalismo contemporâneo. O modo como o consumismo é compreendido como uma faceta da ideologia capitalista emerge como resultado da escalada do desenvolvimento tecnológico através do automatismo, somada à acumulação exponencial do capital de investimento. Para uma minoria global, essa mudança de ênfase do trabalho baseado na habilidade para o consumo sustentado no crédito é crucial. Para assegurar a existência dessa faceta do capitalismo, estruturas e processos sociais foram desenvolvidos e orientados para apoiar e estimular moralmente a ganância, especialmente na cultura social específica chamada 'sociedade de consumo' (JONES, 1997).

Em uma sociedade de consumo, os valores de mercado permeiam todos os aspectos da vida cotidiana. Os consumidores são colocados no centro da 'boa sociedade', sendo retratados como indivíduos que escolhem produtos de forma livre e autônoma por meios aparentemente racionais. Isso cria uma sociedade que mensura o valor individual através do poder exercido no ambiente etéreo do mercado. Nesse contexto, observa-se uma falta generalizada de disciplina moral, uma glorificação da ganância e da acumulação material, um aumento da ilegalidade e da desordem, uma ascendência de racismo e violências a outras minorias sociais, além de um aumento na prioridade dos interesses nacionais sobre o bem-estar da humanidade e do aumento da alienação e do isolamento.

A ideologia consumista, caracterizada pelo incentivo à aquisição de novos bens e serviços com pouca atenção às suas verdadeiras necessidades, durabilidade, origem, condições de trabalho ou consequências ambientais, estabelece uma sociedade pautada na centralidade do valor de troca. Nesse contexto, a conexão social entre as pessoas se transforma em uma relação social entre as coisas, onde a capacidade individual é coisificada e se transforma em riqueza meramente objetiva e objetificada (MARX, 2010).

O consumismo, que frequentemente induz ao sono moral e à apatia em relação a assuntos públicos, perpetua-se em um contexto de consumo complacente. Nessa sociedade de consumo, as pessoas são preparadas para sacrificar sua ética em prol do valor material de 'sentir-se bem' (BENTON, 1998, p. X). A vida das pessoas nesse ambiente é estruturada mediante o sofrimento de trabalhadores empobrecidos e ecossistemas fragilizados, frequentemente em

países distantes. Essa violência, por vezes reproduzida de forma direta, leva à conclusão por parte desses indivíduos de que devem se armar para proteger suas mercadorias e manter o acesso a elas. O “véu do consumismo” os força a negligenciar as conexões entre o próprio consumismo e os regimes opressores (governos, instituições financeiras e corporações transnacionais), que violam os direitos humanos, aumentam a movimentação irrestrita do comércio para acumulação de capital e aumentam os gastos militares, fabricando conflitos e guerras (SANKOFA, 2003). Essa desconsideração é possível porque o consumismo acentua e acelera a fragmentação humana, o isolamento e a exclusão, contribuindo significativamente para a perpetuação da violência.

A redução do cidadão à condição de objeto e a valorização social dessa objetificação, frequentemente utilizando violência, permite paralelos com o campo da psicopatia. Isso auxilia a repensar criticamente as estruturas sociais que nomeiam, engendram e sustentam essa condição. O modo de produção capitalista, ao enfatizar a moral individualista e a acumulação de riqueza como valores centrais, associado à estrutura de classes que cria desigualdades econômicas e sociais, pode conduzir à busca pelo sucesso individual, levando ao desapego emocional e à falta de empatia em relação aos outros, características notadamente associadas à psicopatia. A alienação resultante da exploração e da competição contribui para a manifestação de comportamentos considerados também psicopáticos, como a manipulação e a falta de remorso. Ao reconhecer esses traços individuais desviantes não apenas como sintomas de uma entidade diagnóstica isolada, mas como reflexos das contradições sistêmicas, podemos contribuir para questionar e, eventualmente, desafiar essas estruturas (MCGREGOR, 2001).

Diante desse panorama, torna-se imperativa a análise da pertinência do conceito de psicopatia e sua instrumentalização pela comunidade científica. Para tal análise, é crucial considerar historicamente as facetas da sociedade, economia e relações de classe, fundamentais para a compreensão dos fenômenos psíquicos. Dessa forma, poderemos compreender com profundidade as nuances e contradições da produção científica no campo da psicopatia, permitindo questionar as estruturas conceituais do construto (WISALO, 1999).

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática de literatura por meio da pesquisa bibliográfica acerca da psicopatia, com perspectiva exploratória e caráter descritivo e avaliativo. A revisão foi estruturada a partir do protocolo *Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analysis Protocols* (PRISMA-P) (SHAMSEER *et al.*, 2015).

Foram selecionados artigos das bases de dados PubMed e Science Direct. A escolha de tais plataformas se deu devido à proximidade de seus critérios de busca e à facilidade de comparação entre os artigos encontrados, minimizando erros. Os descritores escolhidos para a busca foram: *psychopathy*; *antisocial personality disorder*; *sociopathic personality*; *antisocial*; *behavior*; e *diagnostic*. Os títulos e resumos dos estudos selecionados passaram pela avaliação de mais de um pesquisador quanto à sua elegibilidade em relação aos critérios de inclusão e exclusão.

A busca foi realizada em abril de 2021 e compreendeu ensaios clínicos, ensaios clínicos randomizados e artigos de revisão publicados no período de 2016 a 2021. Foram excluídos os estudos que: a) não traziam a psicopatia como elemento do trabalho e b) não apresentavam uma delimitação conceitual clara para a condição. Dessa forma, foram incluídos no total 105 estudos para a composição da revisão sistemática de literatura. A partir da seleção dos artigos que compuseram a estrutura de análise desta pesquisa, foi realizada a extração de dados por meio dos objetivos fixados e do desenho de pesquisa, buscando assegurar o registro das informações relevantes. Para isso, foi elaborado um formulário de extração de dados, estruturado em dez variáveis: título do artigo; autores; revista de publicação; nacionalidade; ano de publicação; forma de conceituação; metodologia; limitações trazidas pelos artigos; temática abordada; conclusões e comentários dos revisores sobre os estudos.

Após a organização de todos os artigos, visando a comparação dos parâmetros e pressupostos selecionados, os estudos foram agrupados conforme a abordagem conceitual utilizada. Por meio de uma análise exploratória, realizou-se a leitura seletiva, reflexiva e interpretativa dos achados, articulando os vínculos históricos e epistêmicos entre os conceitos para uma avaliação da pertinência do construto na atualidade.

Resultado e discussões: psicopatia, Sartre e a sociedade capitalista

A cultura de consumo construiu o desejo comercial não como um índice de necessidades “reais” do consumidor, mas como uma dinâmica produzida por instituições comerciais interessadas unicamente na reprodução do capital. Ao contrário de suposições otimistas, a publicidade comercial não gerou a liberdade de escolha tipicamente atribuída ao capitalismo – mais precisamente a excluiu. Ao contrário, contribuiu para a configuração de subjetividades individuais externamente brandas e sociáveis, mas que se utilizam de muita negação e racionalização para reprimir a raiva interior para a qual existem poucas saídas não violentas.

A associação entre psicopatia e consumismo muitas vezes surge na literatura, sobretudo nos romances do final do século XX, que refletem a mudança da cultura observada no

capitalismo tardio. Da irmã Carrie de *Dreiser* ao *Grande Gatsby* de Fitzgerald, os escritores têm retratado os males do consumismo em suas narrativas. Os personagens desses romances possuem anseios e ganâncias que resultam na morte e na destruição de seus mais íntimos ideais. Os personagens ainda são gananciosos e o são cada vez mais, mas a inquietação foi substituída por alienação, ansiedade e tédio.

Objetificados pelo sistema capitalista, tais personagens, por conseguinte, objetificam suas vítimas em uma tentativa fútil de se apropriar de sua liberdade para si mesmo. Incapazes de se autodeterminarem, lutam para obter domínio sobre o próximo. Sem conexões com suas próprias humanidades, estabelecem tentativas de agarrar e manter suas vítimas, em narrativas que reforçam a importância de se considerar a questão da liberdade em uma sociedade onde os indivíduos acreditam ser totalmente livres, mas não o são (GOODWIN; ACKERMAN; KIRON, 1997).

Tais características psicopáticas também são partes do sistema. Como no meio corporativo interno, em que a cultura empresarial promove uma atitude psicopática de enganar o público, permitindo internamente a realização de negócios obtusos, tais como vender produtos perigosos ou poluir a terra para ganhos corporativos, ao mesmo tempo em que prega altruísmo nas campanhas publicitárias.

Diante disso, faz-se clara a importante relação entre o consumismo e a psicopatia, quando se pensa onde os narcisistas mais intransigentes geralmente são encontrados na sociedade. Hare, em *Sem consciência: o mundo perturbador dos psicopatas entre nós*, afirma, ainda que de forma jocosa, que se ele não tivesse a oportunidade de estudar psicopatia no sistema penal o faria na Bolsa de Valores de Vancouver. Como os psicopatas são atraídos pelo caos e odeiam as regras, eles se sentem naturalmente confortáveis no veloz mundo corporativo moderno: “[Eles] florescem porque as características que definem o distúrbio são realmente valorizadas [no ambiente corporativo]. Quando eles são enquadrados, o que acontece? Um tapa na cara, uma proibição de seis meses de negociação e não nos devolva os US\$ 100 milhões” (HARE, 1995, p. 87).

Jean-Paul Sartre é um dos filósofos mais importantes do século XX, senso conhecido por suas contribuições para o existencialismo e a fenomenologia. Em sua obra, refletiu bastante sobre o tema da maldade humana e a relação do indivíduo com essa noção. Intimamente familiarizado com as atrocidades manifestadas no século XIX, explora tanto em sua ficção quanto em sua filosofia a motivação para o mal humano, e auxilia com seus pensamentos na articulação entre o consumismo e a psicopatia. O autor busca entender as maneiras pelas quais o mal pode ser criado por uma sociedade. De acordo com seu pensamento, uma pessoa não

pode ser má como um objeto pode ser duro ou marrom, pois “nós somos seres cujo ser está perpetuamente em questão” (SARTRE, 1966, p.14). Sartre vê o mal como um fenômeno social que não pode existir a despeito da relação do indivíduo com a coletividade.

O conceito de maldade é central na sua filosofia. De acordo com ela, o mal e a alienação decorrem da destruição e/ou restrição da liberdade, e as ameaças à liberdade se originam no Outro. Em *O ser e o nada*, Sartre afirma que a existência humana e a liberdade humana são simultâneas. Um indivíduo passa a se ver como objeto, ao invés de como sujeito, quando encontra o Outro, uma vez que seu olhar o transforma no objeto de seu olhar. As possibilidades individuais agora se tornam limitadas pelo Outro, e são escravizadas diante da liberdade do Outro: “O olhar objetivante do Outro... me faz experimentar a liberdade do Outro” (SARTRE, 1966, p. 16).

Na tentativa de recuperar a própria liberdade e as possibilidades individuais, o caminho fundamental é absorver o Outro. Sendo assim, há duas maneiras pelas quais é possível quebrar o domínio do Outro sobre si. A maneira mais saudável e autêntica se estabelece através do amor e da empatia, em que, ao identificar que na liberdade do outro existe o fundamento da própria liberdade, o indivíduo é impelido a tratar o próximo com respeito. Essa opção não está disponível aos psicopatas, cuja resposta ao outro é sempre mediada por suas próprias necessidades.

A outra opção é objetivar o Outro negando sua liberdade, e isso pode resultar em violência sádica. Tem-se, então, o que Sartre identifica como má-fé, uma forma de vivência existencial que viola o ser-para-si, ou seja, o ser livre consciente como um Sujeito. A violência como exercício de pura liberdade depende do reconhecimento pelo Outro da legitimidade da violência. A violência gratuita dos psicopatas é de má-fé e não visa a plena realização da humanidade. Pretende, no entanto, ajudar o Sujeito violento a escapar da insuportável sensação de solidão. Está fadado ao fracasso, pois a violência cada vez maior dos psicopatas não é suficiente para permitir que escapem do abismo existencial. As tentativas do psicopata de alcançar o Outro, tanto figurativa quanto literalmente, são inúteis: através do olhar de sua vítima, ele encontra apenas a si mesmo como Objeto inanimado.

O senso humano de individualidade e autoconsciência é desenvolvido a partir dos encontros com o próximo. No estágio cultural pós-moderno, em que o Outro é indiferenciado (é simplesmente um “não-eu”), encontra-se o que Sartre denomina *terrível liberdade*, em que a violência em resposta às ameaças à liberdade se torna igualmente indiferenciada e indiscriminada. Qualquer alvo é suficiente. Muitas vezes, o psicopata escolhe as vítimas

arbitrariamente, geralmente entre estranhos. Sua raiva é dirigida, muitas vezes, àqueles a quem a sociedade não oferece proteção.

A liberdade positiva, que inclui a preocupação com a provisão de condições necessárias para que seja aproveitada, depende diretamente das condições sociais. O consumismo capitalista, que arrefece as relações de solidariedade entre os indivíduos e coloca as mercadorias na centralidade das ambições pessoais, reforça as características psicopáticas e talvez encontre no psicopata um bode expiatório de suas intenções.

Análise crítica do conceito

A psicopatia é visualizada pela maioria dos conceitos como uma patologia caracterizada por uma alteração constitucional da personalidade. É enquadrada como um transtorno de personalidade, e por isso ostenta singularidades em relação aos outros conceitos normalmente utilizados no campo da psicopatologia. Ao se enquadrar numa zona fronteira entre a chamada normalidade mental e a loucura, possui características em seu quadro clínico dialeticamente associadas aos dois polos dessa díade. Isto é, simultaneamente se assemelha e se diferencia da loucura e da normalidade, uma vez que o indivíduo supostamente mantém a integridade de suas faculdades psíquicas e intelectuais, ao mesmo tempo em que apresenta sintomas relacionados a suas alterações afetiva, moral e volitiva.

A compreensão sobre a existência do sujeito psicopata se dá pela descrição de alterações constituintes em sua forma de sentir, pensar e agir, produzindo uma forma específica de existir e se portar no mundo, o que resulta na elaboração de uma personalidade considerada distintivamente anormal. Apreendida diante das diferenças estatísticas existentes em relação aos indivíduos supostamente normais, a compreensão do fenômeno está imbricada de juízos de valor sobre a arquitetura de sua afetividade, volição e moralidade, num enquadramento teórico que estabelece a significação de uma pessoa que é levada a agir de forma simultaneamente incontrolável e intencional a cometer atos antissociais, ao passo que é incapaz de sentir remorso ou empatia pelas consequências de seus atos. Uma pessoa percebida não apenas como diferente, mas também como má.

A ganância e a maldade psicopáticas são retratadas como propriedades individuais que se configuram por meio da tendência inata à transgressão das normas sociais. No entanto, ainda que frequentemente sejam associados a uma natureza criminosa, distinguem-se dos criminosos ditos “comuns”, já que a predisposição é oriunda de uma organização interna essencialmente maligna. A variedade de conceitos sustenta que o objetivo que norteia o psicopata vai além da mera aquisição de benefícios pessoais ou posses, existindo uma real

intenção de inculcar sofrimento ao outro. Estabelece-se, assim, a ideia de que a origem e o funcionamento da patologia estão apartados dos processos sociais e históricos subjacentes, constituindo-se apenas um arranjo de natureza individual.

Tal movimento de individualização da psicopatia é cientificamente sustentado pelos conceitos utilizados nos estudos avaliados pela revisão bibliográfica efetuada. A compreensão difundida e consensual é a da psicopatia como uma patologia total ou parcialmente associada a uma alteração cerebral, ao processo evolutivo ou à herança genética. Diante do fato da origem da condição ser normalmente explicada através da existência de características orgânicas e congênitas anormais, o entendimento sobre sua existência e seu funcionamento perverso se encontra limitado à perspectiva atomizada e individual, restrita apenas ao arcabouço sintomático do indivíduo que as possui. É compreendida como uma patologia simultaneamente orgânica e existencial.

Outra percepção existente e difundida pela maioria dos trabalhos é a da psicopatia enquanto um quadro desprovido de qualquer possibilidade de tratamento efetivo ou cura – noção que realça o caráter de perigo promovido pela existência da psicopatia enquanto entidade clínica, uma vez que o indivíduo psicopata representaria permanentemente um risco à sociedade, por ser intratável e incurável. Sendo assim, a generalidade dos artigos realizou seus projetos no ambiente carcerário, um reflexo da ideia da necessidade de se resguardar a segurança da população civil através da reclusão dessas pessoas nesses espaços enquanto única alternativa.

A referida individualização e naturalização das características psicopáticas está relacionada a sua fundamentação teórica no modelo biomédico, e atua em direção a subsumir sua gênese social e sustentar o cerceamento institucional. Não se questiona que a biologia é, certamente, uma importante área do conhecimento científico. No entanto, a maneira como os estudos utilizam e articulam os conceitos evidencia a existência de uma velada dimensão ideológica. Ou seja, ainda que muitas das propriedades clínicas frequentemente associadas ao quadro clínico psicopático apresentem relação explícita com a configuração histórica do modo de produção capitalista atual, as complexidades sociais subjacentes são camufladas diante de supostos atributos meramente individuais e orgânicos de uma pessoa essencialmente anormal. Cristalizados numa entidade cuja lógica interna representa uma verdade dita irrefutável, a estruturação diagnóstica da condição passa a ser utilizada como uma ferramenta de preservação da ordem social e de mitigação alienante das possibilidades de crítica (LEWONTIN, [1991-1992] 2001).

A dimensão ideológica da psicopatia está conectada à moralidade social vigente, uma vez que a condição é organizada em torno dos valores considerados moralmente desviantes. Com frequência, indivíduos psicopatas são retratados como transgressores da norma: mentirosos, irresponsáveis, frios, calculistas, hiperativos, dependentes de substâncias psicoativas, delinquentes, criminosos, promíscuos, dentre outros adjetivos. No entanto, mais que um simples conceito voltado à demarcação das regras morais estabelecidas, a norma social é definida em confluência com as demandas materiais da sociedade, na medida em que representam as possibilidades individuais de adequação ou inadequação ao ritmo produtivo de uma determinada estrutura econômica. Assim, dado que uma respectiva norma social é estabelecida a partir de critérios acerca de sua capacidade produtiva, a representação do sujeito psicopata enquanto um infrator natural da norma faz com que sua significação passe a retratar a existência de um indivíduo naturalmente improdutivo ou que produz de uma maneira destrutiva, como os chamados psicopatas corporativos. Ou seja, a percepção da inadequação laboral não é somente um julgamento moral, mas também um significativo elemento que estrutura o critério para identificação da condição (BASAGLIA; BASAGLIA, [1971] 2005).

Ainda que a psicopatia seja dimensionada a partir de uma gênese orgânica sobre sua anormalidade, acredita-se que o indivíduo psicopata é capaz de simular normalidade. Ou seja, trata-se de um indivíduo que é ao mesmo tempo controlável e incontrolável, já que seus comportamentos são representados como sendo biologicamente determinados, mas ainda assim puramente intencionais. Uma forma de simulação que pretende esconder sua verdadeira essência maligna, mas que revela uma contradição acerca da determinação orgânica que a engendra. Afinal, por um lado esses indivíduos são descritos como pessoas psiquicamente híidas, astutas, calmas e frias, mas por outro também são inflexíveis, teimosos e incapazes de conter os impulsos para a execução de seus atos. Tal contradição também está presente na já referida percepção de que se trata de um quadro incurável e inato, ao mesmo tempo em que a efetividade de um suposto tratamento estaria baseada na avaliação da liberdade de o indivíduo escolher mudar suas condutas.

Outra contradição se apresenta na percepção de que, ainda que a condição possua em sua composição sintomática a ideia de um indivíduo improdutivo, várias outras características associadas à psicopatia estão em total conformidade com atributos considerados importantes pela atual organização produtiva da sociedade capitalista, como a ambição, o apreço pelo “racional” frente ao “emocional”, o foco no empreendedorismo de si mesmo, e a valorização do lucro irrefreado como o principal norteador de conquistas e o estímulo à competitividade e ao individualismo. Tais características, ainda que sejam apresentadas como sintomas orgânicos

e naturais, também são promovidas pela configuração socioeconômica da sociedade capitalista, cuja organização ideológica reduz a realidade social a um individualismo metodológico, alimentando a concepção dos seres humanos como agentes estritamente separados e autônomos, que sempre buscam amplificar a satisfação de suas próprias necessidades e preferências individuais. Ou seja, há uma cultura psicopática produzida pela organização política da sociedade capitalista que normaliza a psicopatia, uma vez que várias características que compõem seu arcabouço sintomatológico são aceitas e estimuladas pela estrutura social como importantes atributos de uma vida habitual considerada plenamente saudável (BRONS, 2017). “Quanto mais a teoria econômica capitalista se fetichiza e quanto mais assume posições apologéticas, tanto mais se identifica a personalidade do homem com o lado explorador, parasitário, do *homo economicus*” (LUKÁCS, [1946] 2009, p. X).

O psicopata é, portanto, simultaneamente próximo e avesso às normas sociais habitualmente valorizadas, representando um indivíduo que é contraditoriamente determinado a escolher transgredir a norma social, mas cuja configuração de seu quadro clínico condiciona sua completa adaptação às demandas produtivas que estruturam essa mesma norma. O conceito de psicopatia reúne e explicita o conjunto de violências e prejuízos sociais que são geridos e incentivados pelo modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que os oculta sob a forma de características naturalmente individuais e malignas. Sendo assim, o destaque que a maioria dos trabalhos dá às características subjetivas do psicopata não estimula o exercício de uma análise crítica sobre a estrutura socioeconômica subjacente. Além disso, os pressupostos científicos que assentam suas concepções teóricas e práticas acerca da psicopatia possuem importantes fragilidades teóricas e práticas, como observado na revisão sistemática.

A psicopatia, da forma como o conceito é utilizado pelos artigos avaliados, representa o contraditório processo no qual características constitutivas da sociedade capitalista atual passam a ser ideologicamente julgadas como aspectos de uma mera anormalidade individual. Por trás do estigma de uma essência supostamente maligna, tais atributos são utilizados com a intenção de legitimar e reproduzir o funcionamento socioeconômico do modo de produção capitalista, sobretudo no que tange aos dispositivos jurídico-penais. Ao mesmo tempo normal e anormal, produtiva e improdutiva, adaptada e inadaptada, a psicopatia passa a representar a forma como a população é condicionada a agir em sua esfera produtiva: através da objetificação do próximo na perspectiva do consumo, e paralelamente a isso cristaliza a possibilidade de reiteração da repressão penal das camadas mais marginalizadas da população.

Conclusão

A concepção de psicopatia que a reduz aos aspectos relativos à criminalidade em mais uma tentativa do conhecimento de estabelecer autoritariamente as estruturas do bem e do mal, tendência observada na maior parte da produção científica analisada neste estudo, revela um direcionamento da ciência que está em consonância com os imperativos de manutenção da ordem. Uma grande quantidade de trabalhos, conduzidos principalmente por países em posições econômicas privilegiadas e interessados na conservação do poder, estabelecem relações inexoráveis entre a condição e formas recorrentes e refratárias de atos violentos, apresentando intervenções punitivas como únicas alternativas definitivas e justificando o monopólio da violência do Direito.

O argumento, também autoritário, de “combate ao mal” arrefece as diversas e profundas fragilidades metodológicas de tais pesquisas, já apresentadas e discutidas em seção anterior, muitas vezes incapazes de quaisquer generalizações de seus achados. Tais pesquisas contribuem, portanto, para a supérflua e difundida aceção que reduz ao nível do indivíduo, responsabilizando-o, para a multiplicidade das facetas que envolve o fenômeno da criminalidade e para os processos criminalizadores – além de associá-los, indiretamente ou não, às mazelas psíquicas, reforçando estigmas. Nesse movimento, respondem a um projeto de sociedade sedimentado na obsessão à normatividade e que elucubra maneiras distintas de anular os desordeiros. No âmbito da psicopatia, fazem-no com um verniz científico que é prontamente consumido acriticamente por diversos setores da sociedade e fortificam a “missão civilizatória” das classes dominantes.

A perspectiva que avalia o conceito apenas relacionando a violência do psicopata ao seu objeto ou vítima é restrita. É importante considerar também a violência perpetrada pelo sistema, instrumentalizada pelo poder autoritário. O psicopata é um sujeito que interage socialmente, não um dado natural alheio que existe de maneira objetual, pura e nata – ficção que ao mesmo tempo mantém e justifica a violência do Estado. A não possibilidade terapêutica, frequentemente associada a essa condição, remonta à negociação intrínseca às relações sociais.

A vítima da psicopatia, assim como a vítima do sistema, muitas vezes está num lugar de objeto do outro, e não de um outro sujeito, não permitindo o estabelecimento de uma relação que viabiliza a psicopatia como um padrão desejável para a contratualidade social. Há uma dualidade estabelecida por uma dimensão psíquica, e outra, social. Avaliar a estrutura social traz luz e outros olhares à noção de psicopatia, algo que aparece na fronteira da violência que inaugura a civilização e o Estado, além da discussão dos caracteres individuais mínimos que operam e permitem que essa lógica se atualize.

Assim sendo, o processo de crítica do conceito de psicopatia não se encerra com esta pesquisa, visto que tal processo demanda a realização de outros estudos que possam vir a continuar a revelar seus fundamentos e funcionalidades político-ideológicos. No mais, também emerge a necessidade da elaboração de novos estudos que, de maneira criteriosa, crítica e politicamente implicada, possam vir a avançar na discussão acerca da existência ou não de uma condição que seja caracterizada por um funcionamento psicológico que é análogo e/ou similar ao que se costuma descrever como psicopatia.

CAPÍTULO 6

Considerações finais

Através da realização desta análise crítica da produção científica sobre psicopatia, realizada por meio de uma revisão sistemática da literatura, esta dissertação de mestrado se propôs a examinar e avaliar os principais temas, abordagens conceituais, origens geográficas dos estudos e limitações frequentemente relatadas nas pesquisas sobre o tema. Ao analisar cada um desses eixos – com especial ênfase nas limitações –, bem como ao questionar as incoerências metodológicas dos trabalhos avaliados, foi possível obter uma visão abrangente do estado atual do conhecimento nessa área. Os resultados foram apresentados em dois artigos.

A revisão bibliográfica evidenciou que o conceito clássico de psicopatia se desdobra em duas estratégias psicopatológicas fundamentais, uma derivada das abordagens de Prichard e outra de Kraepelin. Prichard focaliza a "doença da moral", enquanto Kraepelin se concentra na "doença da personalidade", baseando-se na identificação de uma coleção de traços. Ao analisar as publicações, destaca-se a fragilidade conceitual e a falta de consenso entre os pesquisadores, resultando na predominância das teorias kraepelianas. Estas teorias se baseiam na descrição de fenômenos de personalidade, seguindo uma abordagem pragmática da psicopatia. Essa tendência, que encontra maturidade em Hare, diverge da tradição da psicopatologia ao não categorizar entidades de forma clara, enfatizando uma condição psicopatológica capaz de transgredir normas sociais.

As investigações subsequentes revelam ambiguidades e contradições nos modelos, com poucos esforços para desenvolver novas ideias a partir da criação de domínios. O CAPP é uma dessas iniciativas que, embora promissora, carece de uma abordagem psicopatológica mais delicada. Os grandes domínios estão mais alinhados com a abordagem neuropsicológica contemporânea do que com a tradição da composição de entidades clínicas. A falta de uma âncora dentro das funções psicopatológicas impede uma distinção clara entre essa entidade clínica e outras, mantendo o diagnóstico diferencial como a principal abordagem.

Diante dessa constatação, o primeiro artigo resultante desta dissertação, inserido no Capítulo 4, concentrou-se em uma revisão detalhada dos 103 estudos incluídos, fornecendo uma visão panorâmica dos temas mais frequentemente investigados e das abordagens conceituais utilizadas. Além disso, foram exploradas as características nacionais das revistas científicas e dos autores envolvidos nos estudos selecionados. Esse artigo também destacou as limitações mais comumente relatadas pelos pesquisadores, permitindo uma reflexão aprofundada sobre as fragilidades metodológicas presentes na literatura existente sobre psicopatia.

A análise das teorias levanta a questão do porquê de essa condição nosológica muitas vezes estar associada a necessidades de punição ou segregação em contextos sócio-políticos. Essa indagação serve como ponto de partida para o segundo capítulo que, contemplado no Capítulo 5, aborda o conceito de psicopatia por uma perspectiva materialista, estabelecendo uma conexão entre o consumismo capitalista, a filosofia sartreana e a identificação de características psicopáticas em uma estrutura social específica. A partir dessa abordagem, foi possível explorar como a noção de psicopatia pode ser utilizada para ocultar essas mesmas características presentes na sociedade e que perpetuam a violência. Essa análise crítica e interdisciplinar revelou um panorama complexo e desafiador, evidenciando as interações entre a psicopatia, as estruturas sociais e as dinâmicas do consumismo capitalista.

Em conjunto, os dois capítulos contribuem para uma compreensão ampliada da psicopatia, oferecendo um olhar crítico sobre a produção científica existente e propondo uma perspectiva materialista que considera as influências sociais e filosóficas sobre o conceito. As descobertas e reflexões apresentadas nesta dissertação destacam a importância de uma abordagem cuidadosa e rigorosa na pesquisa sobre psicopatia, incentivando uma maior consciência das limitações metodológicas e a busca por uma compreensão mais abrangente desse fenômeno complexo.

ANEXOS

Anexo I: Itens do *checklist* a serem incluídos no relato de revisão sistemática ou meta-análise

Seção/Tópico	N	Item do <i>checklist</i>	Relatado na página nº
TÍTULO			
Título	1	Identifique o artigo como uma revisão sistemática, meta-análise ou ambos.	
RESUMO			
Resumo estruturado	2	Apresente um resumo estruturado incluindo, se aplicável: referencial teórico; objetivos; fonte de dados; critérios de elegibilidade; participantes e intervenções; avaliação do estudo e síntese dos métodos; resultados; limitações; conclusões e implicações dos achados principais; número de registro da revisão sistemática.	
INTRODUÇÃO			
Racional	3	Descreva a justificativa da revisão no contexto do que já é conhecido.	
Objetivos	4	Apresente uma afirmação explícita sobre as questões abordadas com referência a participantes, intervenções, comparações, resultados e delineamento dos estudos (PICOS).	
MÉTODOS			
Protocolo e registro	5	Indique se existe um protocolo de revisão, se e onde pode ser acessado (ex. Endereço eletrônico) e, se disponível, forneça informações sobre o registro da revisão, incluindo o número de registro.	
Critérios de elegibilidade	6	Especifique características do estudo (ex.: PICOS, extensão do seguimento) e características dos relatos (ex.: anos considerados, idioma, a situação da publicação) usadas como critérios de elegibilidade,	

		apresentando justificativa.
Fontes de informação	7	Descreva todas as fontes de informação na busca (ex.: base de dados com datas de cobertura, contato com autores para identificação de estudos adicionais) e data da última busca.
Busca	8	Apresente a estratégia completa de busca eletrônica para pelo menos uma base de dados, incluindo os limites utilizados, de forma que possa ser repetida.
Seleção dos estudos	9	Apresente o processo de seleção dos estudos (isto é, rastreados, elegíveis, incluídos na revisão sistemática e, se aplicável, incluídos na meta-análise).
Processo de coleta de dados	10	Descreva o método de extração de dados dos artigos (ex.: formulário piloto, de forma independente, em duplicata) e todos os processos para obtenção e confirmação de dados dos pesquisadores.
Lista dos dados	11	Liste e defina todas as variáveis obtidas dos dados (ex.: PICOS, fontes de financiamento) e quaisquer suposições ou simplificações realizadas.
Risco de viés em cada estudo	12	Descreva os métodos usados para avaliar o risco de viés em cada estudo (incluindo a especificação se foi feito no nível dos estudos ou dos resultados), e como esta informação foi usada na análise de dados.
Medidas de sumarização	13	Defina as principais medidas de sumarização dos resultados (ex.: risco relativo, diferença média).
Síntese dos resultados	14	Descreva os métodos de análise dos dados e combinação de resultados dos estudos, se realizados, incluindo medidas de consistência (por exemplo, I ²) para cada meta-análise.
Risco de viés entre estudos	15	Especifique qualquer avaliação do risco de viés que possa influenciar a evidência cumulativa (ex.: viés de publicação, relato seletivo nos estudos).
Análises adicionais	16	Descreva métodos de análise adicional (ex.: análise de sensibilidade ou análise de subgrupos, metarregressão) ,

		se realizados, indicando quais foram pré-especificados.
RESULTADOS		
Seleção de estudos	1 7	Apresente números dos estudos rastreados, avaliados para elegibilidade e incluídos na revisão, razões para exclusão em cada estágio, preferencialmente por meio de gráfico de fluxo.
Características dos estudos	1 8	Para cada estudo, apresente características para extração dos dados (ex.: tamanho do estudo, PICOS, período de acompanhamento) e apresente as citações.
Risco de viés em cada estudo	1 9	Apresente dados sobre o risco de viés em cada estudo e, se disponível, alguma avaliação em resultados (ver item 12).
Resultados de estudos individuais	2 0	Para todos os desfechos considerados (benefícios ou riscos), apresente para cada estudo: (a) sumário simples de dados para cada grupo de intervenção e (b) efeitos estimados e intervalos de confiança, preferencialmente por meio de gráficos de floresta.
Síntese dos resultados	2 1	Apresente resultados para cada meta-análise feita, incluindo intervalos de confiança e medidas de consistência.
Risco de viés entre estudos	2 2	Apresente resultados da avaliação de risco de viés entre os estudos (ver item 15).
Análises adicionais	2 3	Apresente resultados de análises adicionais, se realizadas (ex.: análise de sensibilidade ou subgrupos, meta-regressão; ver item 16).
DISCUSSÃO		
Sumário da evidência	2 4	Sumarize os resultados principais, incluindo a força de evidência para cada resultado; considere sua relevância para grupos-chave (ex.: profissionais de saúde, usuários e formuladores de políticas).
Limitações	2 5	Discuta limitações no nível dos estudos e dos desfechos (ex.: risco de viés) e no nível da revisão (ex.: obtenção incompleta de pesquisas identificadas, viés de relato).

Conclusões	2	Apresente a interpretação geral dos resultados no
	6	contexto de outras evidências e implicações para futuras pesquisas.

FINANCIAMENTO

Financiamento	2	Descreva fontes de financiamento para a revisão
	7	sistemática e outros suportes (ex.: suprimento de dados); papel dos financiadores na revisão sistemática.

Anexo II: Formulário de extração dos dados dos estudos sobre psicopatia

Seção	Informações Extraídas
Seção A	Título do estudo:
Seção B	Nome completo dos autores:
Seção C	Revista em que o estudo foi publicado:
Seção D	Nacionalidade dos autores do estudo:
Seção E	Ano de publicação:
Seção F	Abordagens conceituais utilizadas no estudo:
Seção G	Aspectos metodológicos do estudo:
Seção H	Limitações trazidas pelo estudo:
Seção I	Conclusões apresentadas:
Seção J	Comentários do revisor:
Dados extraídos por: Data de conclusão: Conflitos de interesse: Contato com o autor: Sim () Não () Situação final:	

REFERÊNCIAS

- ABAD, F. J. Factor Structure and Behavioral Correlates of the Psychopathy Checklist-Revised [PCL-R] in a Brazilian Prisoner Sample. *Personality and Individual Differences*, v. 45, p. 584-590, 2008.
- ABDALLA-FILHO, E.; VÖLLM, B. Does Every Psychopath Have an Antisocial Personality Disorder?. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 42, n. 3, p. 214-242, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1516-4446-2019-0762>>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- ACHENBACH, T. M.; EDELBROCK, C. S. The Classification of Child Psychopathology: a Review and Analysis of Empirical Efforts. *Psychological Bulletin*, v. 85, p. 1275-1301, 1978.
- ADORNO, F. P. A tarefa do intelectual: o modelo socrático. In: GROS, F. (Org.). *Foucault, a coragem da verdade*. Tradução de M. Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2004. p. 39-62.
- ADORNO, T. W. *Indústria cultural e sociedade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALBRECHT, P.-A. *Criminologia: uma fundamentação para o Direito Penal*. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Curitiba; Rio de Janeiro: ICPC; Lumen Juris, 2010.
- ALLEN, J. L.; BIRD, E.; CHHOA, C. Bad Boys and Mean Girls: Callous-Unemotional Traits, Management of Disruptive Behavior in School, the Teacher-Student Relationship and Academic Motivation. *Frontiers in Education*, v. 3, p. 108, 2018.
- ALMEIDA, F. M. de. *Heranças perigosas: arqueogenealogia da “periculosidade” na legislação penal brasileira*. 208 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- ALTMAN, D. G. The Scandal of Poor Medical Research. *British Medical Journal*, p. 283-308, 29 jan. 1994.
- ANDRADE, V. R. de. *A ilusão de segurança jurídica*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- ANITUA, G. I. *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- APA – AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM*. 2. ed. Washington: APA, 1968.
- APA – AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM*. 3. ed. Washington: APA, 1980.

- APA – AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais – DSM III-R*. São Paulo: Manole, 1989.
- APA – AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM*. 4. ed. Washington: APA, 1994.
- APA – ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. 5. ed. Arlington: APA, 2013.
- ARRIGO, B. A.; SHIPLEY, S. The Confusion Over Psychopathy (I): Historical Considerations. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, v. 45, n. 3, p. 325-344, 2001.
- ASSARY, E.; SALEKIN, R. T.; BARKER, E. D. x Big-Five and Callous-Unemotional Traits in Preschoolers. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, v. 37, n. 3, p. 371-379, 2015.
- AULAGNIER, A. N.; SPAIRANI, M. N. *Escala Hare PLC-R: critérios para pontuação de psicopatia revisados*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1967.
- AVELINO, B. C.; DE LIMA, G. A. S. F. A influência do narcisismo no ambiente acadêmico: aspectos relacionados a desonestidade. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2014. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos142014/15.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2016.
- BARATTA, A. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do Direito Penal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan – Instituto Carioca de Criminologia, 2011.
- BARRY, C. T. *et al.* The Importance of Callous-Unemotional Traits for Extending the Concept of Psychopathy to Children. *Journal of Abnormal Psychology*, v. 109, n. 2, p. 335-340, 2000.
- BATISTA, V. M. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- BECCARIA, C. *Dos delitos e das penas*. Tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. Bauru: EDIPRO, 1999.
- BECKER. H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008 [1963].
- BEENEY, J. E. *et al.* Detecting the Presence of a Personality Disorder Using Interpersonal and Self-Dysfunction. *Journal of Personality Disorders*, v. 33, p. 229-248, 2019.
- BENTON, J. Consumerism and the Slow Apocalypse, 1998. Disponível em: <<http://museltof.topcities.com/consumerism.html>>. Acesso em: 7 abr. 2022.
- Bret Easton Ellis, *American Psycho* (New York: Vintage Contemporaries, 1991), 375.

- BERCHERIE, P. *Os fundamentos da clínica: história e estrutura do saber psiquiátrico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- BERGERET, J. *A personalidade normal e patológica*. Lisboa: Climepsi, 2000.
- BERNSTEIN, M. J.; YOUNG, S. G.; HUGENBERG, K. The Cross-Category Effect. *Psychological Science*, v. 18, n. 8, p. 706-712, 2007.
- BITTENCOURT, M. I. G. F. Conceito de psicopatia: elementos para uma definição. *Arquivos Brasileiros de Psicologia FGV*, Rio de Janeiro, v. 33. n. 4, out.-dez. 1981. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/18612/17353>>. Acesso em: 23 out. 2020.
- BLACK, D. *The Social Structure of Right and Wrong*. Bradford: Emerald Publishing, 1990.
- BLACK, P. J. *The Dark Triad and Interpersonal Assessment of Vulnerability: Cues Used and Accuracy*. Columbia: University of British Columbia Press, 2013.
- BLACKBURN, R. The Person and Dangerousness. In: MULLER, D. J.; BLACKMAN, D. E.; CHAPMAN, A. J. (Eds.). *Psychology and Law*. New York: Wiley, 1984. p. 101-111.
- BORSBOOM, D.; CRAMER, A. O. Network Analysis: an Integrative Approach to the Structure of Psychopathology. *Annual Review of Clinical Psychology*, v. 9, p. 91-121, 2013.
- BORSBOOM, D. *et al.* False Alarm? A Comprehensive Reanalysis of “Evidence that Psychopathology Symptom Networks have Limited Replicability” by Forbes, Wright, Markon, and Krueger. *Journal of Abnormal Psychology*, v. 126, p. 989-999, 2017.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *A reprodução*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BREILH, J. *Epidemiologia Crítica: ciência emancipadora e interculturalidade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- BREILH, J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). *Revista Facultad Nacional de Salud Pública*, v. 31, n. 1, S13-S27, 2013.
- BRONS, L. *The Hegemony of Psychopathy*. Santa Barbara: Brainstorm Books, 2017.
- GOODWIN, N.; ACKERMAN, F.; KIRON, D. (Eds.). (1997). *The Consumer Society*. Washington: Island Press, 1997.
- BROOK, M.; KOSSON, D. S. Impaired Cognitive Empathy in Criminal Psychopathy: Evidence from a Laboratory Measure of Empathic Accuracy. *Journal of Abnormal Psychology*, v. 122, p. 156-166, 2013.
- BUCKHOLTZ, J. W. *et al.* Dopaminergic Network Differences in Human Impulsivity. *Science*, v. 329, [s.p.], jul. 2010. doi: 10.1126/science.1185778.
- BUSS, A. *Psychopathology*. New York: Wiley, 1966.

- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BYRD, A.; MANUCK, S. MAOA, Childhood Maltreatment, and Antisocial Behavior: Meta-analysis of a Gene-Environment Interaction. *Biological Psychiatry*, v. 75, p. 9-17. 2014.
- CADORET, R. J. *et al.* Genetic-Environmental Interaction in the Genesis of Aggressivity and Conduct Disorders. *Archives of General Psychiatry*, v. 52, p. 916-924, 1995.
- CALDEIRA, M. V. V. *Psicopatia: teoria e clínica*. 337 f. 1979. Tese (Doutorado em Psiquiatria) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.
- CALHEIROS, M. G. *Psicopatia e perversão: características comuns e diferenciais, processo de passagem ao acto e perfil criminal*. 2013. Dissertação (Mestrado) – ISPA Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa, 2013.
- CANTERO, F. ¿Quién es el psicópata?. In: GENOVÉS, V. G. (Org.). *Psicópata: perfil psicológico y reeducación del delincuente más peligroso*. Valência: Tirant lo Blanch, 1993. p. 16-46.
- CARRARA, S. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: EDUERJ/ EDUSP, 1998. (Coleção Saúde e Sociedade).
- CHABROL, H. *et al.* Contributions of Psychopathic, Narcissistic, Mach Avellian, and Sadistic Personality Traits to Juvenile Delinquency. *Personality and Individual Differences*, v. 47, n. 597, p. 734-739, 2009.
- CHATERJEE, A.; HAMBRICK, D. C. It's All about Me: Narcissistic Chief Executive Officers and Their Effects on Company Strategy and Performance. *Administrative Science Quarterly*, v. 52, n. 3, p. 351-386, 2007.
- CHRISTIE, R.; GEIS, F. L. *Studies in Machiavellianism*. New York: Academic Press, 1970.
- CIRINO DOS SANTOS, J. *A criminologia da repressão*. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- CIRINO DOS SANTOS, J. *A criminologia radical*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- CLARK, L. A. Assessment and Diagnosis of Personality Disorder: Perennial Issues and an Emerging Reconceptualization. *Annual Review of Psychology*, v. 58, p. 227-257, 2007.
- CLECKLEY, H. *The Mask of Sanity*. 5. ed. Saint Louis: Mosby, 1976. p. 10-17.
- COOKE, D. J.; LOGAN, C. Capturing Clinical Complexity: Towards a Personality-Oriented Measure of Psychopathy. *Journal of Criminal Justice*, v. 43, n. 4, p. 262-273, 2015.
- COOKE, D. *et al.* Explicating the Construct of Psychopathy: Development and Validation of a Conceptual Model, the Comprehensive Assessment of Psychopathic Personality (CAPP). *International Journal of Forensic Mental Health*, v. 11, p. 242-252, 2012.

- COOKE, D. J.; MICHIE, C.; SKEEM, J. Understanding the Structure of the Psychopathy Checklist-Revised: an Exploration of Methodological Confusion. *British Journal of Psychiatry*, v. 190, p. 39-50, 2007.
- CREGO, C.; WIDIGER, T. A. Psychopathy and the DSM. *Journal of Personality*, v. 83, n. 1, p. 665-677, 2015.
- CROWN, S.; FREEMAN, H. (Eds.). *The Book of Psychiatric Books*. Northvale; New Jersey; London: Jason Aronson Inc., 1994.
- DARMON, P. *Médicos e assassinos na belle époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- DARWIN, C. *A origem das espécies*. Tradução de Carlos Duarte e Anna Duarte. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- DAVOGLIO, T. R. *Instrumentos de avaliação de traços de personalidade psicopática em jovens sul-brasileiros: evidências de validade*. 74 f. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- DAVOGLIO, T. R. *et al.* Medida interpessoal de psicopatia (IM-P): estudo preliminar no contexto brasileiro. *Trends in Psychiatry and Psychotherapy*, v. 33, n. 3, p. 147-155, 2011. doi: 10.1590/S2237-60892011000300004.
- DECETY, J. *et al.* A Social Neuroscience Perspective on Clinical Empathy *World Psychiatry*, v. 13, p. 233-237, 2014. doi: 10.1002/wps.20146.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DE OLIVEIRA, F. Intelectuais, conhecimento e espaço público. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 125-132, set.-dez. 2001.
- DE OLIVEIRA-SOUZA, R. *et al.* Psychopathy in a Civil Psychiatric Outpatient Sample. *Criminal Justice and Behavior*, v. 35, n. 4, p. 427-437, 2008.
- DEYOUNG, C. G. *et al.* Ten Aspects of the Big Five in the Personality Inventory for DSM–5. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment*, v. 7, n. 2, p. 113-123, 2016.
- DIAB, M. Letter to the Editor: More on “Etymology and the Orthopaedic Surgeon”. *Iowa Orthopaedic Journal*, v. 12, p. 96, 1992.
- DIAS, J. de F.; ANDRADE, M. da C. *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena*. 2. reimp. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.
- DOLAN, M.; RENNIE, C. Reliability and Validity of the Psychopathy Checklist: Youth Version in a UK Sample of Conduct Disordered Boys. *Personality and Individual Differences*, v. 40, n. 1, p. 65-75, 2006.

- DOREN, D. M. *Understanding and Treating the Psychopath*. New York: Wiley, 1987.
- DRISLANE, L. E.; PATRICK, C. J.; ARSAL, G. Clarifying the Content Coverage of Differing Psychopathy Inventories Through Reference to the Triarchic Psychopathy Measure. *Psychological Assessment*, v. 26, n. 2, p. 350-362, 2014. Disponível em: <<https://www.apa.org/pubs/journals/features/pas-a0035152.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2022.
- D'SOUZA, M. F. *Manobras financeiras e o Dark Triad: o despertar do lado sombrio na gestão*. 199 f. 2016. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 327-344.
- D'SOUZA, M. F.; LIMA, G. A. S. F. de; Taxonomia do *Dark Triad*: revelações da rede científica no meio organizacional. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2014. *Anais...* São Paulo: USP, 2014. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos142014/327.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2021.
- DUTRA, M. C. B. *As relações entre psicose e periculosidade: contribuições clínicas da concepção psicanalítica da passagem ao ato*. São Paulo; Belo Horizonte: FUMEC; Annablume, 2002.
- DUTTON, K. Wisdom from Psychopaths?. *Scientific American Mind*, [s.p.], jan. 2013. Disponível em: <<http://www.scientificamerican.com/article/wisdom-frompsychopaths/>>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- ERMER, E. *et al.* Emotional Intelligence in Incarcerated Men with Psychopathic Traits. *J. Pers. Soc. Psychol.*, v. 103, p. 194-204, 2012.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008.
- FERRAZ, F. C. *Perversão*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- FERRI, E. *Sociologia criminale*. Torino: Fratelli Bocca, 1900.
- FERRI, E. *Princípios de direito criminal*. Campinas: Bookseller, 1996.
- FEUCHTERSLEBEN, E. von. *Lehrbuch der ärztlichen Seelenkunde* Wien: Carl Gerold, 1845.
- FIGUEIRÓ, M. T. *et al.* Traços de personalidade de estudantes de psicologia. *Psicólogo Informação*, v. 14, n. 14, out. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100002>. Acesso em: 23 maio 2022.
- FLORES-MENDOZA, C. E.; ALVARENGA, M. A.; HERRERO, O. Psicopatía: o construto e sua avaliação. *Avaliação Psicológica*, v. 8, n. 3, p. 337-346, 2009.

- FORTH, A. E.; KOSSON, D. S.; HARE, R. D. *Manual for the Hare Psychopathy Checklist: Youth Version*. Toronto: Multi-Health Systems, 2003.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREUD, S. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. VII.
- FREUD, S. *Fetichismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XXI.
- FREUD, S. *Personagens psicopáticos no palco*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. v. VII.
- FREUD, S. Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. In: FREUD, S. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1995. p. 12-14.
- FRICK, P. J.; ELLIS, M. Callous-Unemotional Traits and Subtypes of Conduct Disorder. *Clinical Child and Family Psychology Review*, v. 2, n. 1, p. 149-168, 1999.
- FRICK, P. J. *et al.* Callous-Unemotional Traits and Conduct Problems in the Prediction of Conduct Problem Severity, Aggression, and Self-Report of Delinquency. *Journal of Abnormal Child Psychology*, v. 31, n. 1, p. 457-470, 2003.
- FRICK, P. J.; HARE, R. D. *Antisocial Process Screening Device*. Toronto: Multi-Health Systems, 2001 [1993].
- FRICK, P. J.; VIDING, E. Antisocial Behavior from a Developmental Psychopathology Perspective. *Development and Psychopathology*, v. 21, p. 1111–1131, 2009.
- FRICK, P. J.; WHITE, S. F. Research Review: the Importance of Callous-Unemotional Traits for Developmental Models of Aggressive and Antisocial Behavior. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 49, p. 359-375, 2008.
- FURNHAM, A.; HYDE, G.; TRICKEY, G. The Dark Side of Career Preference: Dark Side Traits, Motives and Values. *Journal of Applied Social Psychology*, v. 44, p. 106-114, 2014.
- FURNHAM, A.; RICHARDS, S. C.; PAULHUS, D. L. The Dark Triad of Personality: a Year Review. *Social and Personality Psychology Compass*, v. 7, n. 1, p. 199-216, 2013. doi: 10.1111/spc3.12018.
- GANDRA, A. S. *et al.* A empresa contemporânea sob o foco de Nicolau Maquiavel. *Revista Eletrônica Administração e Ciências Contábeis*. n. 1, 2009. Disponível em: <<https://www.opet.com.br/faculdade/revista-cc-adm/pdf/n1/A-EMPRESA-CONTEMPORANEA-SOB-O-FOCO-DE-NICOLAU-MAQUIAVEL.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2022.

- GARCIA, L. F. Teorias psicométricas da personalidade. In: FLORES-MENDOZA, C. E.; COLOM, R. (Orgs.). *Introdução à psicologia das diferenças individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 219-242.
- GARFINKEL, H. *Studies in Ethnometodology*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1967.
- GENELHÚ, R. *O médico e o direito penal, v. 1: introdução histórica*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- GEERTZ, C. *The Interpretation of Cultures: Selected Essays by Clifford Geertz*. Nova York: Basic Books. 1973.
- GHODSIAN-CARPEY, J.; BAKER, L. A. Genetic and Environmental Influences on Aggression in 4-to 7-Year Old Twins. *Aggressive Behavior*, v. 13, p. 173-186, 1987.
- GLENN, A. L.; SELBOM, M. Theoretical and Empirical Concerns Regarding the Dark Triad as a Construct. *J. Pers. Disord*, v. 29, n. 3, p. 360-377, jun. 2015. doi: 10.1521/pedi_2014_28_162.
- GOMES CAVALCANTI, J. *et al.* Cinco grandes fatores de personalidade como preditores das atitudes frente à pena de morte. *Revista Ciência & Polícia*, v. 5, n. 2, p. 104-120, 2020.
- GONÇALVES, R. A. *Psicopatia e processos adaptativos à prisão: da intervenção para a prevenção*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia; Centro de Estudos em Educação e Psicologia – UMINHO, 1999. (Coletânea Monografias em Educação e Psicologia).
- GONÇALVES, R. A. *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Lisboa: Quarteto, 2000.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRIESINGER, W. *Mental Pathology and therapeutics*. Translated from the german by C. Lockhart Robertson and James Rutherford. London: The New Sydenham Society, 1867.
- GROHMANN, M. Z; BATTISTELLA, L. F. Maquiavelismo nas organizações: o relacionamento entre perfil individual e personalidade maquiavélica. *Invenio*, v. 15, n. 28, p. 101-118, 2012.
- GUDONIS, L. C.; DEREFINKI, K.; GIANCOLA, P. R. The Treatment of Substance Misuse in Psychopathic Individuals: Why Heterogeneity Matters. *Substance Use & Misuse*, v. 44, p. 9-10, 2009.
- GUNN, J. Psychopathy: an Exclusive Concept with Moral Overtones. In: MILLON, T.; BIRKET-SMITH, M. (Orgs.). *Psychopathy: Antisocial, Criminal, and Violent Behaviour*. New York: Guilford Press, 2003. p. 32-39.

- HABERSTICK, B. C. *et al.* MAOA Genotype, Childhood Maltreatment, and their Interaction in the Etiology of Adult Antisocial Behaviors. *Biol. Psychiatry*, v. 75, n. 1, p. 25-30, 2014. doi: 10.1016/j.biopsych.2013.03.028.
- HAKER, H.; SCHIMANSKY, J.; RÖSSLER, W. Sociophysiology: Basic Processes of Empathy (Soziopsychologie: Grundlegende Prozesse der Empathiefähigkeit). *Neuropsychiatrie*, v. 24, n. 3, p. 151-160, 2010.
- HARE, R. D. *Manual for the Hare Psychopathy Checklist-Revised*. Toronto, Multi-Health System, 1991.
- HARE, Robert. *Without Conscience: the Disturbing World of Psychopaths among Us*. New York: Guilford Press, 1995.
- HARE, R. D. Psychopathy and Antisocial Personality Disorder: a Case of Diagnostic Confusion. *Psychiatric Times*, v. 13, n. 2, p. 39-40, 1996.
- HARE, R. D.; FRAZELLE, J.; COX, D. N. Psychopathy and Physiological Responses to Threat of an Aversive Stimulus. *Psychophysiology*, v. 15, n. 2, p. 165-172, 1978. doi: 10.1111/j.1469-8986.1978.tb01356.x.
- HARE, R. D. *The Hare Psychopathy Checklist Revised*. 2. ed. Toronto: Multi Health Systems, 2003.
- HARE, R. D.; NEUMANN, C. S. Psychopathy as a Clinical and Empirical Construct. *Annu Rev Clin Psychol*, p. 217-246, 2008. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.clinpsy.3.022806.091452>>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- HARENSKI, C. L. *et al.* A. Aberrant Neural Processing of Moral Violations in Criminal Psychopaths. *Journal of Abnormal Psychology*, v. 119, n. 4, p. 863-874, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1037/a0020979>>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- HARRATI, S.; VAVASSORI, D.; VILLERBU, L. M. *Délinquance et Violence*. Paris: Armand Colin, 2006.
- HARRIS, G.; RICE, M. Treatment of Psychopathy: a Review of Empirical Findings. In: HARRIS, G.; RICE, M. *Manual of Psychopathy*. New York: The Guilford Press, 2006. p. 555-572.
- HART, S. D.; COX, D. N.; HARE, R. D. *Manual for the Screening Version of the Hare Psychopathy Checklist-Revised*. Toronto: Multi-Health Systems, 1995.
- HASLAM, N.; ERNST, D. Essentialist Beliefs about Mental Disorders. *Journal of Social and Clinical Psychology*, v. 21, p. 628-644, 2002.

- HAUCK FILHO, N. H.; TEIXEIRA, M. A. P.; DIAS, A. C. G. Psicopatia: o construto e sua avaliação. *Avaliação Psicológica*, v. 8, n. 3, p. 337-346, 2009.
- HENRIQUES, R. P. De H. Cleckley ao DSM-IV-TR: a evolução do conceito de psicopatia rumo à medicalização da delinquência. *Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 285-302, jun. 2009.
- HERVÉ, H.; YUILLE, J. C. (Orgs.). *The Psychopath: Theory, Research, and Practice*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2007.
- HOBBS, T. *Leviatã*. Organização de Richard Tuck. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- HOPWOOD, C. J.; WRIGHT; ANSELL; PINCUS. The Interpersonal Core of Personality Pathology. *Journal of Personality Disorders*, v. 27, p. 270-295, 2013.
- HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In. HORKHEIMER, M.; ADORNO. T. *Textos Escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1989 [1937].
- JALAVA, J. The Modern Degenerate: Nineteenth-Century Degeneration Theory and Modern Psychopathy Research. *Theory & Psychology*, v. 16, n. 3, p. 416-432, 2006.
- JONES, K. Consumerism and the Way out of Consumerism, 1977. Disponível em: <http://www.bpf.org/html/resources_and_links/think_sangha/papers_and_viewpoints/papers/jones_consumers/jones_consumers.html>. Acesso em: 5 abr. 2022.
- KAZDIN, A. E. Psychiatric Diagnosis, Dimensions of Dysfunction, and Child Behavior Therapy. *Behavior Therapy*, v. 14, p. 73-99, 1983.
- KIEHL, K. A.; HOFFMAN, M. B. The Criminal Psychopath: History, Neuroscience, Treatment, and Economics. *Jurimetrics*, v. 51, n. 1, p. 355-397, 2011.
- KOCH, J. L. A. *Die psychopathischen Minderwertigkeiten*. O. Maier: Ravensburg, 1891.
- KOSSON, D. S. *et al.* A New Method for Assessing the Interpersonal Behavior of Psychopathic Individuals: Preliminary Validation Studies. *Psychological Assessment*, v. 9, n.2, p. 89-101, 1997.
- KRAEPELIN, E. *Psychiatrie: ein Lehrbuch für Studierende und Ärzte – v. IV*. Leipzig: Barth, 1915.
- KRAFFT-EBING, R. *Psychopathia Sexualis*. Tradução francesa de E. Laurent E. e S. Csapo S. Paris: Georges Carré Editeur, 1895 [1886].
- KRETSCHMER, E. *Physique and Character: an Investigation of the Nature of Constitution and of the Theory of Temperament*. New York: Harcourt-Brace, 1925.
- KROEBER, A. L. The Superorganic. *American Anthropologist (New Series)*, v. 19, n. 2, p. 163-213, 1917.

- KWONG, K. K. *et al.* Dynamic Magnetic Resonance Imaging of Human Brain Activity During Primary Sensory Stimulation. *Proc. Natl. Acad. Sci. USA*, v. 89, n. 12, p. 5675-5679, 1992. doi: 10.1073/pnas.89.12.5675.
- LALUMIÈRE, M. L.; HARRIS, G. T.; RICE, M. E. Psychopathy and Developmental Instability. *Evolution and Human Behavior*, v. 22, p. 75-92, 2001.
- LARAIA, R. de B. *Cultura: Um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- LEVENSON, M.; KIEHL, K.; FITZPATRICK, C. Assessing Psychopathic Attributes in a Noninstitutionalized Population. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 68, n. 1, p. 151-158, 1995.
- LI, Q.; HILL, Z.; HE, B. J. Spatiotemporal Dissociation of Brain Activity Underlying Subjective Awareness, Objective Performance and Confidence. *The Journal of Neuroscience*, v. 34, p. 4382-4395, 2014.
- LILIENFELD, S. O.; ANDREWS, B. P. Development and Preliminary Validation of a Selfreport Measure of Psychopathic Personality Traits in a Noncriminal Population. *Journal of Personality Assessment*, v. 66, p. 488-524, 1996.
- LILIENFELD, S. O.; LATZMAN, R. D. Personality Disorders. In: HOOLEY, J.; BITCHER, J. N. (Eds.). *APA Handbook of Psychopathology*. Washington: APA, 2018.
- LILIENFELD, S. O.; WALDMAN, I. D.; ISRAEL, A. C. A Critical Examination of the Use of the Term and Concept of Comorbidity in Psychopathology Research. *Clinical Psychology: Science and Practice*, v. 1, p. 71-83, 1994.
- LIMA, M. P.; SIMÕES, A. A teoria dos cinco fatores: uma proposta inovadora ou apenas uma boa arrumação do caleidoscópio personológico?. *Análise Psicológica*, v. XVIII, n. 2, p. 171-179, 2000.
- LOMBROSO, C. *O homem delinquente*. Tradução de Sebastian José Roque. São Paulo: Ícone, 2013.
- LOPES, S. *et al.* Dark Triad: análise do perfil de personalidade em estudantes da área contábil. In: CONGRESSO UNB DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA, 2., 2016. *Anais...* Brasília: UnB, 2016. Disponível em: <<https://conferencias.unb.br/index.php/ccgunb/ccgunb2/paper/view/5384>>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- LÖWY, M. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2008.

- LUBIT, R. O impacto dos gestores narcisistas nas organizações. *Rev. Adm. Empres.*, v. 42, n. 3, p. 1-12, set. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v42n3/v42n3a06.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2021.
- LUKÁCS, G. Concepção aristocrática e concepção democrática do mundo (1946). In: LUKÁCS, G. *O jovem Marx e outros escritos filosóficos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 33-34.
- LUSTOSA, A. V. M. F.; ROAZZI, A.; CAMINO, C. Maquiavelismo: um construto psicológico. *Estud. Pesqui. Psicol.*, v. 4, n. 1, p. 48-62, jun. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100005>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- LYKKEN, D. T. *The Antisocial Personalities*. 1. ed. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Earlbaum Associates Inc., 1995.
- LYKKEN, D. T. *et al.* Emergenesis: Genetic Traits that May Not Run in Families. *American Psychologist*, v. 47, p. 1565-1577, 1992.
- LYRA FILHO, R. *Criminologia dialética*. Estado da Guanabara: Editor Borsoi, 1972.
- MACMILLAN, M. *An Odd Kind of Fame: Stories of Phineas Gage*. [s.l.]: MIT Press, 2000.
- MACRAE, C. N.; BODENHAUSEN, G. V. Social Cognition: Thinking Categorically About Others. *Annual Review of Psychology*, v. 51, p. 93-120, 2000.
- MANN, F. D. *et al.* A Behavioral Genetic Analysis of Callous-Unemotional Traits and Big Five Personality in Adolescence. *Journal of Abnormal Psychology*, v. 124, n. 4, p. 982-993, 2015.
- MAQUIAVEL, N. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Tradução de Fulvio Lubisco. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007.
- MARSEE, M. A.; SILVERTHORN, P.; FRICK, P. J. The Association of Psychopathic Traits with Aggression and Delinquency in Non-Referred Boys and Girls. *Behavioral Sciences & the Law*, v. 23, n. 1, p. 803-817, 2005.
- MARTINHO, M. H. O que responde o psicanalista sobre a perversão?. *Stylus*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 101-107, jun. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2013000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 7 abr. 2021.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- MARX, K. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 79-90.
- MAUDSLEY, H. *The Pathology of Mind: a Study of its Distempers, Deformities and Disorders*. London: Julian Friedmann Publishers, 1979.
- MCADAMS, D. P. The Five-Factor Model in Personality: a Critical Appraisal. *J. Pers.*, v. 60, n. 2, p. 329-361, 1992. doi: 10.1111/j.1467-6494.1992.tb00976.x.
- MCCALLUM, K. *A Latent Class Analysis of Psychopathy Subtypes in a Sample of Sexual Offenders*. 66 f. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia e Psicologia, Sam Houston State University, Texas, 2017.
- MCCORD, W.; MCCORD, J. *The Psychopath: an Essay on the Criminal Mind*. Oxford: Van Nostrand. 1964.
- MCGREGOR, S. L. T. Participatory Consumerism, 2001. Disponível em: <http://www.consumerinterests.org/public/articles/McGregor--Participatory_Consumerism.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2022.
- MCHOSKEY, J. W.; WORZEL, W.; SZYARTO, C. Machiavellianism and Psychopathy. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 74, n. 1, p. 192-210, jan. 1998.
- MCNALLY, R. J. *et al.* Mental Disorders as Causal Systems: a Network Approach to Posttraumatic Stress Disorder. *Clinical Psychological Science*, v. 3, p. 836-849, 2015.
- MEDEDOVIC, J.; KUJACIC, D.; KNEZEVIC, G. Personality: 692 Related Determinants of Criminal Recidivism. *Psihologija*, v. 45, n. 693 p. 257-274, 2012.
- MEDEIROS, C. R. O.; VALADÃO JUNIOR; V. M.; POSSAS, M. C. “Quem mais veste Prada?”: psicopatas corporativos e assédio moral no trabalho. *Revista ADM.MADE*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 102-122, jan.-abr. 2015. Disponível em: <<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/admmade/article/viewFile/961/646>>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- MEEHL, P. E. Factors and Taxa, Traits and Types, Differences of Degree and Differences in Kind. *Journal of Personality*, v. 60, p. 117-174. 1992.
- MELO JUNIOR, J. S. M; RONCHI, C. C. Liderança e narcisismo: indissociabilidade para interpretação no ambiente organizacional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 38., 2013. *Anais...* ANPAD, 2013.
- MENEZES, E. História universal e providência em Bossuet. In: MENEZES, Edmilson. *História e providência: Bossuet, Vico e Rousseau – textos e estudos*. Ilhéus: Editus, 2006. p. 88-92.

- MILLON, T.; DAVIS, R. D. *Disorders of Personality DSM-IV and Beyond*. New York: Wiley. 1996.
- MILLON, T. *et al.* Historical Conceptions of Psychopathy in the United States and Europe. In: MILLON, T. *et al.* *Psychopathy: Antisocial, Criminal and Violent Behavior*. New York; London: The Guildford Press, 2003. p. 3-31.
- MISSE, M. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- MOHER, D. *et al.* Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: the PRISMA Statement. *PLOS Medicine*, v. 6, n. 7, e1000097, 2009.
- MOLINA, A.-G.-P. de. *Tratado de criminología*. 2. ed. Valencia: Tirant, 1999.
- MONROE, S. M.; ANDERSON, S. F. Depression: the Shroud of Heterogeneity. *Current Directions in Psychological Science*, v. 24, p. 227-231, 2015.
- MONTEIRO, R. P. *et al.* A psicopatia no contexto dos cinco grandes fatores. *Psico*, v. 46, n. 4, p. 461-471, 2015.
- MORAGA, F. R. G. La tríada oscura de la personalidad: maquiavelismo, narcisismo y psicopatía. Una mirada evolutiva. *Revista Criminalidade*, Bogotá, v. 57, n. 2, p. 253-265, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-31082015000200006>. Acesso em: 7 maio 2021.
- MORANA, H. Escala Hare PCL-R: critérios para pontuação de psicopatia revisados. Versão brasileira. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- MORANA, H.; STONE, M. H.; ABDALLA-FILHO, E. Transtornos de personalidade, psicopatía e *serial killers*. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 28, Supl. II, p. 74-79. 2006.
- MOREL, B.-A. *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés malades*. Paris: Baillière. 1857.
- MOREL, P. *Dicionário biográfico psi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- MOUL, C. *et al.* An Exploration of the Serotonin System in Antisocial Boys with High Levels of Callous-Unemotional Traits. *PLOS ONE*, v. 8, n. 2, e56619, 2013.
- NORTHAM, J. C.; DADDS, M. R. Is Callous Always Cold? A Critical Review of the Literature on Emotion and the Development of Callous-Unemotional Traits in Children. *Clin. Child. Fam. Psychol. Rev.*, v. 23, n. 2, p. 265-283, 2020.
- NUNES, C. H. S. S.; HUTZ, C. S. O modelo dos Cinco Grandes Fatores de Personalidade. In: PRIMI, R. (Org.). *Temas em avaliação psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 40-49.

- NUNES, C. H. S. S.; HUTZ, C. S.; NUNES, M. F. O. *Bateria Fatorial de Personalidade (BFP): manual técnico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- O'BOYLE JR., E. H. *et al.* A Meta-Analysis of the Dark Triad and Work Behavior: a Social Exchange Perspective. *Journal of Applied Psychology*, v. 97, n. 3, p. 557-579, 2012.
- ODA, A. M. G. R. A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. *Psychiatry On-line Brazil – Part of The International Journal of Psychiatry*, v. 6, n. 12, dez. 2001.
- PACHECO, L.; SISTO, F. F. Aprendizagem por interação e traços de personalidade. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 7, n. 1, p. 69-76, 2003.
- PALMA, M. T. M. M. *A prossecução dos estudos do papel da personalidade na tomada de decisão*. 71 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada) – ISPA Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa, 2012.
- PARKER, J. O.; ALFARO-ALMAGRO, F.; JBABDI, S. An Empirical, 21st Century Evaluation of Phrenology. *Cortex*, v. 106. p. 26-35, 2018. Disponível em: <doi:10.1016/j.cortex.2018.04.011>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- PATRICK, C. J. *Operationalizing the Triarchic Conceptualization of Psychopathy: Preliminary Description of Brief Scales for Assessment of Boldness, Meanness, and Disinhibition*. Tallahassee: Florida State University, 2010. (Unpublished test manual).
- PATRICK, C. J.; BRADLEY, M. M.; LANG, P. J. Emotion in the Criminal Psychopath: Startle Reflex Modulation. *Journal of Abnormal Psychology*, v. 102, p. 82-92, 1993.
- PATRICK, C. J.; FOWLES, D. C.; KRUEGER, R. F. Triarchic Conceptualization of Psychopathy: Developmental Origins of Disinhibition, Boldness, and Meanness. *Development and Psychopathology*, v. 21, p. 913-938, 2009.
- PATUSSI, P. M.; FREIRE, M. C. M. Leitura crítica de artigos científicos. In: ESTRELA, C. *Metodologia científica: ensino e pesquisa em odontologia*. São Paulo: Artes Médicas, 2000.
- PAULHUS, D. L.; WILLIAMS, K. M. The Dark Triad of Personality: Narcissism, Machiavellianism and Psychopathy. *Journal of Research in Personality*, v. 36, n. 6, p. 556-563, 2002. doi: 10.1016/S0092-6566(02)00505-6.
- PIMENTEL, C. E.; DONNELL, E. D. O. P. A relação da preferência musical com os cinco grandes fatores da personalidade. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 28, n. 4, p. 696-713, 2008.
- PINEL, P. *Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou mania*. Tradução de J. A. Galli. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007 [1801].
- PRICHARD, J. C. *A Treatise on Insanity and Other Disorders Affecting the Mind*. London: Sherwood, Gilbert and Piper, 1835.

- QUAY, H. C. Psychopathic Personality as Pathological Stimulation Seeking. *American Journal of Psychiatry*, v. 122, p. 180-183, 1965.
- QUAY, H. C.; PARSONS, L. B. *The Differencial Behavioral Classification of Juvenile Offender*. Philadelphia: Laboratory Report, 1971.
- RAINE, A. *et al.* High Rates of Violence, Crime, Academic Problems, and Behavioral Problems in Males with Both Early Neuromotor Deficits and Unstable Family Environments. *Archives of General Psychiatry*, v. 53, n. 6, p. 544-549, 1996.
- REIDY, D. E.; ZEICHNER, A.; SEIBERT, L. A. Unprovoked Aggression: Effects of Psychopathic Traits and Sadism. *Journal of Personality*, v. 79, n. 1, p. 75-100, 2017.
- RENIERS, R. L. *et al.* The QCAE: a Questionnaire of Cognitive and Affective Empathy. *Journal of Personality Assessment*, v. 93, p. 84-95, 2011.
- ROSÁRIO, A. B.; NETO, K. Abordagem da violência no sistema classificatório DSM na perspectiva psicanalítica. *Fractal: Revista De Psicologia*, v. 26, n. 2, p. 401-414, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5030>>. Acesso em: 23 maio 2022.
- ROSS, S. R.; LUTZ, C. J.; BAILLEY, S. E. Psychopathy and the Five Factor Model in a Noninstitutionalized Sample: a Domain and Facet Level Analysis. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, v. 26, p. 213-223, 1987.
- ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- SABOL, W. J.; COUTURE, H. *Prison Inmates at Midyear 2007*. Washington: Bureau of Justice Statistics, 2008. Disponível em: <<https://bjs.ojp.gov/content/pub/pdf/pim07.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- SALEKIN, R. T. *et al.* Adolescent Psychopathy and Personality Theory – the Interpersonal Circumplex: Expanding Evidence of a Nomological Net. *Journal of Abnormal Child Psychology*, v. 33, p. 445-460, 2005.
- SANKOFA, P. Despite War, more Hopeful than Ever for Humanity, 2003. Disponível em: <<http://www.insightnews.com/health.asp?mode=display&articleID=530>>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- SANTIAGO, G. J. Neurobiology of the Psychopath. *Violence and Psychopathy*, *supra* note 28, at. 79, p. 82-83, 2011.
- SANTOS, A. D.; CECCARELLI, P. R. Perversão sexual, ética e clínica psicanalítica. *Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental*, p. 316-328, 2009.
- SANTOS, M. J. M. *Sob o véu da psicopatia*. 161 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

- SARTRE, J.-P. *Of Human Freedom*. Edited and translated by Wade Baskin. New York: Philosophical Library, 1966.
- SCARPA, A.; RAINE, A. Psychophysiology of Anger and Violent Behavior: Anger, Aggression, and Violence. *The Psychiatric Clinics of North America*, v. 20, n. 2, p. 375-394, 1997.
- SCHECAIRA, S. S. *Criminologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SCHMITT, R. *et al.* Personalidade psicopática em uma amostra de adolescentes infratores brasileiros. *Revista de Psiquiatria Clínica*, v. 33, n. 6, p. 297-303, 2006.
- SHAMSEER, L. *et al.* Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analysis Protocols (PRISMA-P) 2015: Elaboration and Explanation. *BMJ*, v. 349, n. 1, p. 1-25, 2015.
- SHAW, C. R. (1930). *Juvenile Delinquency in Urban Areas*.
- SHERMAN, L. W.; STRANG, H.; BARNES, G. C. *The RISE Working Papers: the Canberra Reintegrative Shaming Experiments*. Canberra: Australian National University, 1997.
- SILVA, B. The Concept of Psychopathy Analyzed by the Critical Criminology. *TeRCi*, v. 5, n. 1, p. 77-95, 2015.
- SILVA, F. E. A avaliação crítica da literatura médica como instrumento de complementação educacional no internato de medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 42, n. 1, p. 27-30, jan.-mar. 2018.
- SISTO, F. F.; OLIVEIRA, A. F. Traços de personalidade e agressividade: um estudo de evidência de validade. *Psic*, v. 8, n. 1, p. 89-99, 2007.
- SMEARMAN, E. *et al.* Oxytocin Receptor Genetic and Epigenetic Variations: Association With Child Abuse and Adult Psychiatric Symptoms. *Child Development*, v. 87, p. 122-134, 2016. doi: 10.1111/cdev.12493.
- SOEIRO, C.; GONÇALVES, R. A. O estado de arte do conceito de psicopatia. *Aná. Psicológica*, v. 28, n. 1, p. 227-240, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&id=S0870-82312010000100016>=<pt>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?*. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- SRIVASTAVA, S. *et al.* Development of Personality in Early and Middle Adulthood: Set Like Plaster or Persistent Change?. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 84, n. 5, p. 1041-1053, 2003.
- SUNDRAM, V. *et al.* Cellular Requirements for LARK in the Drosophila Circadian System. *J. Biol. Rhythms*, v. 27, n. 3, p. 183-195, 2012.

- SUTHERLAND, E. H. *Principles of Criminology*. Chicago: J. B. Lippincott, 1939.
- TELLEGEN, A.; WALLER, N. G. Exploring Personality Through Test Construction: Development of the Multidimensional Personality Questionnaire. In: BOYLE, G. J.; MATTHEWS, G.; SAKLOFSKE, D. H. (Eds.). *The SAGE Handbook of Personality Theory and Assessment*. v. 2. Los Angeles: SAGE, 2008. p. 261-292.
- THIEBAUT DE SCHOTTEN, M. *et al.* From Phineas Gage and Monsieur Leborgne to H.M.: Revisiting Disconnection Syndromes. *Cerebral Cortex*, v. 25, n. 12, p. 4812-4827. 2015. doi: 10.1093/cercor/bhv173.
- THOMPSON, D.; RAMOS, C.; WILLETT, J. Psychopathy: Clinical Features, Developmental Basis and Therapeutic Challenges. *Journal of Clinical Pharmacy and Therapeutics*, v. 39, n. 5, p. 485-495, out. 2014.
- TILLY, C. O acesso desigual ao conhecimento científico. *Tempo Social*, v. 18, n. 2, p. 47-63, 2006.
- TRÉBUCHON, A. *et al.* Reversible Antisocial Behavior in Ventromedial Prefrontal Lobe Epilepsy. *Epilepsy & Behavior*, v. 29, p. 367-373, 2013. doi: 10.1016/j.yebeh.2013.08.007.
- TYLOR, E. *Primitive Culture*. Nova York: Harper Torch Books, 1958.
- VASCONCELLOS, C. T.; VASCONCELLOS, S. J. L. Quem eram os psicopatas? A história de alguns conceitos e suas implicações. In: GAUER, G. J. C.; VASCONCELLOS, S. J. L.; DAVOGLIO, T. R. (Orgs.). *Adolescentes em conflito: violência, funcionamento antissocial e traços de psicopatia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012. p. 13-34.
- VAUGH, M. G.; HOWARD, M. O. The Construct of Psychopathy and its Potential Contribution to the Study of Serious, Violent, and Chronic Youth Offending. *Youth Violence and Juvenile Justice*, v. 3, n. 3, p. 235-252, 2005.
- VENABLES, A.; LAIRD, J.; OVERMAN, H. G. Transport Investment and Economic Performance: Implications for Project Appraisal. 2014. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/386126/TIEP_Report.pdf>. Acesso em: 23 maio 2022. (Paper commissioned by UK Department for Transport).
- VENABLES, N. C. *et al.* Evidence of a Prominent Genetic Basis for Associations Between Psychoneurometric Traits and Common Mental Disorders. *International Journal of Psychophysiology*, v. 115, p. 4-12, 2017.
- VIANA, E. *Criminologia*. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.
- VIDING, E. *et al.* Evidence for Substantial Genetic Risk for Psychopathy in 7-Year-Olds. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 46, n. 1, p. 592-597. 2005.

- VIDING, E. *et al.* Heritability of Antisocial Behavior at 9: do Callous-Unemotional Traits Matter?. *Developmental Science*, v. 11, p. 17-22, 2008.
- VIEN, A.; BEECH, A. R. Psychopathy: Theory, Measurement, and Treatment. *Trauma, Violence, & Abuse*, v. 7 n. 3, p. 155-174, 2006.
- VITACCO, M. J.; KOSSON, D. S. Understanding Psychopathy Through an Evaluation of Interpersonal Behavior: Testing the Factor Structure of the Interpersonal Measure of Psychopathy in a Large Sample of Jail Detainees. *Psychological Assessment*, v. 3, p. 638-649, 2010.
- WAI, M.; TILIOPOULOS, N. The Affective and Cognitive Empathic Nature of the Dark Triad of Personality. *Personality and Individual Differences*, v. 52, p. 794-799, 2012.
- WALTERS, G. D. Using Poisson Class Regression to Analyze Count Data in Correctional and Forensic Psychology: a Relatively old Solution to a Relatively New Problem. *Criminal Justice and Behavior*, v. 34, p. 1659-1674, 2007.
- WHITE, S. F.; FRICK, P. J. Callous-Unemotional Traits and Their Importance to Causal Models of Severe Antisocial Behavior in Youth. *Handbook of Child and Adolescent Psychopathy*, p. 135-155, 2010.
- WHITEN, A. The Emergence of Mindreading: Steps Toward an Interdisciplinary Enterprise. In: WHITEN, A. (Org.). *Natural Theories of Mind*. Oxford: Blackwell, 1991. p. 19-38.
- WIDIGER, T. A. *et al.* DSM-IV Antisocial Personality Disorder Field Trial. *Journal of Abnormal Psychology*, v. 105, p. 3-16, 1996.
- WILKOWSKI, B. M.; ROBINSON, M. D. Putting the Brakes on Antisocial Behavior: Secondary Psychopathy and Post-Error Adjustments in Reaction Time. *Personality and Individual Differences*, v. 44, n. 8, p. 1807-1818, 2008.
- WILSON, S., STROUD, C. B.; DURBIN, C. E. Interpersonal Dysfunction in Personality Disorders: a Meta-Analytic Review. *Psychological Bulletin*, v. 143, p. 677-734, 2017.
- WINNICOTT, D. W. Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: WINNICOTT, D. W. *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978 [1951].
- WINNICOTT, D. W. A importância do *setting* no encontro com a regressão em psicanálise. In: WINNICOTT, D. W. *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994a [1964].
- WINNICOTT, D. W. Agressão. In: WINNICOTT, D. W. *Privação e delinquência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1994b. p. 89-96.
- WINNICOTT, D. W. *Privação e delinquência*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WISALO, P. P. Spiritual Materialism and the Sacraments of Consumerism: a view from Thailand. *Seeds of Peace*, v. 14, n. 3, 1999, p. 24-25.

YODER, K. J.; DECETY, J. The Neuroscience of Morality and Social Decision-Making. *Psychology, Crime & Law*, v. 24, n. 3, p. 279-295, 2018.

ZAFFARONI, E. R. *et al. Direito penal brasileiro – primeiro volume: teoria geral do direito*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006.